



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Proposta da Administração
Assembleia Geral Ordinária

29.04.2026 – 15 horas

**SUMÁRIO**

1. Mensagem do Conselho de Administração	3
2. Edital de Convocação	4
3. Participação dos acionistas na AGO	6
4. Matérias a serem deliberadas na AGO.....	11
ANEXO I: MODELO DE PROCURAÇÃO	14
ANEXO II: COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	15
ANEXO III: RELATÓRIO DE REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA COMPANHIA	71
ANEXO IV: PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	72
ANEXO V: ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	80



1. Mensagem do Conselho de Administração

Prezado Acionista,

É com muito prazer que convido você, acionista do Santander Brasil, para participar de nossa **Assembleia Geral Ordinária** ("AGO"), a ser realizada no dia 29 de abril de 2026, às 15 horas.

Além desta Proposta da Administração ("Proposta") foi elaborado um Manual para Participação ("Manual") para auxiliá-lo no entendimento das matérias apresentadas, proporcionando um processo de tomada de decisão consciente e fundamentado, antecipando possíveis esclarecimentos e orientações de voto.

Conforme Edital de Convocação disponibilizado, deliberaremos sobre as seguintes matérias:

- (i)** TOMAR as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, parecer dos auditores independentes e Relatório do Comitê de Auditoria;
- (ii)** DELIBERAR sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2025 e a distribuição de dividendos; e
- (iii)** FIXAR a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia para o exercício de 2026.

Tal como estabelecido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para facilitar a sua análise e apreciação dos assuntos a serem deliberados, a presente Proposta engloba anexos contendo as informações disponibilizadas em complemento ao Edital de Convocação.

Estamos à sua disposição para esclarecer quaisquer dúvidas por meio dos e-mails acionistas@santander.com.br voltado para investidores pessoas físicas e jurídicas não financeiras e ri@santander.com.br para investidores institucionais.

Esperamos que esta Proposta e o Manual cumpram com seu objetivo no auxílio de sua tomada de decisão. Sua participação é essencial para a Companhia.

Atenciosamente,

Deborah Stern Vieitas

Presidente do Conselho de Administração



2. Edital de Convocação

[a ser publicado no jornal "Valor Econômico" em edições de 28 e 31 de março de 2026 e 01 de abril de 2026]

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF 90.400.888/0001-42 - NIRE 35.300.332.067

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Ficam convocados os acionistas a comparecerem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que será realizada no dia 29 de abril de 2026, às 15 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041 – mezanino, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- (i)** TOMAR as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, parecer dos auditores independentes e Relatório do Comitê de Auditoria;
- (ii)** DELIBERAR sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2025 e a distribuição de dividendos;
- (iii)** FIXAR a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia para o exercício de 2026.

Observação para participação e Voto durante a realização da Assembleia

Participação na Assembleia: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da Assembleia por qualquer das formas abaixo:

Presencialmente - Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGO munidos dos documentos hábeis de identidade. Na hipótese de representação de acionista por procurador, os acionistas deverão depositar na sede social da Companhia (endereço referido abaixo), com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes da realização da AGO, instrumento de mandato outorgado na forma da lei.

Por Boletim de Voto a Distância - a Companhia implementou o sistema de votação a distância nos termos da Resolução CVM 81/22, conforme alterada, possibilitando que nossos Acionistas enviem boletins de voto a distância diretamente à Companhia, ao escriturador ou por seus respectivos agentes de custódia, conforme procedimentos descritos no Manual de Participação da Assembleia Geral.

Na forma prevista no artigo 5º, § 4º, da Resolução CVM nº 81/22, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM n.º 59/21 e 204/24, a Companhia entende que a realização presencial da AGO permite um ambiente de mais proximidade entre os acionistas e a administração da Companhia presente, facilitando o esclarecimento de dúvidas e a discussão de assuntos relevantes e possibilitando um ambiente propício para deliberações e tomadas de decisão. Além disso, garante maior segurança na



transmissão das informações, evitando riscos associados a falhas técnicas ou cibernéticas.

Nesse sentido, a Companhia recomenda e fomenta a participação de seus acionistas em suas assembleias, fazendo uso dos diversos canais de participação disponibilizados, seja pelo uso dos instrumentos de voto a distância, pelos meios eletrônicos disponíveis ou ainda pelo envio de votos escritos à Companhia ou outorga de procurações padronizadas com orientação de voto, conforme instruções disponibilizadas na Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2026.

Informações Adicionais

1. Conforme disposto na Resolução CVM nº 70/22, é de 5% (cinco por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração;
2. Conforme disposto no § 2º do artigo 161 da Lei nº 6.404/76 e art. 4º da Resolução CVM nº 70/22, a instalação do Conselho Fiscal pela Assembleia Geral deverá ocorrer a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto, ou 1% (um por cento) das ações sem direito a voto; e
3. Os documentos relacionados às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas (i) na sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 Wtorre JK, 9º andar – Departamento Jurídico Societário, onde poderão ser consultados, em dias úteis, no horário das 10:00 até as 16:00 horas, e também em seu website (www.ri.santander.com.br – em Governança Corporativa >> Atas de Reunião e Assembleia); (ii) no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e (iii) no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

São Paulo, 27 de março de 2026

Deborah Stern Vieitas – Presidente do Conselho de Administração.



3. Participação dos acionistas na AGO

Os acionistas do Santander Brasil poderão participar da AGO **pessoalmente**, por **procurador devidamente constituído**, conforme especificado no item 3.2 abaixo, ou mediante **Voto a Distância**.

Serão exigidos dos acionistas para participação na AGO os seguintes documentos:

Pessoa física:	• documento de identidade com foto ¹ (original ou autenticado) • comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária e/ou custodiante (original ou autenticado)
Pessoa jurídica:	• documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (via original ou cópia autenticada)² • documento de identidade do representante legal com foto (via original ou cópia autenticada)
Fundo de investimento	• documento de identidade do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor, conforme o caso) com foto (via original ou cópia); • cópia simples do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração)

3.1. Participação Presencial

Os acionistas do Santander Brasil poderão participar da AGO comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto, conforme as espécies de ações que possuam (ordinárias e/ou preferenciais) e as matérias a serem votadas.

Os acionistas pessoas jurídicas, como Sociedades Comerciais e os Fundos de Investimento, deverão ser representados em conformidade com seu Estatuto, Contrato Social ou Regulamento, entregando os documentos comprobatórios da regularidade da representação, acompanhados de Ata de eleição dos Administradores, se for o caso, no local e prazo indicados no item abaixo. Antes de se instalar a AGO, os acionistas assinarão o Livro de Presença. Os acionistas sem direito de voto podem comparecer à AGO e discutir todas as matérias submetidas à deliberação.

¹ Poderão ser apresentados os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG); (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE); (iii) Passaporte válido; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais (ex. OAB, CRM, CRC, CREA); ou (v) carteira nacional de habilitação (CNH) com foto.

²Estatuto/Contrato Social e Atas/Instrumentos de eleição dos representantes legais registrados no órgão competente.



3.2. Representação por Procurador

O acionista poderá ser representado na AGO por procurador, devidamente constituído por instrumento público ou particular, e nos termos do artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações, os procuradores deverão ter sido constituídos há menos de 1 (um) ano, e deverão ser (i) acionistas da Companhia, (ii) administradores da Companhia, (iii) advogados, ou (iv) instituições financeiras, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Os originais ou cópias dos documentos referidos acima poderão ser entregues na sede da Companhia até a hora da realização da AGO.

No entanto, de forma a facilitar o acesso dos acionistas na AGO, recomendamos que a entrega desses documentos seja feita com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas antes da realização da AGO.

No caso de envio dos documentos via e-mail, solicitamos que o acionista entre em contato com a Companhia para que seja realizada a entrega dos originais ou cópias até o dia da realização da AGO.

Caso o Acionista não possa estar presente na AGO ou ainda não possa ser representado por procurador de sua escolha, a Companhia disponibilizará procurador para votar pelo acionista em conformidade com a sua instrução de voto, conforme modelo de procuração constante do **Anexo I**, a esta Proposta.

Ademais, cumpre ressaltar que além do instrumento de mandato, o acionista deve encaminhar os documentos exigidos pela Companhia para participação na AGO, conforme disposto no item 3 acima.

Os documentos devem ser entregues na sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 – Bloco A - Vila Nova Conceição - São Paulo – SP, 26º andar – Relações com Investidores, e-mail: ri@santander.com.br.

3.3. Participação por Voto a Distância

Nos termos dos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em assembleias gerais por meio de voto a distância, a ser formalizado através do “boletim de voto a distância” (Boletim), cujo modelo está disponibilizado na área de Governança Corporativa do site de Relações com Investidores do Santander Brasil (www.ri.santander.com.br) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc>).

O Acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

**(I) Envio do Boletim aos agentes de Custódia ou Central Depositária**

O Acionista que optar por exercer o voto a distância através de seu respectivo agente de custódia ("Custodiante") deverá transmitir suas instruções de voto observando as regras determinadas pelo Custodiante, que encaminhará referidas manifestações de voto à Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou encaminhar diretamente as instruções de voto à Central Depositária observando as regras determinadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão. Os Acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos Custodiantes e Central Depositária para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

O Acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim para seus agentes de Custódia ou Central Depositária até **24/04/2026 (inclusive)**, salvo se prazo diverso for por estes estabelecido.

(II) Envio do Boletim pelo Acionista ao Escriturador

O Acionista que optar por exercer o voto a distância via Escriturador da Companhia deverá observar as instruções a seguir para que o Boletim possa ser considerado válido e os votos contabilizados:

- (i) todos os campos deverão estar devidamente preenchidos;
- (ii) todas as páginas deverão ser rubricadas;
- (iii) a última página deverá ser assinada pelo Acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente.

Deverão ser encaminhados para o Escriturador os seguintes documentos:

- (i) via original do Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia dos seguintes documentos:

- *Pessoa Física (Acionista ou representante legal): Documento de identidade com foto (RG e CPF; CNH ou Carteira Profissional com fé pública contendo número do CPF).*
- *Pessoa Jurídica: (i) Contrato Social ou Estatuto Social devidamente atualizado, com os documentos que comprovem os poderes de representação (ata de eleição); (ii) Documento de identidade com foto dos representantes (RG e CPF; CNH ou Carteira Profissional com fé pública contendo número do CPF).*
- *Fundo de investimento: (i) Último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); (ii) Documento de identidade com foto dos representantes (RG e CPF; CNH ou Carteira Profissional com fé pública contendo número do CPF).*



Os documentos deverão ser encaminhados ao Escriturador em até 4 dias de antecedência da data de realização da AGO, ou seja, até **24/04/2026 (inclusive)** **(i)** no seguinte endereço: Banco Santander (Brasil) S.A. – Acionistas – Escrituração de Ações – Rua Amador Bueno, 474 – 2º andar – Setor vermelho - Santo Amaro – São Paulo/SP – CEP 04752- 005; ou **(ii)** via e-mail, para o endereço eletrônico acoes@santander.com.br

Após o recebimento dos documentos, o Escriturador, em até 3 (três) dias, comunicará o Acionista a respeito do recebimento dos mesmos e de sua aceitação. Caso a documentação enviada não seja considerada apta, o Boletim será considerado inválido, podendo o Acionista regularizá-lo até o dia **24/04/2026**.

Boletins recepcionados pelo Escriturador após o dia 24/04/2026 serão desconsiderados.

(III) Envio do Boletim diretamente à Companhia

O Acionista que optar por exercer o voto a distância por meio da Companhia deverá observar as instruções a seguir, para que o Boletim possa ser considerado válido e os votos contabilizados:

- (i) todos os campos deverão estar devidamente preenchidos;
- (ii) todas as páginas deverão ser rubricadas;
- (iii) a última página deverá ser assinada pelo Acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente.

Deverão ser encaminhados para a Companhia os seguintes documentos:

- (i) via original do Boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia dos seguintes documentos:

- *Pessoa Física (Acionista ou representante legal): Documento de identidade com foto (RG e CPF; CNH ou Carteira Profissional com fé pública contendo número do CPF).*
- *Pessoa Jurídica: (i) Contrato Social ou Estatuto Social devidamente atualizado, com os documentos que comprovem os poderes de representação (ata de eleição); (ii) Documento de identidade com foto dos representantes (RG e CPF; CNH ou Carteira Profissional com fé pública contendo número do CPF).*
- *Fundo de investimento: (i) Último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); (ii) Documento de identidade com foto dos representantes (RG e CPF; CNH ou Carteira Profissional com fé pública contendo número do CPF).*



Os documentos deverão ser encaminhados à Companhia em até 4 dias de antecedência da data de realização da AGO, ou seja, até **24/04/2026 (inclusive)** **(i)** no seguinte endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041– Bloco A - Vila Nova Conceição - São Paulo – SP, 26º andar – Relações com Investidores; ou **(ii)** via e-mail, para o endereço eletrônico ri@santander.com.br.

Após o recebimento dos documentos, a Companhia, em até 3 (três) dias, comunicará o Acionista a respeito do recebimento dos mesmos e de sua aceitação. Caso a documentação enviada não seja considerada apta, o Boletim será considerado inválido, podendo o Acionista regularizá-lo até o dia **24/04/2026**.

Boletins recepcionados pela Companhia após o dia 24/04/2026 serão desconsiderados.

Informações Gerais:

- de acordo com o artigo 44 da Resolução CVM nº 81/22, a Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ; e
- encerrado o prazo de votação à distância, ou seja, a partir de **25/04/2026**, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas, salvo se presente na AGO ou representado por procuração, mediante solicitação explícita de desconsideração das instruções de voto enviadas via Boletim, antes da colocação da(s) respectiva(s) matéria(s) em votação.

3.4. Titulares de ADRs

Será conferido aos detentores de *American Depositary Shares* (ADSs) o direito de voto nas matérias elencadas na Ordem do Dia, obedecidos os mesmos critérios aplicados em relação aos investidores nacionais, conforme a espécie de ações (ordinárias ou preferenciais) em que seus ADSs estiverem lastreados. Os titulares de ADSs serão devidamente instruídos pelo The Bank of New York Mellon, instituição financeira depositária dos ADSs lastreados nas ações do Santander Brasil.



4. Matérias a serem deliberadas na AGO

A seguir V.Sa. encontrará esclarecimentos prestados pela administração da Companhia acerca de cada um dos itens a serem deliberados na AGO. De acordo com o Edital de Convocação disponibilizado aos acionistas, nossa AGO deliberará acerca das seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

4.1. TOMAR as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, parecer dos auditores independentes e Relatório do Comitê de Auditoria.

Os documentos apresentados pela administração são:

- i. Relatório da Administração sobre as estatísticas operacionais e a análise e discussão dos Administradores sobre as principais contas da Demonstração do Resultado do Exercício;
- ii. Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia (Anexo II – Item 2 do Formulário de Referência);
- iii. Relatório de representatividade feminina em nossa estrutura organizacional (Anexo III)
- iv. Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas;
- v. Relatório dos Auditores Independentes;
- vi. Resumo do relatório do Comitê de Auditoria; e
- vii. Formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP.

Os documentos da administração acima identificados, com exceção dos itens ii e iii acima, foram disponibilizados à CVM, via sistema IPE, por ocasião da divulgação das demonstrações financeiras da Companhia, individuais e consolidadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 04/02/2026 e das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de acordo com o IFRS como emitido pelo IASB disponibilizados em 27/02/2026. Tais documentos podem ser encontrados no endereço eletrônico da CVM (www.cvm.gov.br), ou da Companhia (www.ri.santander.com.br), conforme informações dos **Anexos II e III** desta Proposta.

A administração da Companhia propõe que os acionistas examinem detalhadamente as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia a fim de que possam deliberar acerca de sua aprovação.

4.2. DELIBERAR sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2025 e a distribuição de dividendos.

(a) Destinação do Lucro Líquido

A administração apresenta a proposta para destinação do lucro líquido do exercício de 2025 em atendimento ao disposto no artigo 10, parágrafo único, inciso II e



respectivo Anexo A à Resolução CVM 81/22. Referida proposta consta no **Anexo IV**. Recomendamos a leitura detida do referido anexo.

O lucro líquido da Companhia no exercício social de 2025 foi de R\$ 15.463.827.865,44 (quinze bilhões e quatrocentos e sessenta e três milhões e oitocentos e vinte e sete mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

A administração propõe a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício de 2025:

1. O valor de R\$ 773.191.393,27 (setecentos e setenta e três milhões e cento e noventa e um mil e trezentos e noventa e três reais e vinte e sete centavos), para a conta Reserva Legal;
2. O valor de R\$ 7.620.000.000,00 (sete bilhões, seiscentos e vinte milhões de reais), título de juros sobre o capital próprio imputados ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios aos Acionistas, os quais já foram objeto de deliberação em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de janeiro de 2025, 10 de abril de 2025, 10 de julho de 2025, 10 de outubro de 2025 e 22 de dezembro de 2025; e
3. O saldo do lucro líquido remanescente após as distribuições acima, no valor de R\$ 7.070.636.472,17 (sete bilhões e setenta milhões e seiscentos e trinta e seis mil e quatrocentos e setenta e dois reais e dezessete centavos), para a conta de Reserva de Equalização de Dividendos, na forma do artigo 36, inciso III, a, do Estatuto Social da Companhia.

A administração entende que a proposta de destinação do lucro líquido acima foi formulada de acordo com as obrigações legais e estatutárias aplicáveis à Companhia, e está em consonância com os objetivos e estratégias da Companhia, razão pela qual a administração recomenda a sua aprovação sem restrições.

(b) Distribuição de Dividendos

Conforme melhor detalhado no Anexo IV desta Proposta da Administração, a administração da Companhia aprovou a distribuição aos acionistas do montante global de R\$7.620.000.000,00 (sete bilhões, seiscentos e vinte milhões de reais), a título de juros sobre o capital próprio imputados ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, os quais já foram objeto de deliberação em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de janeiro de 2025, 10 de abril de 2025, 10 de julho de 2025, 10 de outubro de 2025 e 22 de dezembro de 2025 e foram pagos aos acionistas com base em suas respectivas participações no capital social da Companhia.

**4.3. FIXAR a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia para o exercício de 2026.**

A administração apresenta a proposta de remuneração dos administradores, em atendimento ao disposto no artigo 13, incisos I e II da Resolução CVM 81/22 e item 8 do Formulário de Referência, na forma do **Anexo V** desta Proposta.

Para o período de janeiro a dezembro de 2026, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações.

O montante proposto pelo Conselho de Administração como remuneração global dos membros do Comitê de Auditoria para o período de 12 (doze) meses a contar do dia 1º de janeiro de 2026 é de até R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).



ANEXO I:
MODELO DE PROCURAÇÃO

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] ("Outorgante"), nomeia e constitui como seus procuradores os Srs. **CAROLINA SILVIA ALVES NOGUEIRA TRINDADE**, brasileira, casada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 182.414 e no CPF/MF sob o nº 124.143.167.13; e **RAFAEL TRIDICO FARIA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP 358.447 e no CPF/MF 409.544.508-41, ambos advogados, com domicílio comercial nesta Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nos 2041 - Bloco A – Vila Nova Conceição ("Outorgados"), para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, representarem o Outorgante, na qualidade de acionista do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que será realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 15 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041 – mezanino, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, e se necessário em segunda convocação em data a ser informada oportunamente, aos quais outorga poderes para comparecerem à assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da Ordem do Dia:

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, parecer dos auditores independentes e Relatório do Comitê de Auditoria.

() A favor () Contra () Abstenção

(ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2025 e a distribuição de dividendo.

() A favor () Contra () Abstenção

(iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia para o exercício de 2026.

() A favor () Contra () Abstenção

Os Outorgados ficam autorizados a se abster de qualquer deliberação ou ato para o qual não tenham recebido, a seu critério, orientações de voto suficientemente específicas. O (a) Outorgante manterá os Outorgados acima indenados e livres de toda e qualquer reclamação, disputa, demanda, prejuízo ou dano, de qualquer natureza, decorrente do cumprimento do presente mandato, exceto nos casos de atos praticados com abuso ou excesso de mandato, nos termos da legislação vigente.

O presente instrumento de mandato terá validade apenas para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia acima referida.

[Local], [dia] de [mês] de 2026.

[Assinatura do Outorgante]

**ANEXO II****COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES ACERCA DA SITUAÇÃO
FINANCEIRA DA COMPANHIA****(Conforme inciso III do artigo 10 da Resolução CVM 81/22)****2.1. Os diretores devem comentar sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

- Desaceleração suave da atividade no Brasil com inflação mais benigna e reforço do cenário de início de cortes em 2026.

Os dados de atividade ao longo do período mostraram perda gradual de ímpeto, com o PIB do 3T25 apresentando crescimento modesto, de 0,1% t/t, compatível com um processo de desaceleração suave à frente (não projetamos crescimento para o 4T). Serviços e varejo apresentaram desempenho misto, com alguns segmentos ainda resilientes, mas já com sinais de moderação mais disseminados. No campo inflacionário, as leituras do IPCA surpreenderam para baixo em vários momentos, com núcleos mais comportados, menor difusão e efeitos relevantes da redução dos preços de combustíveis — especialmente o corte de quase 5% no preço da gasolina nas refinarias — ajudando a conter a inflação corrente e a reforçar o processo de desinflação ao longo do 4T25. A inflação encerra o ano de 2025 dentro da banda de tolerância da meta de inflação.

- Copom manteve a taxa Selic em 15,00%, mas consolida a leitura de que o ciclo de flexibilização começa em 2026.

Ao longo das comunicações entre outubro e dezembro, o Copom manteve a Selic em 15,00% e reiterou a necessidade de uma política monetária “significativamente contracionista por período prolongado”. Ainda assim, passaram a trazer sinais mais claros de transição no debate — da ênfase na “necessidade de novos apertos” para a “avaliação da suficiência do nível atual de juros”. As projeções de inflação também recuaram gradualmente ao longo do período.

- Fiscal segue no foco, com alívios pontuais e necessidade de novas receitas à frente.

O período foi marcado por uma agenda fiscal intensa, com discussões e aprovação de medidas voltadas para aumento de receitas, incluindo a realização de um leilão de petróleo. Foram aprovadas iniciativas que ampliaram a arrecadação, como a redução de créditos tributários, contribuindo para a aprovação final do orçamento. No fim do ano passado, foram sancionadas as diretrizes para 2026, estabelecendo meta de resultado primário de 0,25% do PIB. Em 2025, o governo deve ter alcançado a banda da meta com R\$12 bilhões em dividendos e R\$8 bilhões provenientes do leilão de petróleo.

- Resiliência da economia global em meio às incertezas.

A economia global continuou mostrando resistência apesar de choques (como tarifas, tensões geopolíticas e incertezas comerciais). Os dados indicaram crescimento global ainda positivo próximo das projeções (cerca de entre 2,8 – 3% em 2025) e atividade



sólida nas principais economias (EUA, China, área do euro), com mercados de trabalho aquecidos, embora com sinais de desaceleração e riscos para 2026. A inflação que segue moderando gradualmente mesmo diante das pressões derivadas das tarifas aplicadas, mas permanece acima de metas em algumas economias avançadas. Neste cenário, os principais bancos centrais seguem ou em pausa, ou cortando os juros (poucos sobem). O destaque fica para o FED, que seguiu entregando cortes consecutivos e encerrou o ano com as taxas em 3,75% (no limite superior).

- Shutdown mais longo da história norte-americana.

No quarto trimestre de 2025, os Estados Unidos enfrentaram uma paralisação governamental (shutdown) de 43 dias, iniciado em 1º de outubro quando o Congresso não conseguiu aprovar as apropriações orçamentárias necessárias para o ano fiscal de 2026. A paralisação tornou-se a mais longa da história americana, superando o recorde anterior de 35 dias, em meio a um impasse entre a Câmara controlada pelos republicanos e o Senado dominado pelos democratas sobre conteúdo de gastos e extensão de subsídios de saúde. Cerca de 900 mil funcionários federais foram colocados em licença, com muitos outros trabalhando sem pagamento até a reabertura em 12 de novembro, após a aprovação de um pacote de financiamento. Além disso, o shutdown teve como impacto a ausência de divulgação de dados econômicos relevantes, com diversos dados deixando de ser coletados no período, causando prejuízo à análise da conjuntura econômica.

- Leve redução das tensões geopolíticas.

O quarto trimestre de 2025 foi marcado por sinais graduais de desescalada em alguns dos principais focos de tensão geopolítica global. No Oriente Médio, avanços pontuais em negociações multilaterais e a redução da intensidade de confrontos diretos contribuíram para um ambiente de menor incerteza regional. No front comercial, apesar da retórica ainda firme, Estados Unidos e China retomaram canais formais de diálogo, com iniciativas voltadas à estabilização de fluxos comerciais e tecnológicos. Já no conflito entre Rússia e Ucrânia, embora não tenha havido uma resolução estrutural, observou-se uma diminuição relativa de episódios de escalada, acompanhada por esforços diplomáticos mais coordenados por parte de atores europeus e asiáticos.

(i) Desempenho consolidado

2025

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, reportamos um lucro líquido consolidado de R\$12,9 bilhões, uma redução de 3,3% em comparação a 2024. O total de ativos, para o exercício encerrado de 31 de dezembro de 2025, alcançou R\$1.270.029 milhões, um aumento de 2,52% em relação a 2024. O patrimônio líquido atingiu R\$125.174 milhões e o ROAE ajustado (excluindo o efeito do ágio) foi de 13,7% em 2025.

Nosso índice de adequação de capital da Basileia, de acordo com as normas do Banco Central, foi de 15,4%, em 31 de dezembro de 2025.



Em 31 de dezembro de 2025, nossa carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes brutos, cresceu 0,4%, alcançando R\$602.040 milhões, comparada a R\$599.688 milhões em 31 de dezembro de 2024.

A tabela a seguir apresenta um detalhamento gerencial da nossa carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes (bruto) por categoria de cliente nas datas indicadas.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro			Variações entre 31 de dezembro, 2025 vs. 31 de dezembro de 2024	
	2025	2024	2023	R\$ milhões	%
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)				
Pessoa Física	274.003	287.021	255.704	-13.018	-4,5%
Financiamento ao consumo	83.811	75.119	62.501	8.692	11,6%
Pequenas e Médias Empresas	83.327	73.274	64.970	10.053	13,7%
Grandes Empresas (1)	160.898	164.274	168.361	-3.376	-2,1%
Total	602.040	599.688	551.536	2.352	0,4%

(1) Companhias com receita bruta anual superior a R\$200 milhões, incluindo nossos clientes corporativos globais.

Nosso total de captações em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$928.236 milhões, um aumento de 0,2% comparado com R\$926.450 milhões em 31 de dezembro de 2024.

2024

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, reportamos um lucro líquido consolidado de R\$13,4 bilhões, um aumento de 41,2% em comparação a 2023. O total de ativos, para o exercício encerrado de 31 de dezembro de 2024, alcançou R\$1.238.797 milhões, um aumento de 11,4% em relação a 2023. O patrimônio líquido atingiu R\$119.492 milhões e o ROAE ajustado (excluindo o efeito do ágio) foi de 14,6% em 2024.

Nosso índice de adequação de capital da Basileia, de acordo com as normas do Banco Central, foi de 14,3%, em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, nossa carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes brutos, cresceu 8,7%, alcançando R\$599.688 milhões, comparada a R\$551.536 milhões em 31 de dezembro de 2023.

A tabela a seguir apresenta um detalhamento gerencial da nossa carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes (bruto) por categoria de cliente nas datas indicadas.



	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro			Variações entre 31 de dezembro, 2024 vs. 31 de dezembro de 2023	
	2024	2023	2022	R\$ milhões	%
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)				
Pessoa Física	287.021	255.704	243.399	31.317	10,91%
Financiamento ao consumo	75.119	62.501	58.824	12.618	16,80%
Pequenas e Médias Empresas	73.274	64.970	62.916	8.304	11,33%
Grandes Empresas (1)	164.274	168.361	159.516	(4.087)	-2,49%
Total	599.688	551.536	524.655	48.152	8,03%

(1) Companhias com receita bruta anual superior a R\$200 milhões, incluindo nossos clientes corporativos globais.

Nosso total de captações em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$926.450 milhões, um aumento de 8,8% comparado com R\$851.742 milhões em 31 de dezembro de 2023.

2023

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, reportamos um lucro líquido consolidado de R\$9,5 bilhões, uma redução de 33,8% em comparação a 2022. O total de ativos, para o exercício encerrado de 31 de dezembro de 2023, alcançou R\$1.115.653 milhões, um aumento de 13,2% em relação a 2022. O patrimônio líquido atingiu R\$114.453 milhões e o ROAE ajustado (excluindo o efeito do ágio) foi de 11,3% em 2023.

Nosso índice de adequação de capital da Basileia, de acordo com as normas do Banco Central, foi de 14,5%, em 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, nossa carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes brutos, cresceu 5,1%, alcançando R\$551.536 milhões, comparada a R\$524.655 milhões em 31 de dezembro de 2022.

A tabela a seguir apresenta um detalhamento gerencial da nossa carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes (bruto) por categoria de cliente nas datas indicadas.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro			Variações entre 31 de dezembro, 2023 vs. 31 de dezembro de 2022	
	2023	2022	2021	R\$ milhões	%
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)				
Pessoa Física	250.439	243.399	203.678	7.040	2,8%
Financiamento ao consumo	62.501	58.824	55.441	3.677	5,9%
Pequenas e Médias Empresas	64.970	62.916	59.602	2.054	3,2%
Grandes Empresas (1)	173.626	159.516	174.634	14.110	8,1%
Total	551.536	524.655	493.355	26.881	4,9%

(1) Companhias com receita bruta anual superior a R\$200 milhões, incluindo nossos clientes corporativos globais.



Nosso total de captações em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$851.742 milhões, um aumento de 14,9% comparado com R\$741.611 milhões em 31 de dezembro de 2022.

b. estrutura de capital:

Estrutura de Passivo						
PASSIVOS						
Em milhões de Reais	dez/25	% em relação ao passivo total	dez/24	% em relação ao passivo total	dez/23	% em relação ao passivo total
Capital Próprio – Patrimônio Líquido (1)	126.553	10%	119.827	10%	114.856	10%
Capital de Terceiros – Curto Prazo (2)	776.836	61%	746.152	60%	656.438	59%
Capital de Terceiros – Longo Prazo (3)	366.640	29%	372.818	30%	344.359	31%
Passivo Total	1.270.029	100%	1.238.797	100%	1.115.653	100%

(1) Inclui Participação não-Controladoras

(2) Passivo Circulante

(3) Passivo total, exceto Patrimônio Líquido e Passivo circulante

Índice de endividamento, segundo a fórmula: capital terceiros / ativos totais x 100, é de 90.

Ademais, a tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2025:

Principais Acionistas	Ações Ordinárias	Porcentagem de Ações Ordinárias em Circulação	Ações Preferenciais	Porcentagem de Ações Preferenciais em Circulação	Total de Ações (milhares)	Porcentagem do Capital Social Total
Sterrebeeck BV (1)	1.809.583.330	47,39%	1.733.643.596	47,11%	3.543.226.926	47,25%
Grupo Empresarial Santander SL (1)	1.627.891.019	42,63%	1.539.863.493	41,85%	3.167.754.512	42,25%
Banco Santander, S.A.	2.696.163	0,07%	-	0,00%	2.696.163	0,04%
Administradores/Executivos (2)	3.126.864	0,08%	3.126.865	0,08%	6.253.729	0,08%
Ações em Tesouraria	13.642.399	0,36%	13.642.399	0,37%	27.284.798	0,36%
Outros acionistas minoritários	361.755.256	9,47%	389.559.667	10,59%	751.314.923	10,02%
Total	3.818.695.031	100%	3.679.836.020	100%	7.498.531.051	100%

(1) Uma afiliada do Grupo Santander.

(2) Inclui membros da alta administração da Companhia

(i) Capital próprio e Participação dos Acionistas Não Controladores

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 65.000.000.000,00, totalmente integralizado e dividido em 7.498.531.051 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.



De acordo com nosso estatuto social atualmente vigente, nosso capital social poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de alterações estatutárias, mediante deliberação de nosso Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 novas ações, ficando estabelecido que o número total de ações preferenciais não pode exceder 50,0% da quantidade total de ações em circulação. Qualquer aumento de capital superior a esse limite exige a aprovação dos acionistas.

(ii) Capital Próprio e de Terceiros

A receita de instrumentos patrimoniais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 86 milhões, um aumento de R\$ 2 milhões em relação aos R\$ 84 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido a menores ganhos de dividendos de um fundo de investimento, o Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Amazon.

A receita de instrumentos patrimoniais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 84 milhões, um aumento de R\$ 61 milhões em relação aos R\$ 22 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido a menores ganhos de dividendos de um fundo de investimento, o Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Amazon.

(iii) Patrimônio de Referência – Índice de Basileia

Nossa administração de capital é baseada em princípios conservadores com acompanhamento contínuo dos itens que afetam nosso nível de solvência. Nós estamos obrigados a cumprir os regulamentos brasileiros de adequação de capital de acordo com as regras do Banco Central do Brasil. Em outubro de 2013, entraram em vigor no Brasil os novos regulamentos de implantação do capital e as exigências de capital regulatório do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (Basileia III). A exigência mínima de capital regulatório é atualmente 11%. A exigência de Nível I é de 6,0%, dividido em capital básico de pelo menos 4,5%, consistindo principalmente em capital social e reservas de lucros, incluindo ações, units de propriedade, reservas e rendimentos auferidos, e capital adicional constituído principalmente por determinadas reservas, receitas auferidas e valores mobiliários e instrumentos híbridos como capital autorizado pelo Banco Central do Brasil.

De acordo com as novas regras sobre capital regulatório no Brasil, o valor do ágio para o cálculo da base de capital foi deduzido de acordo com o “phase-in” para implementação de Basileia III no Brasil, que foi concluído em 1º de janeiro de 2019, está sendo de 100% a partir de então.

Para o ano base de 2025, a exigência do Patrimônio de Referência foi de 11,5%, incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital e 1,0% de Adicional Sistêmico. O Patrimônio de Referência Nível I atinge 9,5% e o Capital Principal Mínimo 8,0%.

Para o ano base de 2024, a exigência do Patrimônio de Referência foi de 10,9%, incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital e 1,0% de Adicional Sistêmico. O Patrimônio de Referência Nível I atinge 9,5% e o Capital Principal Mínimo 8,0%.



Para o ano base de 2023, a exigência do Patrimônio de Referência foi de 11,5%, incluindo 8,0% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,5% de Adicional de Conservação de Capital e 1,0% de Adicional Sistêmico. O Patrimônio de Referência Nível I atinge 9,5% e o Capital Principal Mínimo 8,0%.

Em 31 de dezembro,			
	2025(1)	2024(1)	2023(1)
(Em milhões de R\$, exceto percentuais)			
Patrimônio de Referência Nível I	94.548,40	85.562,90	81.259,10
Capital Principal	86.426,50	77.547,60	75.042,80
Capital Complementar	8.121,90	8.015,30	6.216,30
Patrimônio de Referência Nível II	20.521,20	15.488,40	13.644,20
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	115.069,50	101.051,20	94.903,30
Parcela de Risco de Crédito (2)	627.239,50	603.286,50	560.780,90
Parcela de Risco de Mercado (3)	45.564,20	43.523,70	33.002,70
Parcela de Risco Operacional	74.911,20	60.643,30	60.491,10
Patrimônio de Referência Exigido	747.714,90	707.453,50	654.274,70
Índice de Basileia Nível I	12,64%	12,09%	12,43%
Índice de Basileia Capital principal	11,56%	10,96%	11,48%
Índice de Basileia	15,39%	14,28%	14,51%

- (1) Valores calculados com base nas informações consolidadas do Consolidado Prudencial.
- (2) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.
- (3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWacom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWacam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossa Diretoria Executiva entende que nós apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientemente adequadas para os pagamentos de nossos compromissos assumidos.

A administração da nossa capacidade de pagamentos é feita de forma dinâmica através da implementação de limites e modelos de controle, aprovados e acompanhados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), que atua de acordo com as diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Grupo Santander e pelo Banco Central. O controle e a gestão da capacidade de pagamentos são efetuados através da análise de posições de fluxo de caixa, da liquidez estrutural e de simulações de perdas potenciais de recursos sob cenários de *stress*. É também elaborado um plano de captação que leva em consideração a melhor estruturação das fontes de captação para conseguir a diversificação necessária em termos de vencimentos, instrumentos e mercados além do estabelecimento de planos de contingência. Estes controles, agregados a manutenção de uma margem de liquidez mínima garantem recursos suficientes para honrar os depósitos de clientes e outras obrigações, conceder empréstimos e financiamentos a clientes, atender às necessidades próprias de capital



de giro para investimento e fazer frente aos eventuais riscos relacionados às crises de liquidez.

Nós administramos ativamente os riscos intrínsecos à atividade de banco comercial, tais como os riscos estruturais de taxas de juros, liquidez e taxas de câmbio. O nosso objetivo da gestão financeira é tornar a receita de juros líquida de atividades comerciais mais estáveis e recorrentes, mantendo níveis adequados de liquidez e solvência. A gestão financeira analisa também o risco de taxa de juros estrutural derivado das divergências entre as datas de vencimento e revisão dos ativos e passivos em cada uma das moedas que operamos.

As tabelas a seguir demonstram os intervalos entre datas de precificação dos ativos e passivos financeiros com datas de vencimento diferentes, em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente (posição de liquidez):

2025		Em milhões de Reais					
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Disponibilidades	20.233	-	-	-	-	-	20.233
Instrumentos de dívida (2)	998	27.899	63.722	64.925	46.782	75.284	279.609
Instrumentos de patrimônio	4.955	-	-	-	-	-	4.955
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	375	26.275	7.005	2.183	111	-	35.948
Empréstimos e adiantamentos a clientes	103.368	130.197	119.103	113.988	41.466	56.427	564.549
Derivativos	-	47.240	4.662	6.629	-	7.276	65.808
Reservas no Banco Central do Brasil	90.684	84.421	6.644	-	-	-	181.749
Total	220.612	316.031	201.136	187.725	88.358	138.987	1.152.850
Passivo:							
Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito (1)	3.727	91.573	50.164	1.403	-	-	146.868
Depósitos de clientes (1)	93.212	261.559	126.933	80.557	30.234	835	593.329
Obrigações por títulos e valores mobiliários (1)	-	4.842	18.656	40.034	70.206	26.187	159.926
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	28.114	28.114
Outros passivos financeiros	3.311	4.638	192	59.158	92	23	67.414
Posições vendidas	-	22.582	10.118	1.376	-	15.305	49.380
Derivativos	-	42.241	4.654	4.655	-	8.463	60.012
Total	100.251	427.434	210.717	187.183	100.532	78.926	1.105.042



2024

Em milhões de Reais

À vista Até 3 meses 3 a 12 meses 1 a 3 anos 3 a 5 anos Após 5 anos Total

Ativo:

Disponibilidades	15.132	21.952	-	-	-	-	37.084
Instrumentos de dívida (2)	110	28.818	43.427	80.645	56.763	74.410	284.173
Instrumentos de patrimônio	2.118	572	199	100	-	-	2.988
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	42	6.747	4.401	12.207	6.158	623	30.178
Empréstimos e adiantamentos a clientes	38.842	149.527	112.549	147.550	68.790	48.830	566.090
Derivativos	23	17.118	588	18.411	1.701	2.365	40.206
Reservas no Banco Central do Brasil	167.800	-	-	-	-	-	167.800
Total	224.067	224.734	161.165	258.914	133.413	126.228	1.128.520

Passivo:

Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito (1)	3.388	72.721	66.516	12.939	2.038	963	158.565
Depósitos de clientes (1)	227.425	184.353	87.236	46.522	59.475	57	605.068
Obrigações por títulos e valores mobiliários (1)	-	23.042	3.981	42.216	55.261	15.177	139.678
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	-	-	-	-	23.138	23.138
Outros passivos financeiros	1.122	20.529	7.482	37.652	12.378	14	79.177
Posições vendidas	-	972	2.729	5.638	11.873	18.185	39.397
Derivativos	-	4.507	5.612	12.540	1.652	15.099	39.410
Total	231.935	306.125	173.555	157.508	142.677	72.634	1.084.434

2023

Em milhões de Reais

À vista Até 3 meses 3 a 12 meses 1 a 3 anos 3 a 5 anos Após 5 anos Total

Ativo:

Disponibilidades	9.213	13.909	-	-	-	-	23.122
Instrumentos de dívida (2)	412	69.311	10.259	120.486	36.520	7.427	244.415
Instrumentos de patrimônio	2.768	365	156	149	-	-	3.438
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	55	7.259	4.101	13.974	320	8	25.717
Empréstimos e adiantamentos a clientes	24.034	130.798	120.472	136.238	56.969	49.466	517.977



Derivativos	28	7.347	874	17.727	1.036	2.283	29.295
Reservas no Banco Central do Brasil	170.868	-	-	-	-	-	170.868
Total	207.378	228.989	135.862	288.574	94.845	59.184	1.014.832

Passivo:

Passivos financeiros ao custo amortizado:							
Depósitos de instituições de crédito (1)	398	43.945	57.342	11.884	3.024	1.919	118.512
Depósitos de clientes (1)	73.434	248.147	105.183	99.181	53.189	4.087	583.221
Obrigações por títulos e valores mobiliários (1)	-	13.969	35.762	67.809	1.613	5.245	124.398
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	-	391	812	1.261	1.417	15.746	19.627
Outros passivos financeiros	1.493	15.473	3.863	43.926	39	-	64.794
Posições vendidas	-	723	1.673	3.182	2.741	11.513	19.832
Derivativos	-	4.344	4.013	12.858	1.674	2.050	24.939
Total	75.325	326.992	208.648	240.101	63.697	40.560	955.323

(1) Incluem obrigações que podem ter exigibilidade antecipada, sendo: depósitos à vista e a prazo, operações compromissadas com clientes, LCI e LCA.

A tabela a seguir demonstra os ativos e passivos financeiros por moeda nacional e estrangeira, em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 (posição moeda):

	Em 31 de dezembro de					
	2025		2024		2023	
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
	(em milhões de R\$)					
Ativo						
Disponibilidades e reservas no Banco Central	5.452	14.780	14.584	22.501	8.959	14.164
Instrumentos de dívida	271.544	8.065	264.754	19.419	229.282	15.132
Instrumentos de patrimônio	34.750	1.199	27.298	2.879	23.877	1839
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito, bruto	481.275	83.273	482.117	83.973	444.022	73.955
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	4.933	22	2.176	166	2.728	102
Total	797.955	107.339	790.929	128.938	708.868	105.192
Passivo						
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Depósitos do Banco Central e instituições de crédito	44.745	102.122	72.493	86.072	49.475	69.037
Depósitos de clientes	542.022	51.307	552.831	52.237	538.5	44.721



Obrigações por títulos e valores mobiliários	141.873	18.053	117.332	18.301	110.935	13.463
Instrumentos de Dívidas Elegível a Capital	28.114	-	23.138	-	19.832	-
Outros passivos financeiros	67.414	-	118.202	371	64.68	114
Total	824.168	171.481	883.996	156.981	783.422	127.335

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A tabela a seguir apresenta a composição das captações nas datas indicadas:

	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
	(em milhões de R\$)		
Depósitos de clientes	593.329	605.068	583.220
Contas correntes	31.907	41.297	36.599
Contas-poupança	53.201	57.369	58.075
Depósitos a prazo	431.659	425.287	390.497
Acordos de recompra	76.562	81.115	98.049
Operações lastreadas com Valores mobiliários Privados (1)	18.907	13.689	21.550
Operações garantidas por Valores mobiliários Públicos	57.655	67.426	76.499
Depósitos do Banco Central do Brasil e instituições de crédito	146.868	158.566	118.512
Depósitos à vista	1951	859	5.100
Depósitos a prazo (2)	119.636	126.588	95.290
Acordos de recompra	25.28	31.119	18.122
Operações lastreadas com Valores mobiliários Privados (1)	—	14	63
Operações garantidas por Valores mobiliários Públicos	25.28	31.105	18.059
Total de depósitos	740.196	763.634	701.732
Valores mobiliários de dívida negociáveis	159.926	139.678	130.383
Letras de Crédito do Agronegócio	38.74	32.447	36.423
Letras Financeiras	38.234	24.516	22.729
Cédulas de Crédito Imobiliário	64.899	62.864	57.619
Outros valores mobiliários	18.053	19.851	13.612
Instrumentos de Dívida Elegíveis para Compôr Capital de Nível 1 e Nível 2	28.114	23.138	19.627
Captação Total	928.236	926.450	851.742

(1) Refere-se principalmente a operações compromissadas lastreadas em debêntures.

(2) Inclui operações com instituições de crédito vinculadas a linhas de financiamento à exportação e importação, repasses do BNDES e FINAME e no exterior em outras linhas de crédito no exterior.

**(i) Depósitos**

- *Depósitos de Clientes:* Nosso saldo de depósitos de clientes era de R\$ 593,3 bilhões em 31 de dezembro de 2025, R\$ 605,1 bilhões em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 583,2 bilhões em 31 de dezembro de 2023, representando 63,9%, 65,3% e 68,5% de nosso financiamento total, respectivamente.
- *Contas Correntes:* Nosso saldo de contas correntes era de R\$ 31,9 bilhões em 31 de dezembro de 2025, R\$ 41,3 bilhões em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 36,6 bilhões em 31 de dezembro de 2023, representando 4,3%, 5,4% e 5,2% do total de depósitos, respectivamente.
- *Cadernetas de Poupança:* Nosso saldo de contas poupança era de R\$53,2 bilhões em 31 de dezembro de 2025, R\$57,4 bilhões em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 58,1 bilhões em 31 de dezembro de 2023, representando 7,2%, 7,5% e 8,3% do total de depósitos, respectivamente.
- *Depósitos a Prazo de Clientes:* Nosso saldo de depósitos a prazo de clientes era de R\$ 431,7 bilhões em 31 de dezembro de 2025, R\$ 425,3 bilhões em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 390,5 bilhões em 31 de dezembro de 2023, representando 58,3%, 55,7% e 55,6% do total de depósitos, respectivamente.
- *Acordos de Recompra:* Mantemos uma carteira de instrumentos de dívida dos setores público e privado brasileiros usados para obter fundos overnight de outras instituições financeiras ou fundos de investimento por meio da venda de tais valores mobiliários e, simultaneamente, concordando em recomprá-los. Em função da natureza de curto prazo (*overnight*) dessa fonte de financiamento, tais transações são voláteis e compostas, geralmente, por valores mobiliários públicos brasileiros e por acordos de recompra vinculados a debêntures. Os títulos vendidos em operações compromissadas diminuíram para R\$ 76,6 bilhões em 31 de dezembro de 2025, R\$ 81,1 bilhões em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 98 bilhões em 31 de dezembro de 2023, representando 10,3%, 10,6% e 14,0% do total de depósitos, respectivamente.

(ii) Depósitos do Banco Central e Instituições de Crédito

Nosso saldo de depósitos do Banco Central do Brasil e instituições de crédito era de R\$ 146,9 bilhões em 31 de dezembro de 2025, R\$ 158,6 bilhões em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 118,5 bilhões em 31 de dezembro de 2023, representando 19,8%, 20,8% e 16,9% do total de depósitos, respectivamente.

Nosso saldo de depósitos inclui principalmente empréstimos e repasses nacionais:

- *Obrigações por empréstimos.* Temos relacionamento com bancos em todo o mundo, fornecendo linhas de crédito vinculadas a moedas estrangeiras (seja ao dólar ou a uma cesta de moedas estrangeiras). Aplicamos os recursos dessas transações principalmente a operações de empréstimo vinculadas ao dólar dos EUA e, em particular, a operações de *trade finance*.
- *Repasses Nacionais.* Empréstimos de instituições públicas, principalmente BNDES e FINAME, para as quais atuamos como agente financeiro. O financiamento dessas fontes no Brasil representa um método de fornecer empréstimos de longo prazo com taxas de juros médias atrativas para certos setores da economia. Os



empréstimos desses fundos são alocados pelo BNDES, por meio de bancos, a setores específicos voltados para o desenvolvimento econômico. Esse tipo de empréstimo é conhecido como “repasso”. Como os fundos repassados geralmente são pareados e/ou financiados por empréstimos de uma agência do governo federal, não assumimos risco de incompatibilidade de prazos ou taxas de juros, nem cobramos juros a uma margem fixa sobre o custo dos fundos. No entanto, retemos o risco de crédito comercial do mutuário e, portanto, temos discricão na decisão do empréstimo e na aplicação dos critérios de crédito. Esse tipo de financiamento não é afetado pela exigência de depósito compulsório. O repasse geralmente é garantido, embora não seja exigido pelos termos do repasse.

(iii) Outros Meios de Captação

(iii.1) Títulos de Dívida

Nosso saldo de valores mobiliários de dívida negociáveis era de R\$ 159,9 bilhões em 31 de dezembro de 2025, R\$ 139,7 bilhões em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 130,4 bilhões em 31 de dezembro de 2023, representando 17,2%, 15,1% e 15,3% de nosso financiamento total, respectivamente.

A Letra de Crédito do Agronegócio, que são notas de crédito livremente negociáveis e representam uma promessa incondicional de pagamento em dinheiro, são emitidas exclusivamente por instituições financeiras e relacionadas a direitos creditórios originados de transações realizadas entre produtores rurais e suas cooperativas e agentes da cadeia produtiva do agronegócio e as aceitações cambiais, atingiram R\$ 38,7 bilhões em 31 de dezembro de 2025, R\$ 32,4 bilhões em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 36,4 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

Letras Financeiras são uma alternativa de financiamento disponível para bancos que podem ser caracterizados como seniores ou elegíveis para compor o patrimônio de referência, nos termos da Resolução CMN nº 5.007, de 24 de março de 2022, seu prazo mínimo deve ser de 24 meses e deve ser emitido por um valor mínimo de R\$ 300.000 para transações subordinadas e R\$ 50.000 para transações seniores. Nosso saldo de letras do tesouro totalizou R\$ 38,2 bilhões em 31 de dezembro de 2025, um aumento de 56,0% em relação aos R\$24,5 bilhões em 31 de dezembro de 2024.

As Letras de Crédito Imobiliário aumentaram 3,2%, passando de R\$ 62,9 bilhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 64,9 bilhões em 31 de dezembro de 2025.

Realizamos emissões de valores mobiliários, inclusive no âmbito do nosso Programa Global de Letras de Médio Prazo. Nosso saldo de títulos e outros valores mobiliários era de R\$ 18,1 bilhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 19,9 bilhões em 31 de dezembro de 2024. Essa variação ocorreu, principalmente pelas condições favoráveis do mercado.

(iv) Instrumentos Elegíveis a compor Nível I e Nível II

Em 5 de novembro de 2018, nosso conselho de administração aprovou a emissão, por meio de nossa agência nas Ilhas Cayman, de instrumentos de dívida para fazer parte de nosso patrimônio de referência de Nível 1 e Nível 2 no valor total de US\$2,5 bilhões, de acordo com uma oferta feita para pessoas não americanas de acordo com o Regulamento S da Securities Act de 1993 dos EUA, conforme alterado, ou a “Oferta



de Notas". Nossa Oferta de Notas foi estruturada da seguinte forma: (i) US\$ 1,25 bilhão indexado a 7,25% ao ano sem vencimento (perpétuo) e juros pagos semestralmente; e (ii) US\$ 1,25 bilhão indexado a 6,125% ao ano com vencimento em novembro de 2028 e juros pagos semestralmente. Essas emissões foram feitas por meio de nossa filial nas Ilhas Cayman e, como resultado, não geram responsabilidade pelo imposto de renda na fonte. Além disso, nosso conselho de administração também aprovou o resgate de instrumentos de dívida emitidos para fazer parte de nosso capital regulamentar de Nível 1 e Nível 2, conforme estabelecido na resolução do conselho de 14 de janeiro de 2014. Os recursos da Oferta de Notas foram utilizados para financiar este resgate. Em 18 de dezembro de 2018, o Banco Central do Brasil autorizou as operações contempladas na Oferta das Notas e no resgate, as quais foram concluídas em 29 de janeiro de 2019.

Em novembro e dezembro de 2021, o Santander Brasil emitiu Letras Financeiras com cláusula de subordinação, a serem utilizadas para compor nosso patrimônio de referência Nível 2, no valor total de R\$ 5,5 bilhões. As Letras Financeiras têm prazo de dez anos e opções de resgate e recompra de acordo com a regulamentação aplicável. As Letras Financeiras tiveram impacto estimado de 92 pontos-base em nosso patrimônio de referência de Nível 2.

Em outubro e novembro de 2023, o Santander Brasil exerceu sua opção de recompra dos instrumentos de dívida Nível 2 emitidos em 2018 no valor de US\$ 1,25 bilhão. Em seu lugar para compor nosso capital regulatório de Nível 2, o Santander Brasil emitiu letras financeiras com cláusula de subordinação no valor total de R\$ 6,0 bilhões. Estas novas letras financeiras têm prazo de 10 anos e opções de resgate e recompra de acordo com a regulamentação aplicável.

Em 8 de novembro de 2024, o Santander Brasil também exerceu sua opção de recompra de determinados instrumentos de dívida Nível 1 emitidos em 2018 no valor de US\$ 1,25 bilhão. Em seu lugar para compor o capital regulatório Nível 1, o Santander Brasil emitiu letras financeiras subordinadas no valor total de R\$ 7,6 bilhões. Essas novas letras financeiras são perpétuas com cláusula de recompra exercível a partir de cinco anos de sua emissão, de acordo com a regulamentação aplicável.

Além disso, em 4 de dezembro de 2025, o Santander Brasil emitiu títulos financeiros com cláusula de subordinação Nível 2 no valor total de R\$ 2,4 bilhões. Esses novos títulos financeiros têm prazo de 10 anos, pagamentos semestrais de cupons, bem como opções de resgate e recompra, de acordo com os regulamentos aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos instrumentos de dívida de Nível 1 e de Nível 2 era de R\$ 28,1 bilhões, em comparação com R\$ 23,1 bilhões em 31 de dezembro de 2024.

(v) Dívida Subordinada

Em 31 de dezembro de 2025, não possuíamos dívidas subordinadas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez



Devido às nossas fontes estáveis e diversificadas de captação de recursos, que incluem uma grande base de depósito de seus clientes conforme detalhado no item 10.1.d acima, historicamente não tivemos problemas de liquidez.

Como parte de nossa gestão do risco de liquidez, possuímos um plano formal com medidas a serem tomadas em cenários de crise de liquidez sistêmica e/ou decorrentes de eventual risco de nossa imagem corporativa. Esse plano de contingência de liquidez contém parâmetros de atenção, além de medidas e ações preventivas a serem acionadas em momentos de deficiência de liquidez, caso as reservas fiquem abaixo de determinados parâmetros.

Como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas para cobertura de deficiências de liquidez, poderão ser utilizados os seguintes recursos: (i) captação de depósitos; (ii) emissões de títulos; (iii) operações compromissadas com títulos públicos/privados; (iv) revisão de preços de transferência; (v) estabelecimento de políticas de crédito mais restritivas; e (vi) liberação de margem de garantia na B3 S.A.– Brasil Bolsa, Balcão.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não há contratos de empréstimo ou outros instrumentos de dívida que nossa administração julgue ser relevante para nós, com exceção dos valores mobiliários representativos de dívida de nossa emissão descritos na Seção 18 do Formulário de Referência.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Nossas principais fontes de recursos são os depósitos locais nas modalidades à vista, cadernetas de poupança e a prazo, em linha com os outros bancos brasileiros, bem como captações no mercado aberto, quais sejam, títulos de emissão própria e títulos do Governo Federal com compromisso de recompra (“operações compromissadas”).

Possuímos ainda depósitos em instituições de crédito relacionadas às linhas de financiamento à exportação e importação captados junto a bancos no exterior e destinados a aplicação em operações comerciais de câmbio relacionadas ao financiamento à exportação e importação. Também somos parte em obrigações de longo prazo via repasses, todas em conformidade com as políticas operacionais do sistema BNDES.

(ii.1) Eurobonds e Notas de Securitização - MT100

As emissões externas de títulos denominados em moeda estrangeira incluem títulos e outros valores mobiliários (Eurobonds e Notas Estruturadas). A tabela a seguir demonstra a composição detalhada dos Eurobonds:

Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	2025	2024	2023
2021	2031	Até 9% + CDI	2.608.545	4.195.534	3.337.315
2022	2035	Até 9% + CDI	1.247.459	1.459.607	1.918.929



2023	2029	Até 9% + CDI	2.022.920	3.102.939	8.355.844
2024 (1)	2029	Até 9% + CDI	2.568.847	11.093.246	-
2025	2035	Até 9% + CDI	9.604.861	-	-
Total			18.052.632	19.851.326	13.612.088

(1) Incluir taxa SOFR.

(ii.2) Dívidas subordinadas

Nós utilizamos instrumentos de dívida subordinada na sua estrutura de captação, representados por títulos emitidos nos moldes das normas do Banco Central, os quais são utilizados como Patrimônio de Referência - Nível 2, para apuração dos limites operacionais, incluindo CDBs Subordinados, certificados de depósito emitidos por nós no mercado local, em diversas emissões, a taxas de juros atualizadas pelo CDI ou pelo IPCA.

(iii) **grau de subordinação entre as dívidas**

Em caso de nossa liquidação judicial ou extrajudicial há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa prevista em lei, a qual deverá ser respeitada nos termos da legislação brasileira vigente à época. Especificamente com relação às dívidas financeiras que compõem nosso endividamento, deverá ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas garantidas por garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. Vale dizer que, em relação às dívidas com garantia real, os credores preferem aos demais até o limite do ativo dado em garantia e, no quanto sobejar, terão seus créditos incluídos na ordem de pagamento dos credores quirografários. Entre os credores quirografários não há grau de subordinação, assim como também não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

(iv) **eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições**

Referente aos títulos emitidos no exterior, cujos descritivos das operações e programas estão descritos no Item 12.9 do Formulário de Referência ("Programa de Securitização" e "Medium Term Notes – MTN"), as principais restrições impostas ao emissor, existentes em contratos de financiamento, também estão descritas no mesmo item.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

As informações solicitadas neste item não são aplicáveis a instituições financeiras. Nós estamos sujeitos, entretanto, aos parâmetros determinados pelas autoridades monetárias, em consonância com os princípios de Basileia.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

(i) **Ativo e Passivo (em milhões de reais):**



A seguir são apresentadas as principais variações em contas do balanço patrimonial para os exercícios de 2025, 2024 e 2023.

Ativo	2025	2024	Var. 2025x2024	2023	Var. 2024x2023
Disponibilidade e Reservas no Banco Central do Brasil	20.233	37.084	-45,40%	23.123	60,40%
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	262.407	231.002	13,60%	208.922	10,60%
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes	69.446	92.079	-24,60%	59.052	55,90%
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	800.546	768.325	4,20%	723.710	6,20%
Derivativos Utilizados como Hedge	217	30	623,30%	25	20,00%
Ativos não Correntes Mantidos para Vendas	1.413	1042	35,60%	914	14,00%
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto	3.517	3.640	-3,40%	1.610	126,10%
Créditos Tributários	65.061	59.790	8,80%	52.839	13,20%
Outros Ativos	8.916	6.956	28,20%	5.997	16,00%
Ativo Tangível	5.046	6.022	-16,20%	7.086	-15,00%
Ativo Intangível	33.227	32.827	1,20%	32.376	1,40%
Total do Ativo	1.270.029	1.238.797	2,50%	1.115.653	11,00%

Passivo e Patrimônio Líquido	2025	2024	Var. 2025x2024	2023	Var. 2024x2023
Passivos Financeiros para Negociação	112.471	82.723	36,00%	43.596	89,70%
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	-	-	0,00%	5.986	-100,00%
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	992.387	1.001.581	-0,90%	910.551	10,00%
Derivativos Utilizados como Hedge	184	130	41,50%	1.176	-88,90%
Provisões	11.804	10.977	7,50%	11.473	-4,30%
Passivos Fiscais	9.389	10.175	-7,70%	9.000	13,10%
Outras Obrigações	17.241	13.384	28,80%	19.014	-29,60%
Total do Passivo	1.143.476	1.118.970	2,20%	1.000.796	11,80%
Patrimônio Líquido	130.282	126.199	3,20%	118.421	6,60%
Outros Resultados Abrangentes	-5.108	-6.707	-23,80%	-3.968	69,00%
Patrimônio Líquido Atribuível ao Controlador	125.174	119.492	4,80%	114.453	4,40%
Total do Patrimônio Líquido	126.553	119.827	5,60%	114.856	4,30%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.270.029	1.238.797	2,50%	1.115.653	11,00%

Nossos ativos totais atingiram, em 31 de dezembro de 2025, R\$1.270.029 milhões, um crescimento de 2,5% na comparação com 2024, cujo total de ativos alcançou R\$1.238.797 milhões, 11% maior que o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$1.115.653 milhões.

A carteira de empréstimos e adiantamento a clientes brutos, sem avais e fianças, totalizou R\$602.040 em 31 de dezembro de 2025, um crescimento de 0,4%



comparado a R\$599.688 em 31 de dezembro de 2024, um crescimento de 8,7% comparado a R\$551.536 milhões em 31 de dezembro de 2023.

O patrimônio líquido consolidado totalizou R\$125.174 milhões em 31 de dezembro de 2025, R\$119.492 milhões em 31 de dezembro de 2024 e R\$114.453 milhões em 31 de dezembro de 2023, com aumento de 4,8% em 31 de dezembro de 2025 em relação a 2024 e aumento de 4,4% em 31 de dezembro de 2024 em relação a 2023. A variação do patrimônio líquido no exercício é decorrente, principalmente, do crescimento das receitas, do Lucro Líquido do período no montante de R\$12.965 milhões e reduzido pelo destaque de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$7.620 milhões.

**2.2. Os diretores devem comentar:****a. resultados das operações da Companhia:****Resultados das Operações dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023**

O quadro a seguir apresenta uma visão geral dos principais aspectos centrais de nossos resultados de operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

A Receita Total totalizou R\$ 74.997 milhões em 2025, um aumento de 1,7%, ou R\$ 1.239 milhões em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, impulsionado pelo aumento da receita líquida de juros e comissões de taxas.

O Lucro Líquido Consolidado totalizou R\$ 12.965 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, uma redução de 3,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido a (i) um aumento em outros ganhos não financeiros impactados pela transação de joint venture com o Grupo Pluxee em 2024; (ii) um aumento nas perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros devido ao aumento sistemático do endividamento familiar e da inadimplência sistêmica impulsionado por uma taxa de juros mais alta, e (iii) um aumento nas provisões, impulsionado por maiores contingências trabalhistas.

A Carteira de Crédito a clientes totalizou R\$ 602.040 milhões em 31 de dezembro de 2025, um aumento de 0,4% em relação a 31 de dezembro de 2024, devido principalmente ao aumento da nossa carteira de empréstimos para financiamento ao consumidor, PMEs (especialmente capital de giro) e pessoas físicas (especialmente cartões de crédito e financiamentos imobiliários).

A exposição ao risco de crédito totalizou R\$ 778,9 bilhões em 31 de dezembro de 2025, aumento de 3,8% em relação a 31 de dezembro de 2024.

A Qualidade de Crédito, o índice de exposição ao risco de crédito em relação aos ativos problemáticos foi de 6,3% no ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, um aumento de 0,6 ponto percentual em comparação com o ano anterior.

O índice de cobertura foi de 83,2% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, uma redução de 1,2 p.p. em comparação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Nosso índice de adequação de Capital de Basileia foi de 15,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, um aumento de 1,1 p.p. em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Os depósitos de clientes e do Banco Central do Brasil diminuíram 3,1%, atingindo R\$ 740 bilhões em 2025, principalmente devido à queda nos depósitos à vista de clientes, especialmente em contas correntes, refletindo uma migração para instrumentos de prazo mais rentáveis, tanto no atacado quanto no varejo. Os depósitos a prazo aumentaram no período, compensando parcialmente a redução nos saldos à vista. Os depósitos de instituições de crédito também



	diminuíram, principalmente devido à queda nos depósitos a prazo interbancários e nas operações de recompra.
--	---

Resultados das Operações

A tabela a seguir apresenta nossos resultados operacionais consolidados para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2025	2024	2023	Alteração % 2025/2024	Alteração % 2024/2023
(em milhões de R\$, exceto percentuais)					
Lucro líquido de juros	57.634	56.679	46.884	1,7%	20,9%
Lucros de instrumentos patrimoniais	86	84	22	2,4%	281,8%
Lucros de empresas contabilizados pelo método patrimonial	458	313	239	46,3%	31,0%
Taxa líquida e receita de comissão (despesa)	17.495	17.205	15.640	1,7%	10,0%
Ganhos (perdas) em ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças de câmbio (líquidas)	131	129	3.795	1,6%	-96,6%
Outras receitas (despesas) operacionais (líquidas)	-808	-652	-716	23,9%	-8,9%
Lucro total	74.997	73.757	65.864	1,7%	12,0%
Despesas administrativas	-20.938	-20.417	-19.563	2,6%	4,4%
Depreciação e amortização	-2.626	-2.731	-2.741	-3,8%	-0,4%
Provisões (líquidas)	-4.979	-4.595	-4.424	8,4%	3,9%
Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (líquidas)	-29.540	-28.484	-28.008	3,7%	1,7%
Perdas por redução ao valor recuperável em outros ativos (líquidas)	-397	-252	-250	57,5%	0,8%
Outros ganhos (perdas) não financeiros	212	1.912	1.044	-88,9%	83,1%
Lucro operacional antes dos impostos	16.729	19.190	11.922	-12,8%	61,0%
Imposto de renda	-3.764	-5.776	-2.423	-34,8%	138,4%
Lucro líquido consolidado do ano	12.965	13.414	9.499	-3,3%	41,2%

Lucro consolidado no exercício

Nosso lucro líquido consolidado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 12.965 milhões, uma redução de R\$ 449 milhões, ou 3,3%, em comparação com nosso lucro líquido consolidado de R\$ 13.414 milhões para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, devido principalmente (i) uma redução em outros ganhos não financeiros de R\$ 1.700 milhões, ou 88,9%, impactados pela transação de joint venture com o Grupo Pluxee em 2024; (ii) um aumento nas perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros de R\$ 1.056 milhões, ou 3,7%, devido ao aumento sistemático do endividamento familiar e da inadimplência sistêmica impulsionado por uma taxa de juros mais alta, e (iii) um aumento nas provisões de R\$ 384 milhões, ou 8,3%, impulsionado por maiores contingências trabalhistas.

Nosso lucro líquido consolidado para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 13.414 milhões, um aumento de R\$ 3.915 milhões, ou 41,2%, em comparação com nosso lucro líquido consolidado de R\$ 9.499 milhões para o ano



encerrado em 31 de dezembro de 2023, devido principalmente a (i) um aumento na receita líquida de juros de R\$ 9.795 milhões, ou 20,9%, para R\$ 56.679 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, ante R\$ 46.884 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023, impulsionado pelo aumento na receita líquida de juros nas operações de crédito e melhor desempenho nas operações de mercado, apesar do ambiente macroeconômico volátil; (ii) um aumento na receita líquida de taxas de R\$ 1.565 milhões, ou 10,0%, para R\$ 17.205 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, ante R\$ 15.640 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023, impulsionado pelos melhores resultados em capitalização, seguros e gestão de caixa.

Receita líquida de juros

A receita líquida de juros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 57.634 milhões, um aumento de 1,7% ou R\$ 956 milhões em relação aos R\$ 56.679 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao aumento da receita de: (i) produtos de depósito, especialmente depósitos a prazo e depósitos à vista em nossos negócios de pessoas físicas e PMEs, e (ii) produtos de crédito, especialmente em nossos negócios de PMEs e financiamento ao consumidor, em ambos os casos impulsionados pelo crescimento do volume de produtos como capital de giro, financiamento de veículos e hipotecas. Isso foi parcialmente compensado pela sensibilidade negativa ao aumento das taxas de juros.

A média de ativos rentáveis totais em 2025 foi de R\$ 1.110.376 bilhões, um aumento de 4,4% em relação aos R\$ 1.063.823 bilhões em 2024. O principal fator dessa variação foi o aumento do montante médio de empréstimos e adiantamentos a clientes e de empréstimos e valores a receber de instituições de crédito.

A margem financeira líquida (receita financeira líquida dividida pelos ativos com rendimento médio) em 2025 foi de 5,2% e de 5,3% em 2024, impactada por uma maior participação de novos negócios em produtos com garantia e pelo foco em carteiras e segmentos com menor risco de crédito, refletindo nossa estratégia de buscar aumentar a rentabilidade líquida.

A média dos passivos remunerados totais em 2025 foi de R\$ 888.931 milhões, um aumento de 4,7% em relação aos R\$ 849.299 milhões em 2024.

Por último, o spread de juros líquido (a diferença entre os juros dos ativos rentáveis e o custo médio dos passivos remunerados) foi de 2,7% em 2025, principalmente devido a uma mudança no nosso mix de carteira para clientes com melhor perfil de risco.

A receita líquida de juros no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 56.679 milhões, um aumento de 20,9% ou R\$ 9.795 milhões em relação aos R\$ 46.884 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento deveu-se principalmente ao incremento da receita proveniente de: (i) produtos de crédito, especialmente em nossos negócios de crédito a pessoa física e financiamento ao consumidor, impulsionado pelo crescimento do volume de produtos como cartões de crédito, financiamento consignado, financiamento de veículos e financiamento imobiliário, e (ii) melhor desempenho nas operações de mercado. Esse aumento foi parcialmente compensado por spreads de juros menores, atribuíveis a uma mudança



na composição de nossa carteira, com maior foco em clientes com melhor perfil de risco e em produtos com garantia.

A média de ativos rentáveis totais em 2024 foi de R\$ 1.063.823 milhões, um aumento de 10,8% em relação aos R\$ 959.769 milhões em 2023. O principal fator dessa variação foi o aumento do montante médio de empréstimos e adiantamentos a clientes e de ativos financeiros mensurados a valor justo (ou seja, instrumentos de dívida e patrimônio líquido).

Receita de instrumentos patrimoniais

A receita de instrumentos patrimoniais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$ 86 milhões, um aumento de R\$ 2 milhões em relação aos R\$ 84 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A receita de instrumentos patrimoniais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 84 milhões, um aumento de R\$ 61 milhões em relação aos R\$ 22 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Resultado de Equivalência Patrimonial

O resultado das empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 458 milhões, um aumento de R\$ 145 milhões em relação aos R\$ 313 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido a um aumento de R\$ 58 milhões no resultado da Pluxee, R\$ 42 milhões no resultado do Banco RCI e R\$ 28 milhões nos resultados da Webmotors.

O resultado das empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 313 milhões, um aumento de R\$ 74 milhões em relação aos R\$ 239 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido a um aumento de R\$ 53 milhões no resultado da Pluxee (que adquirimos em 2024) e de R\$ 29 milhões no resultado do Banco RCI.

Receitas de tarifas e comissões líquidas

A receita líquida de tarifas e comissões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 17.495 milhões, um aumento de R\$ 290 milhões, ou 1,7%, em comparação com R\$ 17.205 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento foi impulsionado principalmente por: (i) seguros e capitalização, apoiados pela melhoria no desempenho dos empréstimos, principalmente no segmento de consumo, e pelo lançamento de novos produtos; (ii) cartões de crédito e débito, refletindo o crescimento no volume de transações e nos gastos dos clientes; e (iii) gestão de ativos e fundos de pensão, devido ao maior volume de ativos sob gestão e de fundos de pensão.

As tarifas e comissões líquidas dos cartões de crédito e débito totalizaram R\$ 4.508 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, um aumento de 2,1% em relação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2024. Isso se deveu principalmente ao crescimento no volume de transações e nos gastos dos clientes.



As taxas e comissões líquidas dos gestores de recursos e fundos de pensão totalizaram R\$ 2.271 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, um aumento de 3,3% em relação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2024. Isso se deveu principalmente ao maior volume de negócios.

As taxas e comissões líquidas de seguros e capitalização totalizaram R\$ 4.973 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, um aumento de 4,9% em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Isso se deveu principalmente à melhoria do desempenho dos empréstimos e ao lançamento de novos produtos.

A receita líquida de tarifas e comissões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 17.205 milhões, um aumento de R\$ 1.565 milhões, ou 10,0%, em comparação com R\$ 15.640 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento foi atribuído principalmente a: (i) cartões de crédito e débito, principalmente devido ao aumento de nossa base de clientes, número de transações e gastos de clientes, (ii) seguros e capitalização, refletindo o melhor desempenho em empréstimos (especialmente no consumidor), e (iii) gestão de ativos e fundos de pensão.

As tarifas e comissões líquidas dos cartões de crédito e débito totalizaram R\$ 4.414 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 24,2% em relação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2023.

As taxas e comissões líquidas dos gestores de recursos e fundos de pensão totalizaram R\$ 2.199 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 10,5% em relação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2023.

As taxas e comissões líquidas de seguros e capitalização totalizaram R\$ 4.741 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A tabela a seguir reflete a composição das receitas de tarifas e comissões líquidas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

	Para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro				
	2025	2024	2023	Alteração % 2025/2024	Alteração % 2024/2023
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)				
Serviços de conta corrente	3.169	3.314	3.255	-4,4%	1,8%
Serviços de cobrança e pagamento	1.803	1.738	1.801	3,7%	-3,5%
Seguros e capitalização	4.973	4.741	4.303	4,9%	10,2%
Gestão de Ativos e Fundos de Pensões	2.271	2.199	1.990	3,3%	10,5%
Cartões de crédito e débito	4.508	4.414	3.554	2,1%	24,2%
Mercados capitais	1.147	1.178	1.183	-2,6%	-0,4%
Trade finance	1.936	1.858	1.926	4,2%	-3,5%
Imposto sobre serviços	-806	-855	-758	-5,7%	12,8%
Outros	-1.506	-1.382	-1.613	9,0%	-14,3%
Total	17.495	15.641	14.876	11,9%	5,1%

**Ganhos/perdas com ativos e passivos financeiros (líquidos) e variações cambiais (líquidas)**

Os ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças de câmbio (líquidos) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 131 milhões, um aumento de R\$ 2 milhões em relação ao ganho de R\$ 129 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa variação deve-se, principalmente, aos ativos financeiros mensurados ao valor justo pelo resultado, uma perda R\$ 641 milhões em 31 de dezembro de 2024, em comparação com um ganho de R\$ 7.890 milhões em 31 de dezembro de 2025.

Os ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças de câmbio (líquidos) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$ 129 milhões, decréscimo de R\$ 3.666 milhões em relação ao ganho de R\$ 3.795 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação deve-se, principalmente, ao menor ganho com ativos financeiros mensurados ao valor justo pelo resultado, de R\$ 3.441 milhões em 31 de dezembro de 2023, em comparação com R\$ 746 milhões em 31 de dezembro de 2024.

A tabela a seguir apresenta nossos ganhos/perdas em ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças de câmbio (líquidos) nos períodos indicados.

Para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro					
	2025	2024	2023	Alteração % 2025/2024	Alteração % 2024/2023
(em milhões de R\$, exceto percentuais)					
Ganhos (perdas) em ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças de câmbio (líquidas)	131	129	3.795	1,6%	-96,6%
Efeitos de <i>hedge</i> de investimentos realizados no exterior	-364	665	-163	-154,7%	-508,0%
Ganhos (perdas) em ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças de câmbio (líquidas) excluindo os efeitos do hedge para investimentos mantidos no exterior (1)	-233	794	3.632	-129,3%	-78,1%

(1) Os ganhos/perdas em ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças de câmbio (líquidos) excluindo os efeitos do investimento em *hedge* no exterior são uma medida não GAAP.

Outros Lucros/Despesas Operacionais

Outras despesas operacionais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$ 808 milhões, um aumento de R\$ 156 milhões em relação às despesas de R\$ 652 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido a maiores despesas operacionais relacionadas ao crescimento da atividade comercial e da carteira de depósitos.

Outras despesas operacionais no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$ 652 milhões, uma redução de R\$ 64 milhões em relação às despesas de R\$ 716 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido às menores despesas operacionais.

**Despesas Administrativas**

As despesas administrativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 20.938 milhões, um aumento de R\$ 522 milhões em comparação às despesas de R\$ 20.417 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido ao aumento das despesas com salários e vencimentos, tecnologias e sistemas relacionados, diárias e despesas de viagem, em decorrência do aumento da inflação no período e do crescimento de nossos negócios.

As despesas administrativas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 20.417 milhões, um aumento de R\$ 854 milhões em comparação às despesas de R\$ 19.563 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido ao aumento das despesas com salários e vencimentos e tecnologias e sistemas relacionados, diárias e despesas de viagem e outras despesas administrativas em decorrência do aumento da inflação no período e do crescimento de nossos negócios.

As despesas com pessoal aumentaram R\$ 101 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, principalmente devido ao aumento dos salários dos empregados decorrentes de nossa negociação coletiva com empregados em 2024, que impactou os primeiros oito meses de 2025, e nosso acordo coletivo de trabalho de 2025, que impactou os últimos quatro meses do ano.

As despesas com pessoal aumentaram R\$ 784 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido ao aumento dos salários dos empregados decorrentes de nossa negociação coletiva com empregados em 2023, que impactou os primeiros oito meses de 2024, e nosso acordo coletivo de trabalho de 2024, que impactou os últimos quatro meses do ano.

A tabela a seguir apresenta nossas despesas com pessoal para cada um dos períodos indicados:

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2024	2023	2022	Alteração % 2025/2024	Alteração % 2024/2023
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)				
Salários e remunerações	7.242	7.087	6.640	2,2%	6,7%
Custos de seguro social	1.713	1.692	1.654	1,2%	2,3%
Benefícios	1.771	1.753	1.659	1,0%	5,7%
Treinamento	67	68	62	-1,5%	10,3%
Outras despesas de pessoal	907	997	799	-9,0%	24,8%
Total	11.699	11.598	10.814	0,9%	7,3%

Outras despesas administrativas aumentaram R\$ 240 milhões totalizando R\$ 9.239 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 8.819 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente em decorrência de maiores despesas com tecnologia e sistemas, diárias e despesas de viagens, decorrentes do aumento da inflação no período e do crescimento de nossos negócios.

Outras despesas administrativas aumentaram R\$ 70 milhões totalizando R\$ 8.819 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R\$ 8.749 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023,



principalmente em decorrência de maiores despesas com tecnologia e sistemas, diárias e despesas de viagens, decorrentes do aumento da inflação no período e do crescimento de nossos negócios.

A tabela a seguir apresenta nossas outras despesas administrativas para cada um dos períodos indicados:

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2025	2024	2023	Alteração % 2025/2024	Alteração % 2024/2023
(em milhões de R\$, exceto percentuais)					
Serviços técnicos e especializados	2.486	2.414	2.397	3,0%	0,7%
Imóveis, benfeitorias e suprimentos	818	878	896	-6,8%	-2,0%
Tecnologia e sistemas	3.015	2.410	2.384	25,1%	1,1%
Publicidade	483	516	522	-6,5%	-1,1%
Comunicações	282	351	502	-19,6%	-30,1%
Diárias e despesas de viagem	215	201	163	6,8%	23,3%
Impostos diferentes do imposto sobre o rendimento	142	154	173	-8,0%	-11,0%
Serviços de vigilância e estafeta	384	474	525	-19,1%	-9,7%
Prêmios de seguro	26	25	27	3,7%	-7,4%
Outras despesas administrativas	1.388	1.396	1.160	-0,5%	20,3%
Total	9.239	8.819	8.749	4,8%	0,8%

O índice de eficiência, calculamos como despesas administrativas totais divididas pelo lucro total, diminuiu para 27,9% no ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 27,7% no ano encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento de 0,2% p.p. no índice deve-se, principalmente, ao maior crescimento de nossos custos, que superou o crescimento de nossa margem.

O índice de eficiência, calculamos como despesas administrativas totais divididas pelo lucro total, diminuiu para 27,7% no ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com 29,7% no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa redução de 2,0% p.p. no índice deve-se, principalmente, ao maior crescimento do lucro líquido (impulsionado pela receita líquida de juros e receita líquida de tarifas) e ao aumento dos custos impulsionado pela inflação.

Depreciação e Amortização

A depreciação e amortização do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 2.626 milhões, uma redução de R\$ 104 milhões, ou 3,9%, em relação aos R\$ 2.731 milhões do ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, devido principalmente ao impacto no hardware em função do término da amortização e das alterações na extensão da vida útil de alguns itens.

A depreciação e amortização do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 2.731 milhões, uma redução de R\$ 10 milhões, ou 0,4%, em relação aos R\$ 2.741 milhões do ano encerrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido ao aumento das despesas com amortização de itens de software, decorrentes dos investimentos realizados nesse período.

**Provisões (Líquidas)**

As provisões incluem principalmente provisões para reclamações tributárias, civis e, principalmente, trabalhistas. As provisões (líquidas) totalizaram R\$ 4.979 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, um aumento de R\$ 383 milhões, ou 8,3%, em comparação com os R\$ 4.595 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido ao aumento nas contingências trabalhistas.

As provisões incluem principalmente provisões para reclamações tributárias, civis e, principalmente, trabalhistas. As provisões (líquidas) totalizaram R\$ 4.595 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, um aumento de R\$ 171 milhões, ou 3,9%, em comparação com os R\$ 4.424 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido ao aumento nas contingências trabalhistas e cíveis.

Perdas por Redução ao Valor Recuperável em Ativos Financeiros (Líquidas)

As perdas por redução ao valor recuperável e ativos financeiros (líquidas) para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 29.540 milhões, um aumento de R\$ 1.056 milhões em relação aos R\$ 28.484 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento reflete o crescimento contínuo de nossa carteira de empréstimos — particularmente em PMEs, financiamento de veículos e imobiliário — combinado com uma abordagem disciplinada e proativa para a gestão de riscos, incluindo o fortalecimento prudente das reservas entre pessoas físicas, especialmente nos segmentos de baixa renda, e dentro do segmento corporativo e de PMEs, principalmente empresas de menor porte.

As perdas por redução ao valor recuperável e ativos financeiros (líquidas) para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 28.484 milhões, um aumento de R\$ 476 milhões em relação aos R\$ 28.008 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, devido principalmente ao crescimento de nosso portfólio de varejo e aos efeitos das condições macroeconômicas desafiadoras em nosso portfólio de PMEs.

Nossa exposição ao risco de crédito aumentou em R\$ 28,5 bilhões, para R\$ 778,9 bilhões em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 750,4 bilhões em 31 de dezembro de 2024. Além disso, nossos ativos depreciados aumentaram em R\$ 6,7 bilhões, passando de R\$ 42,2 bilhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 48,9 bilhões em 31 de dezembro de 2025.

Nossa exposição ao risco de crédito aumentou em R\$ 30,5 bilhões, para R\$ 750,4 bilhões em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R\$ 719,9 bilhões em 31 de dezembro de 2023. Além disso, nossos ativos depreciados aumentaram em R\$ 2,4 bilhões, passando de R\$ 39,9 bilhões em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 42,2 bilhões em 31 de dezembro de 2024.

A tabela a seguir mostra a proporção de nossos ativos não recuperáveis em relação à exposição total ao risco de crédito e nossa taxa de cobertura em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.



	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)		
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	602.040	559.688	551.536
Ativos depreciados	48.900	42.242	39.887
Provisões para perdas por redução ao valor recuperável	40.694	35.669	35.153
Exposição a risco de crédito Não-GAAP – clientes ⁽¹⁾	778.881	750.357	719.881
Índices			
Ativos de redução ao valor recuperável à exposição ao risco de crédito	6,30%	5,60%	5,50%
Índice de cobertura ⁽²⁾	83,20%	84,40%	88,10%
Perdas por redução ao valor recuperável	-29.540	-28.484	-28.008
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (líquidas) ⁽³⁾	-28.484	-28.484	-28.008

(1) A exposição ao risco de crédito é uma medida financeira não-GAAP. A exposição ao risco de crédito é a soma dos valores de custo amortizado de empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo ativos depreciados) no valor de R\$ 778.881 milhões em 31 de dezembro de 2025, garantias no valor de R\$ 58.917 milhões em 31 de dezembro de 2025 e títulos privados (títulos emitidos por entidades não governamentais) no valor de R\$ 117.924 milhões em 31 de dezembro de 2025. Incluímos informações fora do balanço patrimonial nesta medida para melhor demonstrar nosso risco de crédito total gerenciado.

(2) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável como um percentual dos ativos com redução ao valor recuperável.

(3) Em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, nosso total de perdas por redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros incluía R\$ 3.202 milhões, R\$ 2.070 milhões e R\$ 1.586 milhões, respectivamente, relativos a instrumentos de dívida.

Ativos não recuperáveis por Tipo de Empréstimo

A tabela a seguir mostra nossos ativos não recuperáveis por tipo de empréstimo em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2025	2024	2023	Alteração % 2025/2024	Alteração % 2024/2023
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)				
Comercial e industrial	17.291	13.175	16.292	31,2%	-19,1%
Imóveis	1.809	1.736	1.352	4,2%	28,4%
Empréstimos a prestações a pessoas físicas	29.779	27.284	22.239	9,1%	22,7%
Financiamento de arrendamento	21	47	4	-56,2%	1191,4%
Total	48.900	42.242	39.887	15,8%	5,9%

Comercial e Industrial

Os ativos depreciados na carteira de empréstimos comerciais e industriais totalizaram R\$17.291 milhões em 31 de dezembro de 2025, um aumento de R\$ 4.116 milhões, ou 31,2%, em comparação com R\$ 13.175 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento reflete o crescimento contínuo da carteira de PMEs, combinado a um ambiente de crédito mais desafiador — impulsionado por taxas de juros elevadas por



um período prolongado — que afeta principalmente as empresas de menor porte, incluindo as de grandes e pequenas empresas.

Os ativos depreciados na carteira de empréstimos comerciais e industriais totalizaram R\$13.175 milhões em 31 de dezembro de 2024, uma redução de R\$ 3.117 milhões, ou 19,1%, em comparação com R\$ 16.292 milhões em 31 de dezembro de 2023. Essa queda deveu-se, principalmente, à reestruturação do endividamento de um grande cliente do nosso segmento atacadista.

Imóveis

Os ativos depreciados na carteira de crédito imobiliário totalizaram R\$ 1.809 milhões em 31 de dezembro de 2025, um aumento de R\$ 73 milhões, ou 4,2%, em comparação com R\$ 1.736 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento deveu-se principalmente ao crescimento dessa carteira.

Os ativos depreciados na carteira de crédito imobiliário totalizaram R\$ 1.736 milhões em 31 de dezembro de 2024, um aumento de R\$ 384 milhões, ou 28,4%, em comparação com R\$ 1.352 milhões em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento deveu-se principalmente ao crescimento dessa carteira e às condições macroeconômicas desafiadoras.

Empréstimos a Prestações a Pessoas Físicas

Os ativos depreciados na carteira de empréstimos a prestações a pessoas físicas totalizaram R\$ 29.779 milhões em 31 de dezembro de 2025, com um aumento de R\$ 2.495 milhões, ou 9,1%, em comparação com R\$ 27.284 milhões em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento reflete o crescimento contínuo das carteiras de financiamento de veículos e imobiliário, combinado com um ambiente de crédito mais desafiador que afeta pessoas físicas — particularmente nos segmentos de baixa renda.

Os ativos depreciados na carteira de empréstimos a prestações a pessoas físicas totalizaram R\$ 27.284 milhões em 31 de dezembro de 2024, com um aumento de R\$ 5.045 milhões, ou 22,7%, em comparação com R\$ 22.239 milhões em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento deveu-se principalmente ao alto crescimento dessa carteira, mudanças na metodologia usada para determinar se um empréstimo está inadimplente e condições macroeconômicas desafiadoras que afetam certos produtos, como o rural.

Arrendamento Financeiro

Os ativos depreciados na carteira de empréstimos de financiamento de arrendamento mercantil totalizaram R\$ 21 milhões em 31 de dezembro de 2025, uma redução de R\$ 26 milhões em comparação com os R\$ 47 milhões em 31 de dezembro de 2024.

Os ativos depreciados na carteira de empréstimos de financiamento de arrendamento mercantil totalizaram R\$ 47 milhões em 31 de dezembro de 2024, um aumento de R\$ 43 milhões em comparação com R\$ 4 milhões em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento de ativos depreciados concentrou-se principalmente em dois clientes específicos.

**Perdas por Redução ao Valor Recuperável em Outros Ativos (Líquidas)**

As perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos (líquidas) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizaram perdas de R\$ 397 milhões, um aumento de R\$ 144 milhões em relação aos R\$ 252 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido a um plano de otimização da presença física que envolveu o fechamento de agências.

As perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos (líquidas) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 totalizaram perdas de R\$ 252 milhões, um aumento de R\$ 2 milhões em relação aos R\$ 250 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Outros Ganhos/Perdas Não Financeiros

Outros ganhos não financeiros totalizaram R\$ 212 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, uma redução de R\$ 1,7 bilhão em comparação com os R\$ 1.912 bilhão registrado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido ao efeito extraordinário da transação de joint venture com o Grupo Pluxee, ocorrida em 2024.

Outros ganhos não financeiros totalizaram R\$ 1.912 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, um aumento de R\$ 869 milhões em comparação com R\$ 1.044 milhões registrado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido ao fechamento da transação de joint venture com o Grupo Pluxee.

Resultado Operacional antes da Tributação

O lucro operacional antes de impostos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 16.729 milhões, uma redução de R\$ 2.461 milhões, ou 12,8%, em comparação com os R\$ 19.190 milhões do ano encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Essa redução deveu-se principalmente à transação de joint venture de 2024 com o Grupo Pluxee, às maiores perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, refletindo um aumento sistemático no endividamento familiar e nos níveis de inadimplência, e ao aumento das provisões atribuíveis a elevadas contingências trabalhistas.

A tabela abaixo apresenta nosso lucro operacional antes de impostos e nosso lucro operacional antes de impostos, excluindo os efeitos do *hedge* para investimentos mantidos no exterior nos períodos apresentados.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2025	2024	2023	Alteração %	Alteração %
				2025/2024	2024/2023
(em milhões de R\$, exceto percentuais)					
Lucro operacional antes dos impostos	16.729	19.190	11.922	-12,82%	60,96%
Efeitos de <i>hedge</i> de investimentos realizados no exterior	-364	665	-163	-154,74%	-507,98%



Lucro operacional ajustado antes de impostos (1)	16.365	19.855	11.759	-17,58%	68,85%
---	---------------	---------------	---------------	----------------	---------------

(1) O lucro operacional ajustado é uma medida não-GAAP.

Impostos de Renda

As despesas com impostos de renda incluem imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS (que são contribuições sociais devidas sobre certas receitas líquidas de algumas despesas).

O total do imposto de renda total foi R\$ 3.764 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, uma redução de R\$ 2.013 milhões, ou 34,8%, em relação aos R\$ 5.776 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Essa redução de despesas foi atribuída principalmente à diminuição do lucro operacional antes dos impostos para R\$ 16.729 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 19.190 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, principalmente devido a fatores econômicos que impactaram diretamente o aumento das perdas relacionadas às operações de crédito (IFRS 9). Os menores lucros resultaram em uma base tributável menor, levando a uma redução proporcional na despesa com imposto de renda. Outro evento que explica a redução na linha de imposto de renda está relacionado ao aumento dos juros sobre o patrimônio líquido para R\$ 3.376 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, em comparação com R\$ 2.589 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2024. Além disso, os efeitos de eventos específicos reconhecidos diretamente na linha de imposto permaneceram estáveis em comparação com o ano anterior, sem impactos adicionais relevantes na variação da despesa com imposto.

O total do imposto de renda total foi R\$ 5.776 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, um aumento de R\$ 3.354 milhões, ou 138,4%, em relação aos R\$ 2.423 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento de despesas foi atribuído principalmente a: (i) um aumento no lucro operacional antes de impostos para R\$ 19.190 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, de R\$ 11.922 milhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2023, devido principalmente ao nosso desempenho operacional ao longo do ano. Os ganhos mais altos resultaram em uma base tributável maior, levando a um aumento proporcional nas despesas tributárias. Adicionalmente, os efeitos de eventos específicos reconhecidos diretamente na linha de tributação permaneceram estáveis em relação ao ano anterior, sem impactos adicionais relevantes na variação da despesa tributária.

A tabela a seguir mostra nosso imposto de renda e imposto de renda excluindo os efeitos do *hedge* para investimentos mantidos no exterior nos períodos indicados.

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2025	2024	2023	Alteração %	Alteração %
				2025/2024	2024/2023
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)				
Impostos de renda	-3.764	-5.776	-2.423	-35%	138%
Efeitos de <i>hedge</i> de investimentos realizados no exterior	-364	665	163	-155%	308%



Imposto de renda excluindo efeitos do hedge para investimentos mantidos no exterior (*)

-3.764 -6.441 -2.260 -42% 185%

* O imposto de renda excluindo os efeitos do *hedge* de investimento realizado no exterior, é uma medida não-GAAP.

Resultados das Operações por Segmento dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023

As tabelas a seguir mostram nossos resultados operacionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, para cada um de nossos segmentos operacionais.

Banco Comercial

	Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2025	2024	2023	Alteração %	Alteração %
				2025/2024	2024/2023
	(em milhões de R\$, exceto percentuais)				
Lucro líquido de juros	53.126	51.563	44.652	3,0%	15,5%
Lucros de instrumentos patrimoniais	8	5	4	48,3%	45,4%
Lucros de empresas contabilizados pelo método patrimonial	374	259	185	44,2%	40,3%
Lucros de taxas e comissões líquidos	15.397	14.944	13.270	3,0%	12,6%
Ganhos/perdas em ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças de câmbio (líquidas)	-4.206	-1.488	-1.125	182,8%	32,2%
Outros lucros (despesas) operacionais	-704	-480	-596	46,6%	-19,5%
Lucro total	63.994	64.804	56.389	-1,2%	14,9%
Despesas com pessoal	-10.569	-10.534	-9.754	0,3%	8,0%
Outras despesas administrativas	-8.208	-7.836	-7.867	4,8%	-0,4%
Despesas administrativas	-18.777	-18.370	-17.621	2,2%	4,3%
Depreciação e amortização	-2.467	-2.599	-2.621	-5,1%	-0,8%
Provisões (líquidas)	-4.894	-4.583	-4.404	6,8%	4,0%
Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (líquidas)	-28.818	-28.451	-26.583	1,3%	7,0%
Perdas por redução ao valor recuperável em outros ativos (líquidas)	-313	-253	-250	23,8%	1,0%
Outros ganhos (perdas) não financeiros	212	1.912	1.044	-88,9%	83,1%
Lucro operacional antes dos impostos	8.938	12.461	5.953	-28,3%	109,3%



Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de

	2025	2024	2023	Alteração % 2025/2024	Alteração % 2024/2023
(em milhões de R\$, exceto percentuais)					
Lucro Operacional Antes dos Impostos	8.938	12.461	5.953	-28%	109%
Efeitos de <i>hedge</i> de investimento realizado no exterior	-364	655	-163	-156%	-502%
Lucro operacional ajustado antes de impostos	8.574	13.125	5.790	-35%	127%

2025 e 2024

O lucro operacional antes de impostos atribuído ao segmento de Banco Comercial para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 8.938 milhões, uma redução de R\$ 3.523 milhões em relação aos R\$ 12.461 milhões do ano encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Esta variação deve-se principalmente a:

- aumento de R\$ 2,7 bilhões em perdas com ativos e passivos financeiros e diferenças cambiais, representando um aumento de 182,8% em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024; e
- aumento de R\$ 0,4 bilhão em despesas administrativas, representando um aumento de 2,2% em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2024 e 2023

O lucro operacional antes de impostos atribuído ao segmento de Banco Comercial para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 12.461 milhões, um aumento de R\$ 6.508 milhões em relação aos R\$ 5.953 milhões do ano encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Esta variação deve-se principalmente a:

- aumento de R\$ 6,9 bilhões na receita líquida de juros, representando um aumento de 15,5% em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e
- aumento de R\$ 1,6 bilhão na receita líquida de tarifas, representando um aumento de 12,6% em relação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Banco de Atacado Global

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de

	2025	2024	2023	Alteração % 2025/2024	Alteração % 2024/2023
(em milhões de R\$, exceto percentuais)					
Lucro líquido de juros	4.509	5.115	2.232	-11,8%	129,2%
Lucros de instrumentos patrimoniais	78	79	19	-1,3%	315,8%
Lucros de empresas contabilizados pelo método patrimonial	84	54	54	55,6%	n.m
Lucros de taxas e comissões líquidos	2.099	2.262	2.370	-7,2%	-4,6%
Ganhos/perdas em ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças de câmbio (líquidas)	4.338	1.617	4.920	168,3%	-67,1%
Outros lucros (despesas) operacionais	-105	-172	-120	-39,0%	43,3%



Lucro total	11.003	8.954	9.476	22,9%	-5,5%
Despesas administrativas	-2.161	-2.047	-1.942	5,6%	5,4%
Despesas com pessoal	-1.131	-1.064	-1.060	6,3%	0,4%
Outras despesas administrativas	-1031	-983	-882	4,9%	11,5%
Depreciação e amortização	-159	-132	-120	20,5%	10,0%
Provisões (líquidas)	-85	-12	-20	608,3%	-40,0%
Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (líquidas)	-722	-33	-1.425	2087,9%	-97,7%
Perdas por redução ao valor recuperável em outros ativos (líquidas)	-84	-	-	n.m	n.m
Lucro operacional antes dos impostos	7.791	6.730	5.969	15,8%	12,7%

n.m. = não material.

2025 e 2024

O lucro operacional antes de impostos atribuído ao segmento de Banco de Atacado Global para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 7.791 milhões, um aumento de 15,8%, ou R\$ 1.062 milhões em relação aos R\$ 6.730 milhões do ano encerrado em 31 de dezembro de 2024, que se deveu principalmente a (i) melhor desempenho nos negócios de tesouraria e mercado e (ii) crescimento nos depósitos à vista do negócio bancário.

2024 e 2023

O lucro operacional antes de impostos atribuído ao segmento de Banco de Atacado Global para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 6.729 milhões, um aumento de 12,7%, ou R\$ 761 milhões em relação aos R\$ 5.969 milhões do ano encerrado em 31 de dezembro de 2023, devido principalmente a (i) uma diminuição nas perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (líquidas) impulsionada principalmente por um caso específico de um grande cliente em nosso segmento de atacado.

**2.3. Os diretores devem comentar:****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.**

- **Alteração da IAS 21 - Efeitos das alterações cambiais e conversão das Demonstrações Financeiras:** Em casos em que uma moeda não é conversível, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, a não conversibilidade pode ocorrer quando um governo impõe controles cambiais que proíbem o câmbio ou restringem o volume de transações em moeda estrangeira. A alteração da IAS 21 fornece orientações sobre como as entidades devem avaliar se uma moeda é facilmente conversível e como determinar uma taxa de câmbio à vista para moedas com conversibilidade limitada, além de exigir a divulgação de informações que permitam aos usuários das Demonstrações Financeiras compreender os impactos de uma moeda não conversível. Essas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. O Santander não prevê nenhum impacto significativo.

- **Adoção da IFRS 9 para Contabilização de Hedge:** Durante o exercício fiscal de 2025, o Santander começou a aplicar os requisitos estabelecidos pela IFRS 9 para relações de hedge. Os principais impactos dessa mudança na contabilização das relações de hedge decorrem fundamentalmente de: a separação do valor temporal das opções, quando o risco coberto é intrinsecamente obrigatório; a separação do elemento a termo dos contratos a termo de câmbio, para todos os tipos de hedge; e a separação do diferencial de base cambial de um derivativo cambial, para cada relação de hedge. A aplicação dessas opções aos hedges designados antes de 31 de dezembro de 2025 não gerou impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas do Santander.

- **Imposto Mínimo Global – Pilar 2:** As regras do Pilar 2 das Regras Modelo do Imposto Mínimo Global, aprovadas em 2021 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), estipulam que os grupos multinacionais com receitas superiores a € 750 milhões estão sujeitos a uma taxa mínima de imposto de 15% sobre o lucro contábil ajustado, calculado com base na jurisdição. A OCDE complementou essas regras aprovando diretrizes administrativas e isenções fiscais transitórias aplicáveis aos anos fiscais de 2024 a 2026. Em janeiro de 2026, a aplicação das isenções fiscais transitórias foi prorrogada por mais um ano, e novas isenções fiscais permanentes foram aprovadas com o objetivo de simplificar a aplicação das Regras Modelo e implementar o “acordo paralelo” alcançado em junho de 2025 no âmbito do G7, que será aplicável a partir de 2026 aos grupos multinacionais cuja matriz final esteja localizada nos Estados Unidos.

No Brasil, a Lei nº 15.079, de 27 de dezembro de 2024, introduziu o Pilar 2 em conformidade com as Regras Globais de Erosão da Base Tributária (Regras Global Anti-Erosão da Base Tributária), por meio da instituição da Contribuição Social Adicional sobre o Lucro Líquido (CSLL), e passou a ser regulamentada por atos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, vinculada ao Ministério da Fazenda, para se qualificar como Imposto Mínimo de Complementação Qualificado (QDMTT). As regras do Pilar 2 entraram em vigor no Brasil em 2025 e devem ser calculadas com base nos impostos ajustados e nos lucros ajustados de todas as entidades constituintes do mesmo grupo multinacional no Brasil.



As regras simplificadas (regras de segurança) implicam que a CSLL adicional não é devida, desde que qualquer uma das seguintes condições seja atendida: (i) a taxa efetiva calculada com base nas informações do Relatório País a País exceda 16% em 2025 e 17% em 2026; (ii) a presença do grupo multinacional em uma jurisdição não seja relevante quando a receita for inferior a € 10 milhões e o lucro antes dos impostos for inferior a € 1 milhão; ou (iii) o lucro antes dos impostos seja inferior à soma dos ativos fixos tangíveis e das despesas com pessoal, ajustada por uma determinada porcentagem que varia anualmente.

A avaliação da possível exposição à Contribuição Social Adicional sobre o Lucro Líquido (CSLL) baseia-se nas declarações de imposto de renda mais recentes, no relatório país a país e nas demonstrações financeiras das entidades constituintes do Grupo no Brasil. De acordo com a avaliação, as alíquotas efetivas da CSLL no Brasil são superiores a 15%, portanto, não há possível exposição.

As alterações visam especificar os requisitos para a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações esclarecem o significado de direito ao adiamento da liquidação; que o direito ao adiamento deve existir no final do período de reporte; que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer o seu direito ao adiamento; e que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento patrimonial, os termos do passivo não afetarão a sua classificação. As alterações à IAS 1 entraram em vigor em 1 de janeiro de 2024 e não tiveram impacto material.

● **Alteração ao IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações no IAS 7 e IFRS 7 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e não apresentaram impactos relevantes.

● **Alteração ao IFRS 16 – Arrendamentos:** esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e não apresentaram impactos relevantes.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e 2023 não houve ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor responsável.



2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não foi realizada nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional nos 3 últimos exercícios sociais.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

• Incorporação da Toro Asset Management S.A. pela Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, a Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A. ("Santander Investimentos"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Toro Asset não implicou um aumento de capital social da Santander Investimentos, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Toro Asset era detida pela Santander Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

• Cisão Parcial da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 28 de novembro de 2025 foi aprovada a cisão parcial da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. ("Return"), com a incorporação da parcela cindida pelo Banco Santander (Brasil) S.A.. A operação visa simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais. A implementação da incorporação da parcela cindida da Return não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Return são detidas pelo Santander e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência, por outro lado o capital social da Return foi reduzido no montante de R\$ 8.460.000.000,00 o qual corresponde à parcela cindida.

• Incorporação da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 28 de novembro de 2025 foi aprovada a incorporação da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing") pelo Banco Santander (Brasil) S.A.. A operação visa simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais, de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A realização da incorporação total da Santander Leasing não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Santander Leasing era detida pelo Santander Brasil e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência. A incorporação somente produzirá efeitos após a homologação pelo Banco Central do Brasil.

• Alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistemas de Informações S.A.

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital



social total e votante da Galgo Sistemas de Informações S.A. para a RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. (“Operação”). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistemas de Informações S.A.

- **Alienação da totalidade da participação societária detida na Summer Empreendimentos Ltda.**

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. (“SHI”) e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda. com a RFM-E Ltda. (“Operação”). Em 29 de setembro de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. e a SHI deixaram de deter participação societária na Summer Empreendimentos Ltda.

- **Incorporação da Return Capital S.A. pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.**

Em 30 de setembro de 2024 foi realizada a incorporação total da Return Capital S.A. (“Return Capital”) pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) (“Return Participações”). A incorporação resultou em um aumento no capital social da Return Participações, no valor de R\$ 8.540.942.366,72 (oito bilhões, quinhentos e quarenta milhões, novecentos e quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos), mediante a emissão de 439.224.359 (quatrocentos e trinta e nove milhões, duzentas e vinte e quatro mil, trezentas e cinquenta e nove) novas ações ordinárias. Como efeito da incorporação ocorreu a extinção da Return Capital, de pleno direito, sendo essa sucedida pela Return Participações em todos os seus direitos e obrigações.

- **Incorporação da Mobills Labs Soluções Em Tecnologia Ltda. pela Toro Investimentos S.A.**

Em 30 de junho de 2024, a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. (“Mobills Labs”) foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Investimentos S.A. (“Toro Investimentos”), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Labs não implicou um aumento de capital social da Toro Investimentos, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Labs era detida pela Toro Investimentos e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

- **Incorporação da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. pela Santander Holding Imobiliária S.A.**

Em 28 de junho de 2024, a Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. (“Apê11”) foi incorporada totalmente, tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Santander Holding Imobiliária S.A. (“SHI”), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Apê11 não implicou em um aumento de capital social da SHI, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Apê11 eram detidas pela SHI e, portanto, já estavam refletidas em sua conta de investimento por equivalência.

Em 22 de dezembro de 2023, a Santander Holding Imobiliária S.A. (“SHI”), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou, junto aos sócios da



Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários S.A. ("Apê11"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 10% remanescentes do capital social da Apê11 ("Operação"). Como resultado da Operação, a SHI passou a deter 100% do capital social da Apê11.

- **Parceria entre Banco Santander (Brasil) S.A. e Pluxee International e Pluxee Pay Brasil Ltda.**

Em 27 de junho de 2024, após a conclusão das condições precedentes da operação anunciada em 24 de julho de 2023, o Banco Santander (Brasil) S.A. concluiu a constituição de uma parceria com o Grupo Pluxee (anteriormente denominado Sodexo).

O racional econômico da operação está fundamentado essencialmente: (i) nas sinergias decorrentes da combinação dos negócios da Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A. (atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A.") com o Grupo Pluxee no Brasil e (ii) na capacidade da empresa de explorar a base de clientes do Santander para a oferta dos seus produtos e serviços (i.e. na capilaridade do balcão do Santander).

Para a formação da parceria, o Banco Santander aportou o valor equivalente a R\$ 2.044 milhões atribuído: (i) ao seu investimento na sua controlada de benefícios, a Pluxee Instituição de Pagamento Brasil S.A. (atual denominação da "Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A."); (ii) a uma parcela de recursos em dinheiro; (iii) ao contrato de exclusividade para exploração de sua base de clientes.

Como resultado da operação, o Banco Santander e o Grupo Pluxee, passaram a deter 20% e 80% de participação, respectivamente, no capital social da Pluxee Benefícios Brasil S.A. ("Pluxee"), veículo de investimento da parceira.

- **Incorporação da Mobills Corretora de Seguros Ltda. pela Toro Asset Management S.A.**

Em 31 de maio de 2024, a Mobills Corretora de Seguros Ltda. ("Mobills Corretora") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, a Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset"), de acordo com as condições estabelecidas no Protocolo e Justificação da operação. A implementação da incorporação total da Mobills Corretora não implicou um aumento de capital social da Toro Asset, uma vez que a totalidade das quotas de emissão da Mobills Corretora era detida pela Toro Asset e, portanto, já refletida em conta de investimento por equivalência.

- **Aquisição da parcela remanescente da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação da Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) pela Return Capital S.A.**

Em 17 de maio de 2024, a Return Capital S.A. ("Return"), subsidiária integral do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou, junto aos sócios minoritários da Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A. (nova denominação de Gira, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.) ("Gira"), determinado Contrato de Compra e Venda de Ações para adquirir os 20% do capital social da Gira detidos pelos minoritários ("Operação"). Como resultado da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a deter, indiretamente, 100% do capital social da Gira.



- **Aquisição de participação e Investimento na América Gestão Serviços em Energia S.A.**

Em 12 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora") formalizou, em conjunto com os acionistas da América Gestão Serviços em Energia S.A. ("América Energia"), Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com vistas a aquisição de 70% do capital social total e votante da América Energia ("Operação"). A conclusão da Operação estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 04 de julho de 2024, com a conclusão da Operação, a Santander Corretora passou a deter 70% da participação acionária da América Energia. Em 29 de janeiro de 2026 a América Energia alterou sua denominação social para Vora Gestão e Consultoria de Energia e Gás S.A.

- **Aquisição de participação e Investimento na Fit Economia de Energia S.A.**

Em 06 de março de 2024, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. concluiu, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, a operação para aquisição e investimento na Fit Economia de Energia S.A. ("Companhia"), de forma que passou a deter 65% do capital social da Companhia ("Operação").

- **Aquisição da totalidade da participação acionária na Toro Participações S.A. e incorporação pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Em 03 de janeiro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes, o Banco Santander concluiu a operação para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, passou a deter, indiretamente, a titularidade de 100% do capital social da Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e da Toro Investimentos S.A. Em 29 de fevereiro de 2024, foi aprovada a incorporação da Toro Participações S.A. pela Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

c. Eventos ou operações não usuais

Nada a reportar.



2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

(em milhões de R\$, exceto se indicado de outra forma)

	No exercício fiscal encerrado em				
	31 de dezembro de				
	2025	2024	2023	2022	2021
Índice de Eficiência desconsiderando os efeitos do hedge de investimentos no exterior	27,90%	27,70%	29,70%	27,40%	28,20%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(em milhões de R\$, exceto se indicado de outra forma)

	A partir de e para o exercício encerrado em				
	31 de dezembro de				
	2025	2024	2023	2022	2021
(em milhões de R\$, exceto se houver indicação contrária)					
Índice de eficiência					
Despesas administrativas	20.938	20.417	19.563	18.240	17.316
Lucro total	74.997	73.757	65.864	66.475	63.926
dos quais:					
Ganhos (perdas) em ativos e passivos financeiros (líquidos) e diferenças de câmbio (líquidas)	131	129	3.795	4.699	-1.781
Índice de eficiência	27,90%	27,70%	29,70%	27,40%	27,10%
Lucro Total	74.997	73.757	65.864	66.475	63.926
Efeitos de <i>hedge</i> de investimentos realizados no exterior	-364	665	-163	-129	2.512
Receita total excluindo os efeitos do <i>hedge</i> de investimentos mantidos no exterior	74.633	74.422	65.701	66.346	66.438
Despesas administrativas	20.938	20.417	19.563	18.240	17.316
Índice de eficiência ajustado pelos efeitos do <i>hedge</i> dos investimentos mantidos no exterior	27,90%	27,40%	29,80%	27,50%	26,10%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O Índice de Eficiência, desconsiderando-se os efeitos do hedge de investimentos no exterior, tem como objetivo transmitir de maneira adequada o desempenho da companhia.



2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Eventos Subsequentes

a) Deliberação de Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 9 de janeiro de 2026, aprovou a proposta da Diretoria Executiva do Banco Santander, sujeita à ratificação pela Assembleia Geral Ordinária, para a distribuição de Juros sobre o Patrimônio Líquido no montante de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Os acionistas registrados no Banco até o final do dia 20 de janeiro de 2026 (inclusive) tinham direito aos Juros sobre o Patrimônio Líquido. Portanto, a partir de 21 de janeiro de 2026 (inclusive), as ações do Banco passaram a ser negociadas "Ex-Juros sobre o Patrimônio Líquido". Os juros sobre o patrimônio líquido foram pagos a partir de 5 de fevereiro de 2026. Esses juros foram integralmente imputados aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco para o exercício fiscal de 2026, sem qualquer remuneração por ajuste monetário.



2.7. Destinação de resultados

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

- I** - 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- II** - 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, serão obrigatoriamente distribuídos como dividendo obrigatório a todos os acionistas; e
- III** - o saldo, se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração: **(a)** ser destinado à formação de Reserva para Equalização de Dividendos, que será limitada à 50% (cinquenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou **(b)** ser retido, visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em Orçamento Geral da Companhia, submetido pela administração à aprovação da Assembleia Geral e por esta revisto anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

Os lucros não destinados nos termos acima deverão ser distribuídos como dividendos.

a. Regras sobre retenção de lucros

Nos termos da legislação societária, incluindo a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício poderá ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia, conforme submetido pela administração à aprovação em assembleia geral e revisto anualmente, se aplicável.

Não houve retenção de lucros nos últimos três exercícios sociais, sendo que a Companhia pagou dividendos superiores ao dividendo obrigatório.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê que uma quantia não inferior a 25% do lucro líquido, deduzidas as alocações para as reservas legais e de contingência, deverá estar disponível para distribuição na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio em qualquer exercício social. Esta quantia representa os dividendos obrigatórios. O cálculo do lucro líquido e das alocações para reservas, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são efetuados com base nas demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central"), aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central ("BRGAAP").



O Conselho de Administração da Companhia pode declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio com base nos lucros apurados nas demonstrações financeiras semestrais consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o Conselho de Administração pode declarar dividendos ou juros sobre capital próprio com base em demonstrações financeiras consolidadas relativas a períodos menores, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre não exceda o valor das reservas de capital previstas nos termos da legislação societária. O Conselho de Administração pode declarar, ainda, dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio a partir do lucro acumulado ou das reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial anual ou semestral da Companhia.

Qualquer pagamento de dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio pela Companhia poderá ser compensado com o valor de dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido apurado no exercício social em que forem pagos.

O valor distribuído aos acionistas a título de juros sobre capital próprio, líquido de qualquer imposto retido na fonte, poderá ser incluído como parte dos dividendos mínimos obrigatórios. De acordo com a legislação aplicável, a Companhia é obrigada a pagar aos acionistas um valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida a título de juros sobre capital próprio, descontado o pagamento do imposto de renda retido na fonte aplicável, acrescido do valor dos dividendos declarados, seja equivalente a, no mínimo, o valor do dividendo obrigatório.

A legislação societária permite, no entanto, que os acionistas da Companhia suspendam a distribuição de dividendos caso o Conselho de Administração da Companhia informe à assembleia geral de acionistas que a distribuição é incompatível considerando a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal da Companhia, se em funcionamento, deve analisar qualquer suspensão de pagamento do dividendo obrigatório. Além disso, a administração deverá apresentar um relatório à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") justificando os motivos para a suspensão. O lucro líquido não distribuído em razão da suspensão será destinado a uma reserva separada e, caso não seja absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído a título de dividendos tão logo a situação financeira da Companhia permita tal pagamento.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio é anual (na assembleia geral ordinária), com base no resultado do exercício social, podendo o Conselho de Administração, declarar ainda dividendos à conta de lucro apurado em balanço semestral, trimestral, bimestral ou mensal ou ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral da Companhia.

Em 2023, a Companhia aprovou o destaque de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos em janeiro, abril, julho e outubro do referido ano:

- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.700 milhões, destacados em 19 de janeiro de 2023;
- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.500 milhões, destacados em 13 de abril de 2023;
- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.500 milhões, destacados em



13 de julho de 2023;

- Dividendos Intercalares no valor de R\$ 380 milhões, destacados em 10 de outubro de 2023;
- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.120 milhões, destacados em 10 de outubro de 2023;

Em 2024, a Companhia aprovou o destaque de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos em janeiro, abril, julho e outubro do referido ano:

- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.500 milhões, destacados em 11 de janeiro de 2024;
- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.500 milhões, destacados em 10 de abril de 2024;
- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.500 milhões, destacados em 10 de julho de 2024;
- Dividendos Intercalares no valor de R\$ 200 milhões, destacados em 10 de outubro de 2024;
- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.300 milhões, destacados em 10 de outubro de 2024;

Em 2025, a Companhia aprovou o destaque de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos em janeiro, abril, julho, outubro e dezembro do referido ano:

- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.500 milhões, destacados em 10 de janeiro de 2025;
- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.500 milhões, destacados em 10 de abril de 2025;
- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 2.000 milhões, destacados em 10 de julho de 2025;
- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 2.000 milhões, destacados em 10 de outubro de 2025; e
- Juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 620 milhões, destacados em 22 de dezembro de 2025;

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

A Companhia observou a limitação da distribuição de resultados determinada pela Resolução CMN Nº 4.885, de 23 de dezembro de 2020 que estabelece, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, ao aumento da remuneração de administradores, à recompra de ações e à redução de capital social, a serem observadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando os potenciais efeitos da pandemia do coronavírus (Covid-19) sobre o Sistema Financeiro Nacional.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado



A Companhia possui uma política de distribuição de dividendos, aprovada pelo Conselho de Administração em 18 de setembro de 2009, que recomenda aos seus acionistas a distribuição de 50,0% do lucro líquido ajustado anual a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio. A política de dividendos futura e o valor de dividendos futuros e/ou juros sobre capital próprio que a Companhia decida recomendar aos acionistas para aprovação dependerá de diversos fatores, incluindo, sem limitação, o fluxo de caixa, situação financeira (inclusive posição de capital) da Companhia, planos de investimento, perspectivas, exigências legais, ambiente econômico e outros fatores que considerarmos relevantes à época.

**2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:****a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como:**

- i. **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

- ii. **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

- iii. **contratos de construção não terminada**

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

- iv. **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Oferecemos uma série de garantias para que nossos clientes melhorem sua posição de crédito e permitam que estejam aptos a competir. Como exigido, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores nocionais que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso.

Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias.

De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Máximo valor potencial de pagamentos futuros			
Passivos contingentes			
Garantias e outras fianças	55.292.666	60.657.334	62.579.329
Garantias financeiras	21.812.379	33.246.872	44.891.226
Garantias de desempenho	3.145.657	1.903.656	1.994.311
Cartas de crédito financeiras	30.317.862	25.485.782	15.667.096
Outros	16.768	21.024	26.696



Outras exposições contingentes	3.624.677	3.730.419	3.091.932
Créditos de documentação	3.624.677	3.730.419	3.091.932
Total de passivos contingentes	58.917.343	64.387.753	65.671.261

Os fundos de investimento que estão sob nossa gestão e que não estão registrados em nosso balanço estão detalhados no quadro abaixo:

Em milhares de Reais	2025	2024	2023
Fundos sob gestão	-	134.133	11.871.919
Total	-	134.133	11.871.919

Finalmente, detemos sob nossa custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R\$146.157 milhões em 2025, R\$51.197 milhões em 2024 e R\$80.175 milhões em 2023.



2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8., os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não existem efeitos adicionais a serem evidenciados, a não ser os apresentados na Seção 2.8 deste documento.

b. natureza e o propósito da operação

Não existem efeitos adicionais a serem evidenciados, a não ser os apresentados na Seção 2.8 deste documento.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não existem efeitos adicionais a serem evidenciados, a não ser os apresentados na Seção 2.8 deste documento.



2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Nossos principais dispêndios de capital são compostos de investimentos em tecnologia da informação. Nossa plataforma de tecnologia da informação foca em seus clientes e apoia nosso modelo de negócios. Nos exercícios de 2025, 2024 e 2023, o total de investimentos em tecnologia da informação do Santander Brasil foi de R\$ 2.111 milhões, R\$1.832 milhões e R\$2.259 milhões, respectivamente.

Em 2025, 2024 e 2023, continuámos a melhorar as nossas plataformas tecnológicas, investindo em nossos aplicativos digitais, especialmente através da implementação de novas soluções nas áreas da inteligência artificial (por exemplo, machine learning, e IA para operações, ou AIOPs), micro-serviços, tecnologia blockchain, medidas de segurança cibernéticas, reconhecimento facial e tecnologias baseadas em nuvem, entre outros. Acreditamos que a aplicação dessas novas tecnologias melhorou nossa interação com nossos clientes e nos permitiu oferecer soluções de crédito, consórcios, crédito consignado, seguros, *private banking*, cartões, pagamentos, agronegócio e investimentos para melhor atender às necessidades de nossos clientes. Também continuamos investindo em nossa rede de distribuição física (agências, PABs e PAEs), incluindo identificação biométrica para clientes pessoa jurídica, compra digital e pagamento de câmbio, entre outras iniciativas.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos mencionados acima é, principalmente, o fluxo de caixa das atividades operacionais. Os investimentos em andamento consistem, principalmente, de investimentos em tecnologia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Favor consultar as informações disponíveis no item 2.4 - b, acima

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes, ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Favor consultar as informações disponíveis no item 2.4 - b, acima.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

**ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois os montantes gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços estão considerados no item 2.10.a (i) acima.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Nossa história de sustentabilidade começou há mais de 20 anos. Ao longo desse período, aprimoramos nossos programas, negócios e governança relacionados à sustentabilidade.

O foco principal ao longo desse tempo tem sido a avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos na concessão de empréstimos, assistência a negócios que apoiam a transição dos clientes para uma economia de baixo carbono e a construção de uma sociedade mais inclusiva por meio de ações de educação, empregabilidade e empreendedorismo. Para garantir a governança adequada desse processo, contamos com políticas e controles internos apoiados por nossa liderança sênior.

Nossos esforços de sustentabilidade são realizados de acordo com nossa Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, ou "PRSAC", que descreve princípios e diretrizes sociais, ambientais e climáticas para a condução de negócios e o envolvimento com as partes interessadas da organização. O PRSAC visa prevenir impactos negativos e maximizar os impactos positivos decorrentes das nossas operações e atividades financeiras. O PRSAC atende às exigências da Resolução CMN nº 4.945/2021 e SUSEP Resolução nº 666/2022.

Expandimos nossas ofertas de cursos de treinamento interno sobre tópicos de sustentabilidade para algumas de nossas afiliadas. Monitoramos metas específicas de sustentabilidade, que são usadas para avaliar o desempenho de executivos e outros funcionários e impactar diretamente sua remuneração variável.

Temos apoiado as iniciativas do governo brasileiro para a transição para uma economia de baixo carbono, não apenas por meio de nossas ações de advocacia, mas também por meio da participação ativa e direta. Um exemplo é o "Programa Ecoinvest": um leilão organizado pelo Tesouro Nacional do Brasil com o objetivo de atrair capital estrangeiro para financiar projetos de transição de economia de baixo carbono por meio de um mecanismo de financiamento misto. Em 2025, ocorreu um leilão do Eco Invest – focado na restauração de pastagens degradadas – e dois novos leilões foram anunciados, visando mecanismos de câmbio para atrair investimentos de private equity e projetos na bioeconomia, respectivamente. O Santander tem



contribuído ativamente para o diálogo com o Tesouro Nacional e recebeu uma das maiores alocações nos dois leilões já realizados, com um compromisso total de mobilizar R\$ 7,15 bilhões para projetos elegíveis.

Em relação ao estabelecimento de nossos planos de descarbonização para os setores mais intensivos em carbono, concentramos nossos esforços no setor agropecuário, dada a importância da produção agrícola no Brasil. Para iniciar essa jornada, em 2022, buscamos o apoio especializado da WayCarbon, empresa brasileira reconhecida por suas soluções voltadas à descarbonização da economia. Desde então, temos trabalhado em conjunto no desenvolvimento de metodologias e métricas com embasamento científico, que nos permitem estimar as emissões do setor e compreender os vínculos de produção com o potencial de descarbonização. Em 2025, participamos de um estudo da FGV para desenvolver curvas de descarbonização para soja, milho e carne bovina.

Participamos também da iniciativa Banking for Impact on Climate in Agriculture (B4ICA), coordenada pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável em parceria com a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI), a Parceria para a Contabilização de Carbono no Setor Financeiro (PCAF) e o Fundo de Defesa Ambiental (EDF), juntamente com outros bancos, contribuindo para o desenvolvimento de diretrizes que auxiliam o setor na transição para uma economia de baixo carbono, aprimorando continuamente a mensuração e a contabilização das emissões associadas ao agronegócio.

Como parte da nossa ambição climática, gerenciamos o impacto ambiental das nossas próprias operações, medindo e divulgando as emissões de escopo 1, 2 e as emissões relevantes de escopo 3 dos nossos edifícios, escritórios e agências, priorizando a redução em detrimento da compensação. Na última década, nossas iniciativas de eficiência reduziram significativamente as emissões de escopo 1 e 2, apoiadas por planos plurianuais que combinam instalações mais eficientes, melhor manutenção e operação, atualizações tecnológicas e a compra e autoprodução de energia renovável. Continuamos a compensar as emissões residuais de escopo 1 e 2 que não conseguimos eliminar por meio de créditos de carbono selecionados com base em um rigoroso processo de due diligence. Com relação ao escopo 3, nosso foco está nas emissões do nosso portfólio, ou seja, emissões financiadas; no âmbito do Grupo Santander, temos metas de descarbonização para os setores mais intensivos em carbono.

Em relação às estruturas de sustentabilidade, continuamos a seguir as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD), do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e os princípios do relato integrado. Também vinculamos nossas atividades aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Desde 2023, começamos a considerar o impacto das normas IFRS S1 e S2, lançadas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), que se tornaram obrigatórias para uma ampla gama de empresas no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2026, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.185/2024 e a Resolução CVM nº 193/2023.

Nossas principais conquistas em 2025 incluem o seguinte:

- Viabilizamos R\$ 38,6 bilhões em negócios sustentáveis (incluindo financiamento de balanço patrimonial e emissões de endividamento ou outros



financiamentos que facilitamos), incluindo emissões de títulos verdes, financiamento de energia limpa e opções de produtos dedicados.

- Mantivemos a liderança de mercado em créditos de descarbonização, ou CBIOS, com 41% de participação nos CBIOS no Brasil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, segundo dados da B3.
- Com o objetivo de apoiar nossos clientes na transição para uma economia de baixo carbono, promovemos uma série de eventos chamada “Diálogos sobre o Clima” como preparação para a COP30. Em parceria com a WayCarbon, discutimos temas como transporte e mobilidade, descarbonização de indústrias de base e agronegócio. Também participamos de mais de 50 fóruns estratégicos realizados no Brasil e no exterior sobre o tema, reforçando nosso compromisso com a agenda climática global. Entre os eventos dos quais participamos, podemos destacar a Semana Brasileira de Investimento Climático, a Semana do Clima de Londres, a Febraban Tech e o Fórum Econômico Mundial.
- Em 2025, facilitamos a primeira transação do Novo Fundo Climático voltada para o reflorestamento no Brasil, com um investimento de R\$ 100 milhões, dos quais R\$ 80 milhões vieram do fundo climático e R\$ 20 milhões de uma linha de financiamento do BNDES. A transação foi garantida pelo Santander Brasil, o que acreditamos representar um avanço significativo na mobilização de capital privado para soluções climáticas. A beneficiária foi a Mombak, uma startup especializada em remoção de carbono, que atua na restauração de áreas degradadas na Amazônia. Este projeto da Mombak será implementado no estado do Pará e visa à recuperação da biodiversidade amazônica, à remoção de carbono em larga escala e à geração de empregos locais, promovendo uma nova economia da floresta em pé.
- A Biomas, empresa de restauração ecológica cofundada pelo Santander Brasil e outras cinco empresas, lançou seu primeiro projeto de restauração florestal em parceria com a Veracel Celulose no sul do estado da Bahia. O Projeto Muçununga visa recuperar 1.200 hectares da Mata Atlântica, plantando dois milhões de mudas de mais de 70 espécies nativas, como ipê-amarelo, jatobá e jacarandá-da-bahia. Com um investimento inicial de R\$ 55 milhões, acreditamos que o projeto tem potencial para gerar 500 mil créditos de carbono ao longo de 40 anos, com valor de mercado premium devido à alta integridade dos créditos e aos impactos positivos na biodiversidade e nas comunidades locais. Acreditamos que essa iniciativa também promove benefícios ambientais, como a melhoria da qualidade do solo e da água, e benefícios sociais, como a geração de empregos e renda em municípios da região.
- Lançamos o programa “Habilidades sem Limites”, uma jornada para a contratação e o treinamento de profissionais com deficiência.
- No segmento de microfinanças, a Prospera alcançou uma produção de crédito de R\$ 5,2 bilhões no ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, um aumento de 6% em relação ao ano encerrado em 31 de dezembro de 2024. A carteira total cresceu 5% em comparação com 31 de dezembro de 2024, atingindo R\$ 3,5 bilhões em 31 de dezembro de 2025, com uma base total de 1,2 milhão de clientes ativos em 31 de dezembro de 2025. Além dos resultados financeiros, a Prospera impactou mais de 10.000 pessoas com o Educar para Prosperar, nosso programa presencial de educação financeira para clientes e não clientes nas comunidades onde atuamos.



- Nas iniciativas educacionais realizadas pelo Santander Brasil, mais de 11.000 pessoas foram beneficiadas por meio de programas no Brasil. A concessão de 80 bolsas de estudo para estudantes universitários da Universidade de Salamanca para o aprendizado de espanhol e a oferta de 15.000 bolsas de estudo em Inteligência Artificial para professores são algumas das iniciativas implementadas. Em 2025, o comitê de inovação e tecnologia foi criado e integrado à estrutura dos comitês consultivos do Conselho de Administração para fomentar e supervisionar a implementação de iniciativas de inovação em toda a nossa organização.
- Os pilares do nosso programa de voluntariado são a educação financeira, o desenvolvimento profissional e a salvaguarda dos direitos de crianças, adolescentes e idosos. Oferecemos educação financeira para adolescentes e adultos e mentoria para jovens, além de organizar uma campanha de roupas de inverno, entre outras iniciativas de voluntariado.
- Em 2025, acompanhamos a execução de 65 projetos do programa Amigo de Valor e 47 projetos do programa Parceiro do Idoso. Mais de 8.000 crianças, idosos e suas famílias foram diretamente beneficiados pela assistência prestada. Considerando o montante total mobilizado pelo Santander Brasil, suas afiliadas, clientes e funcionários, o alcance das iniciativas ultrapassa 20.000 pessoas.
- Lançamos também uma nova campanha para apoiar projetos que serão executados ao longo de 2026. Mais de R\$ 26 milhões foram arrecadados para apoiar 59 projetos do programa Amigo de Valor, que visam ampliar e aprimorar a oferta de serviços de assistência social para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Além disso, foram arrecadados R\$ 18,5 milhões para apoiar 47 projetos do programa Parceiro do Idoso, que contribuirão para a promoção do envelhecimento digno e o aprimoramento de políticas públicas locais.
- Lançamos o Programa Social Integrado Santander com o objetivo de ampliar o impacto social em municípios com maior vulnerabilidade social e forte presença bancária. A iniciativa combina diferentes áreas de atuação, com foco no desenvolvimento local, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. A primeira fase ocorreu em 30 municípios dos estados de Pernambuco e Maranhão, todos com baixos índices de desenvolvimento humano, e concentrou-se em atividades culturais e esportivas.
- Por meio do fornecimento de ferramentas baseadas em nossa política de educação financeira, como processos de comunicação na jornada do cliente e na jornada do produto, palestras e cursos, mais de 48 mil pessoas foram impactadas por alguma forma de ação de educação financeira. Nosso portal de educação financeira apresenta conteúdo, guias e planilhas para apoiar a saúde financeira. Também promovemos atividades de voluntariado voltadas para a comunidade e diversas palestras.
- Também temos um conselho de administração diversificado e independente, com 45% dos membros sendo mulheres e 55% dos membros sendo independentes em 31 de dezembro de 2025.

Em reconhecimento aos nossos esforços ambientais, sociais e de governação, fomos distinguidos com os prêmios "Best Bank for Sustainable Finance in Brazil 2025" pela revista Euromoney. Recebemos também o prêmio "LatinFinance Project &



Infrastructure Finance Awards” em três categorias diferentes em 2025: Banco de Infraestrutura do Ano na América Latina; Financiamento de Energias Renováveis do Ano; e Financiamento Rodoviário do Ano.

Durante a COP30, participamos da “B3 ESG Index Triad Celebration”, que reuniu 30 empresas que se destacam por suas boas práticas e desempenho em ESG. As empresas premiadas fazem parte dos três principais índices de sustentabilidade da B3: ISE (Corporate Sustainability Index), ICO2 (Efficient Carbon Index) e iDIVERSA (Diversity Index). Também conquistamos a classificação A do CDP, o maior banco de dados sobre práticas corporativas relacionadas a mudanças climáticas, emissões, água e florestas.

**2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

O saldo dos valores dispendidos com outras despesas administrativas para 2025 foi de R\$9.239 milhões, dos quais R\$2.486 milhões são atribuídos a serviços técnicos e R\$3.015 milhões são atribuídos a despesas com manutenção de sistemas.

A composição do saldo de outras despesas administrativas para os anos de 2025, 2024 e 2023 está descrita na tabela abaixo:

	2025	2024	2023
Imóveis, instalações e materiais	818.329	878.393	896.232
Tecnologia e sistemas	3.015.127	2.409.697	2.383.988
Publicidade	482.88	516.448	521.964
Comunicações	282.336	351.019	501.765
Ajudas de custo e despesas de viagem	214.903	201.195	163.057
Tributos exceto imposto sobre a renda	141.768	154.047	173.147
Serviços de vigilância e transporte de valores	383.979	474.477	524.68
Prêmios de seguros	26.238	25.311	26.783
Serviços técnicos especializados	2.485.963	2.413.970	2.397.149
Relatórios técnicos	432.017	409.138	512.257
Outros serviços técnicos e especializados	2.053.946	2.004.832	1.884.892
Outras despesas administrativas (1)	1.387.569	1.393.951	1.159.950
Total	9.239.092	8.818.508	8.748.715

(1) Em 31 de dezembro de 2025 é composto principalmente por Despesas com gastos com formalização de negócios R\$1.108.107 (2024 - R\$1.001.084 e 2023 - R\$949.009), Despesas de Processamento de Dados no saldo de R\$279.512 (2024 - R\$263.719 e 2023 - R\$157.010), Despesas de Serviços no saldo de R\$100.263 (2024 - receita de R\$250.192 e 2023 - R\$152.065), e Recuperação de Encargos e Despesas R\$553.284 (2024 - R\$558.296 e 2022 - R\$304.025).

Não há outras informações pertinentes a este tópico e que julguemos relevantes que não estejam descritas nos outros itens desta Seção 2.

**ANEXO III****RELATÓRIO DE REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA COMPANHIA**

Em consonância com as recentes alterações promovidas na legislação societária pela Lei nº 15.177, a Companhia reafirma seu compromisso com a transparência, a boa governança e a promoção da equidade de gênero.

Nesse contexto, passamos a disponibilizar aos acionistas informações mais detalhadas acerca da representatividade feminina em nossa estrutura organizacional, abrangendo diferentes níveis hierárquicos e órgãos de administração, bem como a evolução histórica e os principais indicadores relacionados à diversidade.

Essas informações têm por objetivo proporcionar maior visibilidade sobre nossas práticas, metas e avanços na agenda de diversidade, permitindo aos investidores acompanhar, de forma clara e objetiva, o alinhamento da Companhia às melhores práticas de governança corporativa e sustentabilidade.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Total	%	Total	%
Conselho de Administração e Comitês de assessoramento	6	40%	8	44%
Diretoria	11	23%	10	21%
Heads	237	38%	242	39%
Líderes	1.485	50%	1.657	49%
Especialistas	11.943	56%	13.241	56%
Aprendiz	38	54%	55	58%
Estagiário	405	48%	478	53%

Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024
Conselho de Administração e Comitês de assessoramento	1,22	1,33
Diretoria	0,19	0,13
Heads	0,41	0,39
Líderes	0,87	0,80
Especialistas	0,98	0,98
Aprendiz	1,14	1,36
Estagiário	0,92	1,12

**ANEXO IV****PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

(Conforme inciso II do parágrafo único do artigo 10, Anexo A da Resolução CVM 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2025 foi de R\$ 15.463.827 mil conforme demonstrações financeiras individuais.

2. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos nossos acionistas, no valor de R\$ 7.620 milhões. Esses valores foram deliberados nos dias 10 de janeiro de 2025, 10 de abril de 2025, 10 de julho de 2025, 10 de outubro de 2025 e 22 de dezembro de 2025, conforme demonstra o quadro abaixo de forma resumida:

Exercício 2025	Data do Destaque	Montante Bruto (em R\$ mil)	Valor por ação Bruto (em R\$)			Valor por ação Líquido (em R\$)			Data do Pagamento
			ON	PN	Unit	ON	PN	Unit	
Juros sobre o Capital Próprio	10/01/25	1.500.000	0,19167696763	0,21084466439	0,40252163202	0,16292542248	0,17921796473	0,34214338721	12/02/25
Juros sobre o Capital Próprio	10/04/25	1.500.000	0,19138824454	0,21052706900	0,40191531354	0,16268000786	0,17894800865	0,34162801651	08/05/25
Juros sobre o Capital Próprio	10/07/25	2.000.000	0,25518097012	0,28069906713	0,53588003725	0,21690382460	0,23859420706	0,45549803166	08/08/25
Juros sobre o Capital Próprio	10/10/25	2.000.000	0,25517791545	0,28069570699	0,53587362244	0,21690122813	0,23859135094	0,45549257907	07/11/25
Juros sobre o Capital Próprio	22/12/25	620.000	0,07910367789	0,08701404568	0,16611772357	0,06723812621	0,07396193882	0,14120006503	05/02/26
Total		7.620.000	0,97252777563	1,06978055319	2,04230832882	0,82664860928	0,90931347020	1,73596207948	

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

No exercício de 2025, distribuiu-se 51,87% do lucro líquido da Companhia, após destinação à reserva legal, conforme demonstração financeira individual, elaborada de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do CMN, do Banco Central e da CVM, conforme demonstrado abaixo.

Descrição	2025	2024	2023
Lucro Líquido	15.463.827	13.035.452	8.864.227
(-) Reserva Legal	773.191	443.211	443.211
(=) Lucro Líquido Ajustado para fins de Dividendos (i)	14.690.636	12.383.679	8.421.016
Dividendo Mínimo Obrigatório (25%)	3.672.659	3.095.919	2.105.254
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	7.620.000	5.800.000	5.820.000



Dividendos Antecipados	0	200.000	380.000
Total (JCP + Dividendos) (ii)	7.620.000	6.000.000	6.200.000
Dividendo Superior ao Mínimo Obrigatório	3.947.340	2.904.080	4.094.746
% do Lucro Distribuído (ii) / (i)	51,87%	48,45%	69,94%

(valores em milhares)

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Em 2025 não foram deliberados dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Em 2025, foram destacados, de forma antecipada, juros sobre capital próprio no valor de R\$ 7.620 milhões conforme mencionado no item 2 acima. Deduzidos esses montantes, não houve destaque de outros dividendos e/ou juros sobre o capital próprio referentes ao lucro líquido do exercício de 2025.

b. a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável

c. eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio

Não aplicável

d. data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. informar a data dos respectivos pagamentos

Referente ao exercício de 2025, a Companhia, por meio de seu Conselho de Administração, aprovou *ad referendum* da assembleia geral ordinária dos acionistas



a realizar-se até 30 de abril de 2026, a proposta da Diretoria Executiva, relativa à declaração dos seguintes proventos:

- Juros sobre o Capital Próprio, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia no montante bruto de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), equivalentes a R\$ 0,19167696763 por ação ordinária, R\$ 0,21084466439 por ação preferencial e R\$ 0,40252163202 por Unit, que após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, importam o montante líquido de R\$ 1.275.000.000,00 (um bilhão e duzentos e setenta e cinco milhões de reais), equivalentes a R\$ 0,16292542248 por ação ordinária, R\$ 0,17921796473 por ação preferencial e R\$ 0,34214338721 por Unit, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos.

Fizeram jus aos referidos Juros sobre o Capital Próprio aprovados na reunião de 10 de janeiro de 2025, os acionistas que se achavam inscritos nos registros da Companhia no final do dia 22 de janeiro de 2025 (inclusive) farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio ora aprovados. Dessa forma, a partir de 23 de janeiro de 2025 (inclusive), as ações da Companhia serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". Os Juros sobre o Capital Próprio foram pagos em 12 de Fevereiro de 2025.

- Juros sobre o Capital Próprio, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia no montante bruto de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), equivalentes a R\$ 0,19138824454 por ação ordinária, R\$ 0,21052706900 por ação preferencial e R\$ 0,40191531354 por Unit, que após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, importam o montante líquido de R\$ 1.275.000.000,00 (um bilhão e duzentos e setenta e cinco milhões de reais), equivalentes a R\$ 0,16268000786 por ação ordinária, R\$ 0,17894800865 por ação preferencial e R\$ 0,34162801651 por Unit, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos.

Fizeram jus aos referidos Juros sobre o Capital Próprio aprovados na reunião de 10 de abril de 2025, os acionistas que se achavam inscritos nos registros da Companhia no final do dia 17 de abril de 2025 (inclusive) farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio ora aprovados. Dessa forma, a partir de 22 de abril de 2025 (inclusive), as ações da Companhia serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". Os Juros sobre o Capital Próprio foram pagos em 08 de maio de 2025.

- Juros sobre o Capital Próprio, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia no montante bruto de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), equivalentes a R\$ 0,25518097012 por ação ordinária, R\$ 0,28069906713 por ação preferencial e R\$ 0,53588003725 por Unit, que após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, importam o montante líquido de R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais), equivalentes a R\$ 0,21690382460 por ação ordinária, R\$ 0,23859420706 por ação preferencial e R\$ 0,45549803166 por Unit, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos.

Fizeram jus aos referidos Juros sobre o Capital Próprio aprovados na reunião de 10 de julho de 2025, os acionistas que se achavam inscritos nos registros da Companhia no final do dia 17 de julho de 2025 (inclusive) farão jus aos Juros sobre o Capital



Próprio ora aprovados. Dessa forma, a partir de 18 de julho de 2025 (inclusive), as ações da Companhia serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". Os Juros sobre o Capital Próprio foram pagos em 08 de agosto de 2025.

- Juros sobre o Capital Próprio, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia no montante bruto de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), equivalentes a R\$ 0,25517791545 por ação ordinária, R\$ 0,28069570699 por ação preferencial e R\$ 0,53587362244 por Unit, que após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, importam o montante líquido de R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais), equivalentes a R\$ 0,21690122813 por ação ordinária, R\$ 0,23859135094 por ação preferencial e R\$ 0,45549257907 por Unit, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos.

Fizeram jus aos referidos Juros sobre o Capital Próprio aprovados na reunião de 10 de outubro de 2025, os acionistas que se achavam inscritos nos registros da Companhia no final do dia 21 de outubro de 2025 (inclusive) farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio ora aprovados. Dessa forma, a partir de 22 de outubro de 2025 (inclusive), as ações da Companhia serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". Os Juros sobre o Capital Próprio foram pagos em 07 de novembro de 2025.

- Juros sobre o Capital Próprio, nos termos dos artigos 17, inciso XVIII e 37, § 2º do Estatuto Social da Companhia no montante bruto de R\$ 620.000.000,00 (seiscentos e vinte milhões de reais), equivalentes a R\$ 0,07910367789 por ação ordinária, R\$ 0,08701404568 por ação preferencial e R\$ 0,16611772357 por Unit, que após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, importam o montante líquido de R\$ 527.000.000,00 (quinhentos e vinte e sete milhões de reais), equivalentes a R\$ 0,06723812621 por ação ordinária, R\$ 0,07396193882 por ação preferencial e R\$ 0,14120006503 por Unit, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos.

Fizeram jus aos referidos Juros sobre o Capital Próprio aprovados na reunião de 22 de dezembro de 2025, os acionistas que se achavam inscritos nos registros da Companhia no final do dia 02 de janeiro de 2026 (inclusive) farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio ora aprovados. Dessa forma, a partir de 05 de janeiro de 2026 (inclusive), as ações da Companhia serão negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". Os Juros sobre o Capital Próprio foram pagos em 05 de fevereiro de 2026.

O quadro do item 2 deste Anexo mostra de forma resumida as informações acima.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Descrição	2025	2024	2023	2022
Lucro Líquido (em R\$ mil)	15.463.827	13.035.452	8.864.227	12.358.521
Lucro por ação (em R\$)				
Ação Ordinária	0,82666	0,76678	0,79410	0,86973
Ação Preferencial	0,90931	0,84345	0,87350	0,95671
Ações Ordinárias (em milhares)	3.818.695	3.818.695	3.818.695	3.818.695



Ações Preferenciais (em milhares)

3.679.836

3.679.836

3.679.836

3.679.836

b. dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício 2024	Data do Destaque	Montante Bruto (em R\$ mil)	Valor por ação Bruto (em R\$)			Valor por ação Líquido (em R\$)			Data do Pagamento
			ON	PN	Unit	ON	PN	Unit	
Juros sobre o Capital Próprio já Declarado	11/01/24	1.500.000	0,19183601029	0,21101961131	0,40285562160	0,16306060874	0,17936666962	0,34242727836	08/02/24
Juros sobre o Capital Próprio já Declarado	10/04/24	1.500.000	0,19161861696	0,21078047866	0,40239909562	0,16287582442	0,17916340686	0,34203923128	15/05/24
Juros sobre o Capital Próprio já Declarado	10/07/24	1.500.000	0,19166652800	0,21083318082	0,40249970882	0,1629165488	0,17920820369	0,34212475249	09/08/24
Dividendos Intercalares	10/10/24	200.000	0,02555404556	0,02810945011	0,05366349566	0,02555404556	0,02810945011	0,05366349566	08/11/24
Juros sobre o Capital Próprio já Declarado	10/10/24	1.300.000	0,16610129610	0,18271142572	0,34881272182	0,14118610169	0,15530471186	0,29649081355	08/11/24
Total		6.000.000	0,766776497	0,843454147	1,610230644	0,655593129	0,721152442	1,376745571	

Exercício 2023	Data do Destaque	Montante Bruto (em R\$ mil)	Valor por ação Bruto (em R\$)			Valor por ação Líquido (em R\$)			Data do Pagamento
			ON	PN	Unit	ON	PN	Unit	
Juros sobre o Capital Próprio já Declarado	19/01/23	1.700.000	0,21791867651	0,23971054416	0,45762922067	0,18523087503	0,20375396254	0,38898483757	06/03/23
Juros sobre o Capital Próprio já Declarado	13/04/23	1.500.000	0,19202926704	0,21123219374	0,40326146077	0,16322487698	0,17954736468	0,34277224166	16/05/23
Juros sobre o Capital Próprio já Declarado	13/07/23	1.500.000	0,19206934435	0,21127627878	0,40334562313	0,16325894270	0,17958483697	0,34284377966	13/08/23
Dividendos Intercalares	10/10/23	380.000	0,04866003444	0,05352603789	0,10218607233	0,04866003444	0,05352603789	0,10218607233	10/11/23
Juros sobre o Capital Próprio já Declarado	10/10/23	1.120.000	0,14341904889	0,15776095377	0,30118000266	0,12190619155	0,13409681071	0,25600300226	10/11/23
Total		6.200.000	0,79409637123	0,87350600834	1,66760237956	0,68228092070	0,75050901279	1,43278993348	

Exercício 2022	Data do Destaque	Montante Bruto (em R\$ mil)	Valor por ação Bruto (em R\$)			Valor por ação Líquido (em R\$)			Data do Pagamento
			ON	PN	Unit	ON	PN	Unit	
Juros sobre o Capital Próprio já Declarado	01/02/22	1.700.000	0,21701568653	0,23871725519	0,45573294172	0,18446333355	0,20290966691	0,38737300046	04/03/22
Dividendos Intercalares	14/04/22	700.000	0,08945232373	0,09839755610	0,18784987983	0,08945232373	0,09839755610	0,18784987983	16/05/22
Juros sobre o Capital Próprio já Declarado	14/04/22	1.000.000	0,12778903390	0,14056793729	0,26835697119	0,10862067882	0,11948274669	0,22810342551	16/05/22
Juros sobre o Capital Próprio já Declarado	05/08/22	1.700.000	0,21774739699	0,23952213669	0,45726953368	0,18508528744	0,20359381618	0,38867910362	06/09/22
Dividendos Intercalares	13/10/22	820.000	0,10502481038	0,11552729142	0,22055210180	0,10502481038	0,11552729142	0,22055210180	22/11/22
Juros sobre o Capital Próprio já Declarado	13/10/22	880.000	0,11270955260	0,12398050786	0,23669006047	0,09580311971	0,10538343168	0,20118655140	22/11/22
Total		6.800.000	0,869738804	0,956712685	1,826451489	0,768449554	0,845294509	1,613744063	

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal****a. identificar o montante destinado à reserva legal**

Do lucro líquido do exercício de 2025, no valor de R\$ 15.463.827 mil, a parcela de 5% foi destinada à constituição da reserva legal no valor de R\$ 773.191 mil.

b. detalhar a forma de cálculo da reserva legal

De acordo com o Artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, há a obrigatoriedade de constituição da reserva legal à qual se deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício, até que o valor total da reserva seja igual a 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito de dividendos fixos ou mínimos**a. descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

b. informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório**a. descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

O Estatuto Social da Companhia prevê que uma quantia não inferior a 25% do lucro líquido, deduzidas as alocações para as reservas legais e de contingências, deverá estar disponível para distribuição na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio em qualquer exercício social.

b. informar se ele está sendo pago integralmente

No exercício de 2025 o dividendo obrigatório foi integralmente pago, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Descrição	2025	2024	2023
Lucro Líquido	15.463.827	13.035.452	8.864.227
(-) Reserva Legal	773.191	651.772	443.211



(=) Lucro Líquido Ajustado para fins de Dividendos (i)	14.690.636	12.383.679	8.421.016
Dividendo Mínimo Obrigatório (25%)	3.672.659	3.095.919	2.105.254
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	7.620.000	5.800.000	5.820.000
Dividendos Antecipados	0	200.000	380.000
Total (JCP + Dividendos) (ii)	7.620.000	6.000.000	6.200.000
Dividendo Superior ao Mínimo Obrigatório	3.947.340	2.904.080	4.094.746

c. informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendo mínimo obrigatório

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**a. informar o montante de retenção**

Não aplicável.

b. descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultados para reserva de contingências**a. identificar o montante destinado à reserva**

Não houve destinação de resultados para a constituição de reserva de contingências na Companhia.

b. identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. justificar a constituição de reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais**a. informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**



Não houve destinação de resultados para a constituição de reserva de lucros a realizar na Companhia.

b. informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O Estatuto Social do Santander Brasil estabelece que, após a dedução dos valores destinados à reserva legal e ao dividendo obrigatório, pode-se alocar o saldo remanescente do lucro líquido ajustado para a reserva de equalização de dividendos, que não poderá ser superior a 50% do valor do seu capital social.

b. identificar o montante destinado à reserva

Na proposta de destinação do lucro do exercício de 2025, o saldo remanescente deste lucro no valor de R\$ 7.070.636 mil, após destinações à conta de reserva legal, aos dividendos e aos juros sobre o capital próprio, foi destinado à conta de reserva para equalização de dividendos.

c. descrever como o montante foi calculado

Trata-se do saldo remanescente do lucro do exercício de 2025, após destinações à conta de reserva legal, aos dividendos e aos juros sobre o capital próprio.

15. Havendo retenção de lucros prevista no orçamento de capital

a. identificar o montante de retenção

Não houve retenção de lucros na Companhia, conforme orçamento de capital.

b. fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. informar o montante destinado à reserva

Não houve destinação de resultados para a constituição de reserva de incentivos fiscais na Companhia.

b. explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

**ANEXO V****ITEM 8 do Formulário de Referência**

(Conforme inciso II do artigo 13 da Resolução CVM 81)

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária, do Conselho fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A política de remuneração dos administradores do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil"), tem como objetivo formalizar os conceitos, critérios e responsabilidades referentes às formas de remuneração fixa e variável. Além disso, o documento está em conformidade com a regulamentação nacional e internacional aplicável, com destaque para a Resolução 5.177/2024 do Conselho Monetário Nacional, Resolução 4.879/2020 e 4.595/2017 do Banco Central do Brasil e a Capital Requirements Directive V (CRD V).

A política foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de março de 2025, mediante recomendação do Comitê de Remuneração.

O objetivo da política são: (i) incentivar a alta performance dos executivos e o permanente alinhamento de seus interesses com aqueles da companhia e dos acionistas; e (ii) estabelecer critérios de remuneração e assegurar sua compatibilidade com a gestão de risco na organização, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição do risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Compete à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual para distribuição entre os administradores, nos termos do Art. 152 da Lei nº 6.404/76.

O Conselho de Administração delibera sobre a distribuição individual da remuneração entre os membros do próprio Conselho e da Diretoria Executiva, com o apoio técnico e consultivo do Comitê de Remuneração. O Comitê de Remuneração, órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração, tem como atribuições, dentre outras: (i) analisar e supervisionar a implementação e a operacionalização dos modelos de remuneração aplicáveis aos administradores; (ii) avaliar a aderência da remuneração às práticas de mercado e as estratégias do Santander Brasil; (iii)



assegurar que a política seja compatível com a política de gestão de riscos e o apetite e tolerância ao risco da instituição; (iv) avaliar cenários internos e externos e seus impactos na remuneração; e (v) recomendar ao Conselho de Administração aprimoramentos na política de remuneração, sempre quando aplicável.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A fixação da remuneração individual dos administradores observa critérios objetivos e qualitativos, alinhados às práticas de mercado, à responsabilidade do cargo, à experiência profissional, ao desempenho histórico e à senioridade.

Para fins de verificação da competitividade externa, são utilizadas periodicamente pesquisas salariais conduzidas por consultorias especializadas e independentes, observados os princípios da legislação concorrencial, cujos resultados subsidiam as análises e recomendações do Comitê de Remuneração ao Conselho de Administração sobre o equilíbrio da política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

O Comitê de Remuneração avalia a adequação da política de remuneração anualmente, reportando suas conclusões e eventuais recomendações de manutenção, correção ou aprimoramento ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração delibera sobre a validação da política e, quando aplicável, sobre a implementação de ajustes.

c. Composição da remuneração, indicando:

(i). descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles

a) Conselho de Administração

Remuneração fixa: composta por honorários mensais. Quando um membro do Conselho também integra o Comitê de Assessoramento, deverá optar pela remuneração de apenas um dos órgãos.

Benefícios: quando aplicáveis.

Remuneração variável: exclusivamente em caráter excepcional, aplicável ao Presidente do Conselho, mediante deliberação do Comitê de Remuneração e do Conselho de Administração, sempre dentro do limite global aprovado em Assembleia Geral. Não houve pagamentos auferidos para o exercício de 2025 e anteriores.

b) Diretoria Executiva Estatutária

Remuneração fixa: composta por honorários mensais.



Benefícios: assistência médica, odontológica e seguro de vida. Para expatriados, podemos oferecer pagamento do aluguel, escolas dos filhos, gastos com moradia, entre outros benefícios. Como benefício corporativo, é disponibilizado, em caráter funcional, veículo com motorista exclusivamente ao Diretor Presidente, já para os Vice-Presidentes, é disponibilizado serviço de motorista, sem a concessão de veículo corporativo.

Previdência Complementar: conforme elegibilidade do plano de previdência adotado pelo administrador. Informações adicionais sobre previdência encontram-se detalhadas, respectivamente, no item 8.14 deste Formulário de Referência.

Remuneração variável: composta pelo Programa Próprio de Gestão (PPG), e Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP), sempre observando o limite global da remuneração anual aprovada em Assembleia Geral.

c) Comitê de Auditoria

Remuneração fixa: composta por honorários mensais.

d) Comitês de Assessoramento

Remuneração fixa: composta por honorários mensais, quando aplicável. O Conselho de Administração aprova a remuneração fixa mensal dos membros dos Comitês de Assessoramento, sendo elegíveis apenas os membros que não ocupem cargo na Diretoria Executiva e/ou Conselho de Administração.

Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A política de remuneração é estruturada de forma a atrair, reter e incentivar profissionais qualificados, alinhando os interesses individuais à sustentabilidade dos negócios, adequada gestão de riscos e criação de valor no curto, médio e longo prazos.

a) Remuneração Fixa

Assegura competitividade externa, equidade interna e estabilidade na gestão, sem incentivo à assunção excessiva de riscos.

b) Benefícios

Complementa a remuneração fixa, contribuindo para a atração de profissionais qualificados observando à função exercida.

c) Previdência Complementar

Estimula uma visão de longo prazo, reforçando o comprometimento com a perenidade do Santander Brasil e contribuindo para a retenção de profissionais-chave.

d) Remuneração Variável

Alinha os interesses dos executivos aos resultados sustentáveis, incentivando o desempenho consistente, prudente e na criação de valor ao longo do tempo, em conformidade com a regulamentação vigente e aplicável.



Os programas de remuneração variável são estruturados de forma a considerar diferentes horizontes temporais e estão divididos em programas de curto e de longo prazo, conforme descrito a seguir:

i. Incentivo de Curto Prazo: Programa Próprio Gestão (PPG)

O programa de remuneração variável anual, de curto prazo, tem como objetivo reconhecer e incentivar o desempenho com base em princípios de meritocracia e alinhamento aos objetivos estratégicos do Santander Brasil. O programa, ao qual os membros da Diretoria Executiva são elegíveis, considera de forma integrada o desempenho individual, o desempenho das unidades de negócios e o desempenho global da instituição.

A avaliação de desempenho contempla indicadores quantitativos e qualitativos, definidos de modo a refletir os resultados do exercício, a execução e atingimento da estratégia e a observância dos parâmetros de gestão de riscos e de governança.

ii. Incentivo de Longo Prazo: Planos de ILP

Os planos de incentivo de longo prazo têm como objetivo a retenção de profissionais, além de integrar a visão de longo prazo e de resultados sustentáveis.

Os programas estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de desempenho específicos e horizontes plurianuais, estando condicionados, entre outros aspectos, o atingimento de métricas definidas no plano e a manutenção do vínculo empregatício do participante até a data da elegibilidade ao pagamento, em linha com as práticas de mercado e com os princípios de adequada gestão de riscos.

Os programas de remuneração variável estão sujeitos à aplicação de cláusulas de *Malus* e *Clawback*, que permitem a redução e/ou a restituição, total ou parcial, dos valores atribuídos aos participantes, nas hipóteses previstas na política de remuneração. A eventual aplicação dessas cláusulas é deliberada pelo Conselho de Administração, mediante recomendação do Comitê de Remuneração.

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração	2023	2024	2025
Remuneração Fixa	98,97%	98,08%	91,74%
Benefícios	1,03%	1,92%	2,95%
Remuneração baseada em Ações¹	-	-	5,31%

¹Os valores computados como remuneração baseada em ações referem-se exclusivamente a pagamentos decorrentes de planos de incentivo concedidos quando o referido membro integrava a Diretoria Executiva. Tais valores não estão relacionados ao exercício atual do



cargo de membro do Conselho de Administração, mas à função anteriormente exercida.

Diretoria Executiva	2023	2024	2025
Remuneração Fixa	24,66%	21,55%	23,53%
Benefícios	1,44%	1,45%	1,52%
Previdência Complementar	16,95%	21,53%	21,25%
Remuneração Variável	27,19%	27,48%	26,52%
Remuneração baseada em Ações	29,76%	27,99%	27,17%

Comitê de Auditoria	2023	2024	2025
Remuneração Fixa	100%	100%	100%
Benefícios	0%	0%	0%

Conselho Fiscal ¹	2023	2024	2025
Remuneração Fixa	100%	-	-
Benefícios	0%	-	-

¹Nos termos do estatuto social do Santander Brasil, o Conselho Fiscal é órgão de funcionamento não permanente. Na Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício de 2023 não houve deliberação favorável à sua instalação, razão pela qual não foram eleitos membros para o exercício do cargo. Em decorrência disso, não houve pagamento de remuneração para o Conselho Fiscal a partir desse exercício.

Sua metodologia de cálculo e de reajuste

A remuneração e benefícios que se aplica aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e os Comitês de Assessoramento, não estão sujeitos a metodologia automática de reajuste e observam critérios de competitividade em relação a instituições financeiras de porte e perfil comparáveis levando em conta a equidade interna, o escopo de responsabilidades e o histórico e desempenho esperado para o cargo.

a) Conselho de Administração

Periodicamente são realizadas pesquisas de mercado com o objetivo de avaliar a competitividade da remuneração fixa em relação ao mercado. Caso sejam identificadas distorções relevantes em relação às práticas de mercado, o Comitê de Remuneração avalia a necessidade de propor ajustes ao Conselho de Administração, observados os limites globais de remuneração aprovados pela Assembleia Geral.

b) Diretoria Executiva

A definição e eventual revisão da remuneração fixa consideram pesquisas de mercado periódicas e discussões realizadas no âmbito dos fóruns e comitês



competentes do Grupo, sendo eventuais ajustes avaliados pelo Comitê de Remuneração e submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

Os benefícios e os planos de previdência complementar seguem as regras previstas nos regulamentos internos específicos.

A remuneração variável é calculada com base nos programas vigentes de curto e longo prazos, considerando indicadores de desempenho atrelados ao Grupo Santander, da área e individuais. Parte da remuneração variáveis está sujeita a diferimento, *Vesting* e *Malus/Clawback*.

i. Diferimento

A remuneração variável anual está sujeita à aplicação de percentuais de diferimento, definidos em função do nível de compensação variável auferida no exercício, em conformidade com a regulamentação aplicável e com a política de remuneração do Santander Brasil. A estrutura de pagamento contempla parcelas à vista e diferidas, bem como pagamento em dinheiro e em instrumentos financeiros.

No caso do Diretor Presidente, aplica-se percentual de diferimento mais elevado, observando-se, no mínimo, a proporção de 50% da remuneração variável paga à vista e 50% diferida ao longo do tempo, em linha com as responsabilidades do cargo e com seu papel estratégico na condução dos negócios. Para os demais executivos, o percentual de diferimento aplicado varia de acordo com o montante da remuneração variável, observando-se, no mínimo, 40% diferido e 60% pago à vista, nos termos definidos na política de remuneração e dentro dos limites aprovados pelos órgãos competentes.

À Vista	30%	Em Dinheiro
	30%	Em Instrumentos, com <i>lock-up</i> de um ano
Diferido	20%	Em Dinheiro em 4 parcelas anuais iguais
	20%	Em instrumentos em 4 parcelas anuais iguais, com <i>lock-up</i> de um ano

O pagamento das parcelas diferidas do Diretor Presidente é de 5 parcelas anuais iguais, mantendo as condições de *lock up* e está sujeito à consecução de três indicadores de mensuração para pagamento das últimas 3 parcelas, conforme detalhado abaixo:

Métrica	Peso
Retorno total para o acionista (rTSR)	50%
Retorno sobre o patrimônio líquido tangível (RoTE)	30%
Sustentabilidade (ESG)	20%

**ii. Vesting**

A efetiva entrega dos instrumentos está condicionada ao cumprimento do período de *vesting* e sujeita a restrições à transferência por período adicional.

iii. Malus e Clawback

O pagamento permanece sujeito à aplicação das cláusulas de *Malus* e *Clawback*, que podem resultar na redução ou cancelamento dos instrumentos a serem entregues, nas hipóteses previstas na política de remuneração, como: (a) fraca performance financeira da Companhia; (b) descumprimento pelo Participante de regras e regulamentações internas, em especial aquelas relacionadas a riscos; (c) mudanças substanciais nas demonstrações financeiras do Banco Santander Brasil, assim consideradas pelos auditores externos, exceto se em decorrência de mudanças de normas contábeis. Caso o Conselho de Administração entenda necessário, também poderá considerar nessa análise as demonstrações do Grupo Santander; (d) variações significativas no capital social ou na avaliação qualitativa de riscos do Banco Santander Brasil. Caso o Conselho de Administração entenda necessário, também poderá considerar nessa análise as variações no capital social do Grupo Santander; (e) falhas significativas na gestão do risco cometidas pela companhia ou por uma unidade de negócios ou controle de riscos; (f) aumento das necessidades de capital da companhia ou de uma unidade de negócios não previsto no momento da geração das exposições; (g) sanções regulamentares ou condenações judiciais por atos que possam ser atribuíveis a unidade ou aos responsáveis da mesma; (h) descumprimento dos códigos de conduta internos da companhia; (i) conduta impropria, individual ou coletiva aos efeitos negativos da comercialização de produtos inadequados e as responsabilidades das pessoas ou comitês da companhia que tomaram essas decisões devem ser especialmente consideradas; (j) reformulação das demonstrações financeiras como resultado de falha material no cumprimento dos requisitos de relatórios financeiros sob as leis federais de valores mobiliários dos Estados Unidos, na condição de companhia com American Depositary Receipt listada na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

c) Comitês de Assessoramento

A remuneração quando aplicável, é composta por remuneração fixa aprovada pelo Conselho de Administração. A definição e eventual revisão dos valores consideram pesquisas de mercado e a natureza técnica e consultiva das atribuições exercidas.

Os membros dos Comitês de Assessoramento não fazem jus a benefícios, remuneração variável e previdência complementar pelo exercício dessas funções, com exceção dos membros que também integrem a Diretoria Executiva.

Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG



O Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento não possuem indicadores de desempenho atrelados a remuneração.

A política de remuneração contempla a utilização de indicadores de desempenho para a Diretoria Executiva, com o objetivo de avaliar, de forma equilibrada e integrada, a contribuição individual e coletiva para os resultados do exercício, a execução da estratégia e os resultados sustentáveis. Tais indicadores são definidos de modo a refletir a performance econômica, a adequada gestão de riscos e a observância dos princípios de governança, em linha com a regulamentações nacionais e internacionais aplicáveis ao perfil de atuação do Santander Brasil.

A avaliação de desempenho inclui indicadores relacionados a aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG), considerando a relevância desses temas para a condução responsável dos negócios e para a criação de valor, como: diversidade; inclusão; e negócios sustentáveis.

O Conselho de Administração, mediante recomendação do Comitê de Remuneração, avalia os atingimentos dos objetivos contratados durante o ano para cada unidade de negócio e pode realizar avaliação qualitativa complementar às métricas quantitativas de desempenho, considerando a forma como os objetivos foram alcançados, bem como fatores relevantes de contexto que não estejam integralmente refletidos nos indicadores utilizados. Essa avaliação qualitativa tem como finalidade assegurar uma análise mais abrangente e equilibrada do desempenho, podendo resultar em ajustes positivos ou negativos nos resultados apurados, nos termos previstos na política de remuneração.

As áreas responsáveis por funções de controle, tais como gestão de riscos, conformidade, controles internos e auditoria interna, possuem critérios de avaliação de desempenho e de remuneração que não estão vinculados a indicadores de resultado de negócios ou de geração de receitas. Essa estrutura tem como objetivo preservar a independência dessas funções, evitar potenciais conflitos de interesse e assegurar que sua atuação esteja alinhada às atribuições regulatórias.

(ii). Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e Comitês de Assessoramento, quando aplicável, é definida considerando a complexidade das atribuições exercidas, a experiência para o desempenho das funções e a necessidade de atrair, reter os talento em um mercado altamente competitivo.

No caso da Diretoria Executiva, a combinação entre remuneração fixa, remuneração variável e incentivos de longo prazo visa reforçar o comprometimento dos executivos com a perenidade da instituição, a disciplina na tomada de decisão e a criação de valor sustentável.

(iii). A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

No Conselho de Administração, há a participação de três membros ativos não remunerados.



Na Diretoria Executiva, não há membros que exerçam suas funções sem a correspondente remuneração.

Nos Comitês de Assessoramento, há a participação de um membro ativo não remunerado.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês de Assessoramento não é suportada por subsidiárias ou controladas.

No Conselho de Administração, há a participação de três membros ativos remunerados pelo controlador, assim como um membro do Comitê de Assessoramento. Tais membros são representantes do Santander Espanha, exercem funções executivas na entidade controladora. Informações adicionais são apresentadas no item 8.19 deste Formulário de Referência.

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva tampouco é suportada por subsidiárias, controladas ou por controladores diretos ou indiretos. Não obstante, os resultados de subsidiárias e coligadas integram o resultado consolidado da companhia e, nessa medida, podem influenciar a apuração da remuneração variável dos membros da Diretoria Executiva, em linha com os critérios de desempenho e as políticas de remuneração aplicáveis.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.



8.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 2026 - Valores anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Comitê Auditoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	12	50	4	0	66
Nº de Membros Remunerados	7,00	49,00	3,00	0,00	60
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	15.144.592,00	120.191.339,00	3.174.584,00	-	138.510.515,00
Benefícios direto e indireto	500.000,00	7.775.952,00	-	-	8.275.952,00
Participações em comitês	-	-	-	-	-
Outros	-	108.541.963,00	-	-	108.541.963,00
Outros INSS	3.604.777,79	39.924.563,41	714.281,40	-	44.243.622,60
Remuneração variável					
Bônus	-	-	-	-	-
Participação de resultados	-	135.597.367,00	-	-	135.597.367,00
Participações em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros INSS	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-	-
Baseada em ações	-	135.597.367,00	-	-	135.597.367,00
Total da remuneração	19.249.369,79	547.628.551,41	3.888.865,40	-	570.766.786,60

Remuneração total para o Exercício Social em 2025 - Valores anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Comitê Auditoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13	55	5	0	73
Nº de Membros Remunerados	6,25	49,08	3,58	0	58,92
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	9.258.720,00	99.109.354,81	2.904.220,00	-	111.272.294,81
Benefícios direto e indireto	297.359,85	6.411.301,27	-	-	6.708.661,12
Participações em comitês	-	-	-	-	-
Outros	-	89.503.211,04	-	-	89.503.211,04
Outros INSS	2.203.798,44	32.921.654,37	653.449,50	-	35.778.902,32
Remuneração variável					
Bônus	-	-	-	-	-
Participação de resultados	-	111.686.878,29	-	-	111.686.878,29
Participações em reuniões	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-
Outros INSS	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-	-
Baseada em ações	535.939,75	114.448.243,88	-	-	114.984.183,63
Total da remuneração	12.295.818,04	454.080.643,66	3.557.669,50	-	469.934.131,20



Remuneração total para o Exercício Social em 2024 - Valores anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Comitê Auditoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	58	5	0	74
Nº de Membros Remunerados	7,67	51,75	3,83	0	63,25
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	10.098.003,33	94.904.334,25	3.170.800,00	-	108.173.137,58
Benefícios direto e indireto	197.920,29	6.394.371,27	-	-	6.592.291,56
Participações em comitês					-
Outros		94.822.398,27			94.822.398,27
Outros INSS	2.394.949,64	31.555.752,39	713.430,00	-	34.664.132,04
Remuneração variável					
Bônus	-	-	-	-	-
Participação de resultados	-	121.025.950,00	-	-	121.025.950,00
Participações em reuniões					-
Comissões					-
Outros INSS					-
Outros					-
Pós-emprego					-
Cessação do cargo					-
Baseada em ações	535.939,75	123.260.561,00	-	-	123.796.500,75
Total da remuneração	13.226.813,02	471.963.367,18	3.884.230,00	-	489.074.410,19

Remuneração total para o Exercício Social em 2023 - Valores anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Comitê Auditoria	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	48	5	0	64
Nº de Membros Remunerados	6,67	50,75	3,67	2,17	63,25
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	11.532.331,82	88.820.829,58	2.810.166,67	144.619,00	103.307.947,07
Benefícios direto e indireto	120.235,18	5.180.170,61	-	-	5.300.405,79
Participações em comitês					-
Outros		61.050.425,74			61.050.425,74
Outros INSS	2.594.774,66	27.090.353,02	632.287,50	32.539,28	30.349.954,46
Remuneração variável					
Bônus	-	-	-	-	-
Participação de resultados	-	97.304.600,00	-	-	97.304.600,00
Participações em reuniões					-
Comissões					-
Outros INSS					-
Outros					-
Pós-emprego					-
Cessação do cargo					-
Baseada em ações	-	107.759.366,67	-	-	107.759.366,67
Total da remuneração	14.247.341,66	387.205.745,62	3.442.454,17	177.158,28	405.072.699,73

**8.3. Em relação à remuneração variável dos 03 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária**

As tabelas a seguir apresentam a remuneração variável dos membros dos órgãos de administração da Companhia nos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025 bem como aquela prevista para o exercício social de 2026.

2023	Conselho de Administração	Diretora Executiva	Comitê de Auditoria	Conselho Fiscal	Total
a. Órgão:					
b. Nº total de membros	11,0	48,0	5,0	0	64,0
c. Nº de membros remunerados	6,7	50,8	3,7	2,2	63,3
d. em relação ao Bônus					
i . valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
i i .valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.000.000,00	-	-	9.000.000,00
i i i .valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-	-
e. em relação à participação no resultado					
i . valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
i i . valor máximo previsto no plano de remuneração	-	298.000.000,00	-	-	298.000.000,00
i i i .valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	220.000.000,00	-	-	220.000.000,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	193.289.800,00	-	-	193.289.800,00

2024	Conselho de Administração	Diretora Executiva	Comitê de Auditoria	Conselho Fiscal	Total
a. Órgão:					
b. Nº total de membros	11	58	5	0	74
c. Nº de membros remunerados	7,67	51,75	3,83	0	63,25
d. em relação ao Bônus					



i . valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
i i .valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.000.000,00	-	-	9.000.000,00
i i i .valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-	-
e. em relação à participação no resultado					
i . valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
i i . valor máximo previsto no plano de remuneração	-	298.000.000,00	-	-	298.000.000,00
i i i .valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	220.000.000,00	-	-	220.000.000,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	237.182.500,00	-	-	237.182.500,00

2025	Conselho de Administração	Diretora Executiva	Comitê de Auditoria	Conselho Fiscal	Total
a. Órgão:	13	55	5	0	73
b. Nº total de membros					
c. Nº de membros remunerados	6,25	49,08	3,58	0,00	58,92
d. em relação ao Bônus					
i . valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
i i .valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.000.000,00	-	-	9.000.000,00
i i i .valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00
iv. Valor efetivamente	-	-	-	-	-



reconhecido no resultado do exercício social					
e. em relação à participação no resultado					
i . valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
i i . valor máximo previsto no plano de remuneração	-	298.000.000,00	-	-	298.000.000,00
i i i .valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	250.000.000,00	-	-	250.000.000,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	218.866.700,00	-	-	218.866.700,00

Projeção 2026	Conselho de Administração	Diretora Executiva	Comitê de Auditoria	Conselho Fiscal	Total
a. Órgão:	12	50	4	0	66
b. Nº total de membros					
c. Nº de membros remunerados	7,00	49,00	3,00	0,00	60
d. em relação ao Bônus					
i . valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
i i .valor máximo previsto no plano de remuneração	-	9.000.000,00	-	-	9.000.000,00
i i i .valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-	-
e. em relação à participação no resultado					
i . valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-	-
i i . valor máximo previsto no plano de remuneração	-	298.000.000,00	-	-	298.000.000,00



iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	250.000.000,00	-	-	250.000.000,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-	-



8.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

a. termos e condições gerais

O Santander Brasil mantém planos de remuneração baseados em ações, integrantes de sua política de remuneração variável de longo prazo. Os modelos atualmente existentes, são:

- Plano de Incentivo de Longo Prazo Local (ILP Local);
- Planos de Incentivo de Longo Prazo Globais (ILP Global); e
- Programas de Diferimento da Remuneração Variável, incluindo planos de retenção específicos.

Os planos possuem horizontes plurianuais, com duração típica de três a cinco anos, prevendo períodos de diferimento, lock-up, condições de permanência e o valor final dependerá do cumprimento das métricas de longo prazo associadas ao incentivo.

São elegíveis aos planos os administradores e empregados não administradores indicados pelo Conselho de Administração, observados critérios de senioridade, impacto nos resultados, perfil de risco e alinhamento estratégico.

(i) Plano de Incentivo de Longo Prazo Local

a) Planos de Retenção

Administradores e empregados considerados estratégicos poderão ser elegíveis a planos de retenção, vinculados à área ou indivíduo, com o objetivo de promover a retenção de talentos críticos e a sustentabilidade dos negócios do Santander Brasil. A remuneração variável acordada como parte desses planos não é garantida e dependerá da permanência, com contrato e regulamentos específicos e podem prever condições de desempenho, estando sujeitos às resoluções normativas locais e globais aplicáveis.

(ii) Planos de Incentivo de Longo Prazo Global

a) Planos de ILP Globais

Em situações específicas os executivos elegíveis aos Planos de Incentivo de Longo Prazo Globais possuem metas de incentivo expressas em quantidade-target de instrumentos do Grupo Santander, definidas conforme os critérios e a governança aplicáveis. A apuração do incentivo está condicionada ao cumprimento de indicadores de desempenho previamente estabelecidos, avaliados ao longo do tempo.

b) Programas de Diferimento

Os Programas de Diferimento aplicam-se aos diretores estatutários, aos colaboradores cuja função tenha impacto relevante no perfil de risco da instituição (Material Risk Takers - MRTs), de acordo com os critérios estabelecidos na regulamentação Europeia (CRD-V), bem como a outros



empregados elegíveis, conforme critérios definidos na política de remuneração. Como parte desses programas, parte da remuneração variável é diferida, podendo ser paga em dinheiro e/ou em instrumentos baseados em ações, conforme o perfil do participante.

O percentual de diferimento aplicável a cada participante é definido em função do nível de remuneração variável auferido no respectivo exercício, observados o perfil de responsabilidade, impacto no risco, os critérios de proporcionalidade, materialidade e os limites estabelecidos na política e na regulamentação aplicável. Os planos de diferimento são estruturados em dois grupos de participantes:

Coletivo Identificado: composto por diretores estatutários e executivos classificados como tomadores de risco relevante, incluindo aqueles responsáveis por funções de controle.

Demais Funcionários: composto por empregados elegíveis cuja remuneração variável anual supere os limites estabelecidos em política.

b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano Geral de Incentivo de Longo Prazo, que contempla os planos de remuneração baseados em ações e os programas de diferimento, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 21 de dezembro de 2016, conforme a proposta do Conselho de Administração aprovada em reunião de 25 de outubro de 2016, tendo sido objeto de alteração pontual em 26 de abril de 2024.

A administração, revisão e supervisão dos planos competem a governança estabelecida, com a participação das áreas de Pessoas & Cultura e Finanças, observadas as políticas internas e a regulamentação aplicável.



c. número máximo de ações abrangidas

Plano de Remuneração baseada em ações previsto para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Nº máximo de ações abrangidas	159.424	6.361.669
* Até o dia 10 de fevereiro de cada um dos três exercícios sociais subsequentes ao ano base, o Conselho de Administração da Companhia poderá alterar a quantidade máxima de <i>Units</i> por ano, aumentando na proporção em que a Companhia distribua dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas, no valor equivalente aos dividendos e ou/ juros sobre capital próprio que o participante teria direito se tivesse as <i>Units</i> da Companhia.		

Plano de Remuneração baseada em ações previsto para o exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Nº máximo de ações abrangidas	173.200	7.814.862
* Até o dia 10 de fevereiro de cada um dos três exercícios sociais subsequentes ao ano base, o Conselho de Administração da Companhia poderá alterar a quantidade máxima de <i>Units</i> por ano, aumentando na proporção em que a Companhia distribua dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas, no valor equivalente aos dividendos e ou/ juros sobre capital próprio que o participante teria direito se tivesse as <i>Units</i> da Companhia.		

Plano de Remuneração baseada em ações previsto para o exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Nº máximo de ações abrangidas	170.860	7.704.850
* Até o dia 10 de fevereiro de cada um dos três exercícios sociais subsequentes ao ano base, o Conselho de Administração da Companhia poderá alterar a quantidade máxima de <i>Units</i> por ano, aumentando na proporção em que a Companhia distribua dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas, no valor equivalente aos dividendos e ou/ juros sobre capital próprio que o participante teria direito se tivesse as <i>Units</i> da Companhia.		

Plano de Remuneração baseada em ações previsto para o exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Nº máximo de ações abrangidas	-	5.646.529
* Até o dia 10 de fevereiro de cada um dos três exercícios sociais subsequentes ao ano base, o Conselho de Administração da Companhia poderá alterar a quantidade máxima de <i>Units</i> por ano, aumentando na proporção em que a Companhia distribua dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas, no valor equivalente aos dividendos e ou/ juros sobre capital próprio que o participante teria direito se tivesse as <i>Units</i> da Companhia.		



d. número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Remuneração baseada em ações previsto para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Nº máximo de opções abrangidas	16.929	169.791
* Até o dia 10 de fevereiro de cada um dos três exercícios sociais subsequentes ao ano base, o Conselho de Administração da Companhia poderá alterar a quantidade máxima de <i>Units</i> por ano, aumentando na proporção em que a Companhia distribua dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas, no valor equivalente aos dividendos e ou/ juros sobre capital próprio que o participante teria direito se tivesse as <i>Units</i> da Companhia.		

Plano de Remuneração baseada em ações previsto para o exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Nº máximo de opções abrangidas	16.929	1.117.972
* Até o dia 10 de fevereiro de cada um dos três exercícios sociais subsequentes ao ano base, o Conselho de Administração da Companhia poderá alterar a quantidade máxima de <i>Units</i> por ano, aumentando na proporção em que a Companhia distribua dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas, no valor equivalente aos dividendos e ou/ juros sobre capital próprio que o participante teria direito se tivesse as <i>Units</i> da Companhia.		

Plano de Remuneração baseada em ações previsto para o exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Nº máximo de opções abrangidas	16.929	2.167.998
* Até o dia 10 de fevereiro de cada um dos três exercícios sociais subsequentes ao ano base, o Conselho de Administração da Companhia poderá alterar a quantidade máxima de <i>Units</i> por ano, aumentando na proporção em que a Companhia distribua dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas, no valor equivalente aos dividendos e ou/ juros sobre capital próprio que o participante teria direito se tivesse as <i>Units</i> da Companhia.		

Plano de Remuneração baseada em ações previsto para o exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Nº máximo de opções abrangidas	269.148	2.986.484
* Até o dia 10 de fevereiro de cada um dos três exercícios sociais subsequentes ao ano base, o Conselho de Administração da Companhia poderá alterar a quantidade máxima de <i>Units</i> por ano, aumentando na proporção em que a Companhia distribua dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos seus acionistas, no valor equivalente aos dividendos e ou/ juros sobre capital próprio que o participante teria direito se tivesse as <i>Units</i> da Companhia.		

**e. condições de aquisição de ações****(i) Planos de ILP Globais**

De forma geral, os ILPs possuem período mínimo de diferimento de três a cinco anos, a depender do público elegível e do montante da remuneração variável atribuída, sendo que ao menos 50% da remuneração variável concedida no âmbito desses planos é paga em instrumentos baseados em ações.

A remuneração é estruturada em parcela diferida, sem pagamento integral imediato, podendo haver, quando aplicável, liberação gradual das parcelas ao longo dos exercícios subsequentes ao ano-base, condicionada ao atingimento contínuo das métricas de desempenho e à aplicação de mecanismos de ajuste *ex post* ao risco (*malus* e *clawback*).

(ii) Programas de Diferimento

Como regra geral, no mínimo 40% da remuneração variável anual é diferida por período não inferior a três ou quatro anos, podendo chegar a cinco anos nos casos de administradores e demais profissionais com maior impacto no perfil de risco do Santander Brasil.

Do montante total da remuneração variável, ao menos 50% são pagos em instrumentos baseados em ações, tanto na parcela paga à vista quanto nas parcelas diferidas, observados os critérios de proporcionalidade previstos na regulamentação aplicável.

A aquisição definitiva das parcelas diferidas está condicionada ao desempenho da companhia ao longo do período de diferimento e sujeita à aplicação de mecanismos de *malus* e *clawback*, bem como a período de indisponibilidade (lock-up) mínimo de 12 meses após cada entrega de instrumentos.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Quando aplicável, o preço de aquisição ou de exercício das ações ou instrumentos baseados em ações concedidos no âmbito dos Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP) e dos Programas de Diferimento da remuneração variável é fixado com base em critérios objetivos, verificáveis e alinhados às condições de mercado, de forma a assegurar a aderência entre o incentivo concedido e a efetiva criação de valor para os acionistas.

O valor de referência dos instrumentos considera:

- (i) a cotação de mercado das ações da companhia ou do Grupo Santander, conforme aplicável em cada plano;
- (ii) médias ponderadas de preços da cotação das *units* nos 50 pregões da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) anteriores à sexta-feira (exclusive), da semana anterior à data em que o Conselho de Administração aprove o incentivo aos administradores executivos, de modo a mitigar efeitos de volatilidade pontual; e
- (iii) ajustes decorrentes de eventos societários relevantes, tais como desdobramentos, grupamentos, bonificações, reorganizações societárias ou eventos



de natureza equivalente, observadas as metodologias usualmente adotadas pelo mercado e pela B3.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Os prazos de aquisição (*vesting*), carência e exercício das ações ou instrumentos baseados em ações variam conforme a natureza do plano, o público elegível, sendo definidos previamente nos respectivos regulamentos e instrumentos contratuais, aprovados pela governança competente.

- (i) os planos de incentivo de longo prazo preveem *vesting* escalonado ao longo de períodos plurianuais;
- (ii) os Programas de Diferimento da remuneração variável contemplam pagamento parcelado anual das parcelas diferidas; e
- (iii) eventuais opções ou instrumentos de natureza similar somente podem ser exercidos após o cumprimento integral de *lock-up* de 1 ano contados a partir da data da entrega dos instrumentos.

h. Forma de liquidação

A liquidação dos planos pode ocorrer, conforme previsto nos regulamentos aplicáveis e o perfil do participante, (i) mediante a entrega de ações ou instrumentos baseados em ações; (ii) mediante pagamento em dinheiro; ou (iii) por combinação de ambas as formas.

(i) Planos de ILP Globais

Quando aplicável, a liquidação pode ocorrer por meio de pagamento em dinheiro, registrado em folha de pagamento, conforme as regras específicas do respectivo programa e observada a governança competente.

(ii) Programas de Diferimento

A liquidação das parcelas diferidas ocorre predominantemente por meio da entrega de instrumentos baseados em ações, de forma parcelada ao longo dos ciclos de diferimento definidos, podendo incluir ações e/ou instrumentos de natureza equivalente, conforme aplicável. Para o coletivo identificado (*Material Risk Takers – MRTs*), ao menos 50% da remuneração variável diferida é liquidada em instrumentos, em linha com a regulamentação prudencial, sendo a entrega dos instrumentos realizada de forma parcelada ao longo dos ciclos de diferimento previstos em cada plano.

i. Restrições à transferência das ações

As ações ou instrumentos baseados em ações entregues no âmbito dos planos de remuneração podem estar sujeitos a períodos de *lock-up*, restrições temporárias à alienação e vedações à realização de operações destinadas a neutralizar os riscos econômicos associados aos instrumentos, tais como operações de hedge, conforme previsto nos regulamentos, com especial ênfase nos Programas de Diferimento da remuneração variável.

Durante os períodos de restrição, é vedada qualquer forma de negociação, alienação, oneração ou operação direta ou indireta que tenha por objetivo transferir



ou mitigar os riscos e benefícios econômicos associados aos instrumentos entregues, ainda que a contabilização ou o pagamento do benefício ocorra por meio da folha de pagamento (conforme detalhado no item 8.4 e subitem “h”).

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os planos de remuneração baseados em ações poderão ser suspensos, alterados ou extintos, total ou parcialmente, por deliberação do Conselho de Administração, nas hipóteses que incluam, entre outras: (i) deterioração relevante do desempenho financeiro ou do capital da companhia; (ii) descumprimento de requisitos regulatórios aplicáveis; (iii) identificação de falhas relevantes de gestão de riscos e controles internos; e (iv) aplicação de mecanismos de ajuste *ex post* da remuneração variável, incluindo cláusulas de *malus* e *clawback*.

A política de remuneração prevê a aplicação de *malus* e *clawback* em casos de fraude, má conduta, erro material na apuração de resultados, falhas de governança ou necessidade de reapresentação das demonstrações financeiras, podendo resultar na redução ou devolução, total ou parcial, dos valores concedidos.

(i) Planos de ILP Globais

As alterações no plano poderão acontecer por razões legais ou regulatórias.

(ii) Programas de Diferimento

Os programas poderão ser extintos, suspensos ou alterados, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, respeitados os direitos dos participantes que já possuam parcelas diferidas a receber.

Eventos societários que impactem a estrutura de capital do Santander Brasil, tais como desdobramento, grupamento ou bonificação de ações, fusão, incorporação ou cisão, poderão ensejar ajustes quantitativos nos instrumentos concedidos.

Os planos de diferimento estão sujeitos às cláusulas de *malus* e *clawback*, podendo resultar na redução ou devolução de até 100% dos valores concedidos, conforme critérios e hipóteses aprovados pelos órgãos de governança competentes.

K. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento do administrador da companhia, os efeitos sobre os direitos previstos nos planos de remuneração baseados em ações observarão as regras específicas de cada plano e dependerão do motivo da saída, podendo resultar na perda total ou parcial das parcelas ainda não adquiridas, manutenção proporcional dos direitos já constituídos ou na extinção dos instrumentos concedidos.

As deliberações relativas à aplicação dessas regras competem ao Conselho de Administração, mediante recomendação do Comitê de Remuneração, em consonância com a política de remuneração e os regulamentos dos planos.



(i) Planos de ILP Globais

Em casos de aposentadoria, demissão sem justa causa, invalidez permanente ou falecimento, os direitos aos instrumentos concedidos poderão ser mantidos de forma proporcional ao período decorrido até a data do desligamento, conforme critérios previstos nos respectivos regulamentos. Em caso de falecimento, os direitos remanescentes serão transferidos aos sucessores legais do beneficiário. O pedido de demissão implicará a perda dos direitos ainda não adquiridos.

(ii) Programas de Diferimento

O desligamento por pedido de demissão, renúncia, dispensa por justa causa ou destituição de cargo estatutário por decisão unilateral da companhia implicará a extinção antecipada do plano para o participante, com perda do direito às parcelas futuras.

Nos casos de desligamento por dispensa sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, o participante, ou seus sucessores, conforme o caso, fará jus ao recebimento das parcelas diferidas de acordo com as regras e cronograma aplicáveis ao ciclo respectivo. A suspensão do contrato de trabalho em decorrência de doença ou acidente não implicará a perda do direito às parcelas diferidas, observados os termos do plano.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - i. em aberto no início do exercício social
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
 - iii. exercidas durante o exercício social
 - iv. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

As tabelas a seguir apresentam a remuneração prevista exercício corrente de 2026:

		Conselho de Administração						
Nº de membros		12						
Nº de membros remunerados		7,00						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	-	-	-	-	15.284	1.645	-
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-	-	15.284	1.645	-
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-

(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas							
*** Diluição máxima.							

		Diretoria Executiva					
Nº de membros	50						
Nº de membros remunerados	49,00						
Outorga de opções de compras de ações							
Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
Quantidade de opções outorgadas	46.538	-	-	146.629	40.238	7.362	595.749
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	46.538	-	-	146.629	-	7.362	167.432
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-

Valor justo das opções na data da outorga	EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas							
*** Diluição máxima.							

As tabelas a seguir apresentam a remuneração do ano base 2025:

		Conselho de Administração						
Nº de membros		13						
Nº de membros remunerados		6,25						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	-	-	-	-	15.284	1.645	-
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-	-	15.284	1.645	-
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-

Valor justo das opções na data da outorga	EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
--	----------------------	---------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas

*** Diluição máxima.

		Diretoria Executiva						
Nº de membros		55						
Nº de membros remunerados		49,08						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	46.538	34.153	191.577	146.629	40.238	7.362	763.181
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	46.538	34.153	191.577	-	-	-	167.432
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	34.153	191.577	-	-	-	1.003.488
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga		EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016

Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas

*** Diluição máxima.

As tabelas a seguir apresentam a remuneração do ano base 2024:

		Conselho de Administração						
Nº de membros		11						
Nº de membros remunerados		7,67						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	269.148	-	-	-	15.284	1.645	-
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	269.148	-	-	-	15.284	1.645	-
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	269.148	-	-	-	-	-	-
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga		EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas								

*** Diluição máxima.

Diretoria Executiva							
Nº de membros	58						
Nº de membros remunerados	51,75						
Outorga de opções de compras de ações							
Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
Quantidade de opções outorgadas	46.538	102.459	191.577	146.629	40.238	7.362	1.766.669
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	46.538	102.459	191.577	146.629	40.238	7.362	1.003.488
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	65.168	-	-	692.613
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	68.306	-	-	-	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas							

*** Diluição máxima.

As tabelas a seguir apresentam a remuneração do ano base 2023:

		Conselho de Administração						
Nº de membros		11						
Nº de membros remunerados		6,67						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	269.148	-	-	-	15.284	-	-
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	269.148	-	-	-	15.284	-	-
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga		EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas								
*** Diluição máxima.								

		Diretoria Executiva						
Nº de membros		48						
Nº de membros remunerados		50,75						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	-	68.306	191.577	211.797	55.522	-	2.459.282
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	68.306	191.577	211.797	55.522	-	-
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga		EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas								
*** Diluição máxima.								

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na datada outorga

Tabelas a seguir apresentam a remuneração prevista exercício corrente de 2026:

		Conselho de Administração						
Nº de membros		12						
Nº de membros remunerados		7,00						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	-	-	-	-	15.284	1.645	-
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-	-	15.284	1.645	-
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-

(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na datada outorga	-	-	-	-	EUR 245.003	EUR 33.081	-

Diretoria Executiva

Nº de membros		50						
Nº de membros remunerados		49,00						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	46.538	-	-	146.629	40.238	7.362	595.749
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	46.538	-	-	146.629	-	7.362	167.432
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-	
Valor justo das opções na data da outorga		EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na datada outorga		EUR 32.670	-	-	EUR 168.183	EUR 645.015	EUR 148.050	EUR 605.281

As tabelas a seguir apresentam a remuneração do ano base 2025:

		Conselho de Administração						
Nº de membros		13						
Nº de membros remunerados		6,25						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	-	-	-	-	15.284	1.645	-
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-	-	15.284	1.645	-
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga		EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na datada outorga		-	-	-	-	EUR 245.003	EUR 33.081	-

Diretoria Executiva

Nº de membros		55						
Nº de membros remunerados		49,08						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	46.538	34.153	191.577	146.629	40.238	7.362	763.181
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	34.153	191.577	-	-	-	167.432
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	34.153	191.577	-	-	-	1.003.488
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga		EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na datada outorga		EUR 32.670	EUR 30.738	EUR 154.794	EUR 168.813	EUR 645.015	EUR 148.050	EUR 775.392

As tabelas a seguir apresentam a remuneração do ano base 2024:

		Conselho de Administração						
Nº de membros		11						
Nº de membros remunerados		7,67						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	269.148	-	-	-	15.284	1.645	-
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	269.148	-	-	-	15.284	1.645	-
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	269.148	-	-	-	-	-	-
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga		EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na datada outorga		-	-	-	-	EUR 245.003	EUR 33.081	-

Diretoria Executiva

Nº de membros		58						
Nº de membros remunerados		51,75						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	46.538	102.459	191.577	146.629	40.238	7.362	1.766.669
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	46.538	102.459	191.577	146.629	40.238	7.362	1.003.488
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	65.168	-	-	692.613
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	68.306	-	-	-	-	-
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga		EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na datada outorga		EUR 32.670	EUR 92.213	EUR 154.794	EUR 168.183	EUR 645.015	EUR 148.050	EUR 1.794.936

As tabelas a seguir apresentam a remuneração do ano base 2023:

		Conselho de Administração						
Nº de membros		11						
Nº de membros remunerados		6,67						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	269.148	-	-	-	15.284	-	-
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	269.148	-	-	-	15.284	-	-
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga		EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na datada outorga		EUR 188.942	-	-	-	EUR 245.003	-	-

Diretoria Executiva

Nº de membros		48						
Nº de membros remunerados		50,75						
Outorga de opções de compras de ações								
	Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2024
	Quantidade de opções outorgadas	-	68.306	191.577	211.797	55.522	-	2.459.282
	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	2023	2024	2025	2026	2026	2027	2025
	Prazo máximo para exercício das opções	2030	2029	2030	2032	2032	2033	2031
	Prazo de restrição à transferência das ações	-	-	-	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
	Preço médio ponderado de exercício:	não há	não há	não há	não há	não há	não há	não há
	(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	68.306	191.577	211.797	55.522	-	-
	(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
	(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga		EUR 0,702	EUR 0,90	EUR 0,808	EUR 1,147	EUR 16,03	EUR 20,11	EUR 1,016
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na datada outorga		-	EUR 61.475	EUR 154.794	EUR 242.931	EUR 890.018	-	EUR 2.498.631



8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. preço médio ponderado de exercício**
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- e. em relação às opções exercíveis**
 - i. quantidade**
 - ii. prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. preço médio ponderado de exercício**
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social**
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

Em 31 de dezembro de 2025, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Companhia possuíam 233.258 opções em aberto, relativas aos planos Globais de ILP e 833.021 opções em aberto referentes ao Plano de Diferimento pago em opções sobre ações Globais.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	13	55	0
Nº de membros remunerados	6,25	49,08	0
Opções ainda não exercíveis			
Quantidade	16.929	957.410	N/A
Data em que as opções se tornarão exercíveis	A partir de 2027	A partir de 2026	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	10 anos	7 anos	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	EUR 16,03 EUR 20,11	R\$ 41,04	N/A
Opções exercíveis			
Quantidade	-	1.229.218	N/A
Data em que as opções se tornaram exercíveis	N/A	2025	N/A



Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Fev/2029	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	1 ano	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	EUR 2,97	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	EUR 3,33	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	R\$26.474.113	N/A



8.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. número de ações**
- e. preço médio ponderado de exercício**
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**

Os planos vigentes estão atrelados a ações globais do Grupo Santander, não negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sendo classificados como planos com liquidação financeira, mediante pagamento em dinheiro correspondente à diferença entre o preço médio ponderado de mercado da ação na data do exercício e o respectivo preço médio ponderado de exercício (strike price). Não há emissão ou entrega de ações de emissão do Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 2023, as opções do plano ILP Global 2019 se tornaram exercíveis, mas não tivemos opções exercidas pelos Administradores no exercício.

Em 2024, as opções do plano ILP Global 2020 também se tornaram exercíveis e tivemos 68.306 opções exercidas pelos Diretores Executivos, ao preço médio de EUR 4,25/ação, com liquidação em dinheiro por diferença (preço de mercado x strike price).

Em 2025, as opções do plano ILP Global 2021 também se tornaram exercíveis e tivemos 191.577 opções exercidas pelos Diretores Executivos, ao preço médio de EUR 6,2665/ação, com liquidação em dinheiro por diferença (preço de mercado x strike price).



8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários**

Conforme quadros dos itens 8.5 e 8.6 acima.

8.10 Outorga de ações

Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- data de outorga
- quantidade de ações outorgadas
- prazo máximo para entrega das ações
- prazo de restrição à transferência das ações
- valor justo das ações na data da outorga
- multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na datada outorga

Tabelas a seguir apresentam a remuneração prevista exercício corrente de 2026:

	Conselho de Administração														
	ILP GLOBAL 2019	ILP GLOBAL 2020	ILP GLOBAL 2021	ILP GLOBAL 2022	ILP GLOBAL 2022¹	ILP GLOBAL 2023	ILP GLOBAL 2024	DIFERIMENTO B2018	DIFERIMENTO B2019	DIFERIMENTO B2020	DIFERIMENTO B2021	DIFERIMENTO B2022	DIFERIMENTO B2023	DIFERIMENTO B2024	DIFERIMENTO B2025
Nº de membros	12														
Nº de membros remunerados	7,00														
Outorga de ações															
Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2025	fev/26	fev/26	fev/26	fev/26	fev/26	fev/26	fev/26	fev/26
Quantidade de ações outorgadas	-	-	-	-	2.184	235	-	-	-	50.186	23.606	28.675	13.723	-	-
Prazo máximo para entrega das ações	mar/23	mar/24	mar/25	mar/26	mar/27	mar/28	mar/29	mar/26	mar/26	mar/26	mar/26	mar/26	mar/26	mar/26	mar/26
Prazo de restrição à transferência a das ações	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Valor justo das ações na data da outorga	EUR 3,67	EUR 2,69	EUR 3,10	EUR 3,09	EUR 48,08	EUR 60,34	EUR 54,14	R\$ 34,93	R\$ 34,93	R\$ 34,93	R\$ 34,93	R\$ 34,93	R\$ 33,44	R\$ 33,44	R\$ 33,75
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na datada outorga	€ -	€ -	€ -	€ -	€ 105.007	€ 14.180	€ -	R\$ -	R\$ -	R\$1.752.999	R\$ 824.552	R\$1.001.624	R\$ 458.906	-	R\$ -

	Diretoria Executiva															
	ILP GLOBAL 2019	ILP GLOBAL 2020	ILP GLOBAL 2021	ILP GLOBAL 2022	ILP GLOBAL 2022'	ILP GLOBAL 2023	ILP GLOBAL 2024	DIFERIMENTO B2018	DIFERIMENTO B2019	DIFERIMENTO B2020	DIFERIMENTO B2021	DIFERIMENTO B2022	DIFERIMENTO B2023	DIFERIMENTO B2024	DIFERIMENTO B2025	
Nº de membros	50															
Nº de membros remunerados	49,00															
Outorga de ações																
Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	2025	fev/26	fev/26	fev/26	fev/26	fev/26	fev/26	fev/26	fev/26	fev/26
Quantidade de ações outorgadas	-	-	49.888	45.382	4.264	1.631	5.340	-	-	21.886	47.212	258.155	280.177	507.035	1.871.482	
Prazo máximo para entrega das ações	mar/23	mar/24	mar/25	mar/26	mar/27	mar/28	mar/29	mar/26	mar/26	mar/26	mar/26	mar/26	mar/26	mar/26	mar/26	mar/26
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Valor justo das ações na data da outorga	EUR 3,67	EUR 2,69	EUR 3,10	EUR 3,09	EUR 48,08	EUR 60,34	EUR 54,14	R\$ 34,93	R\$ 34,93	R\$ 34,93	R\$ 34,93	R\$ 34,93	R\$ 33,44	R\$ 33,44	R\$ 33,44	R\$ 33,75
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na datada outorga	€ -	€ -	€ 154.653	€ 140.229	€ 205.013	€ 98.415	€ 289.108	R\$ -	R\$ -	R\$ 764.473	R\$1.649.104	R\$9.017.352	R\$9.369.124	R\$ 16.955.251		R\$ 63.162.510

tabelas a seguir apresentam a remuneração do ano base 2025:

Conselho de Administração													
ILP GLOBAL 2019	ILP GLOBAL 2020	ILP GLOBAL 2021	ILP GLOBAL 2022	ILP GLOBAL 2022'	ILP GLOBAL 2023	DIFERIMENTO 9º Ciclo	DIFERIMENTO 10º Ciclo	DIFERIMENTO 11º Ciclo	DIFERIMENTO 12º Ciclo	DIFERIMENTO 13º Ciclo	DIFERIMENTO 14º Ciclo	DIFERIMENTO 15º Ciclo	
13													
6,25													
Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	fev/25						
Quantidade de ações outorgadas	-	-	-	-	2.184	235	-	-	-	29.566	26.937	12.891	12.891
Prazo máximo para entrega das ações	mar/23	mar/24	mar/25	mar/26	mar/27	mar/27	mar/25						
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano												
Valor justo das ações na data da outorga	EUR 3,67	EUR 2,69	EUR 3,10	EUR 3,09	EUR 16,03	EUR 20,11	24,76				24,44		
	-	-	-	-	€ 35.010	€ 4.726	-	-	-	R\$ 732.059	R\$ 666.952	R\$ 315.062	R\$ 315.062

Diretoria Executiva													
ILP GLOBAL 2019	ILP GLOBAL 2020	ILP GLOBAL 2021	ILP GLOBAL 2022	ILP GLOBAL 2022'	ILP GLOBAL 2023	DIFERIMENTO 9º Ciclo	DIFERIMENTO 10º Ciclo	DIFERIMENTO 11º Ciclo	DIFERIMENTO 12º Ciclo	DIFERIMENTO 13º Ciclo	DIFERIMENTO 14º Ciclo	DIFERIMENTO 15º Ciclo	
55													
49,08													
Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	fev/25						
Quantidade de ações outorgadas	-	-	49.888	30.254	4.264	1.631	-	3.829	-	286.133	265.696	288.707	2.762.152
Prazo máximo para entrega das ações	mar/23	mar/24	mar/25	mar/26	mar/27	mar/27	mar/25	mar/25					
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano												
Valor justo das ações na data da outorga	EUR 3,67	EUR 2,69	EUR 3,10	EUR 3,09	EUR 16,03	EUR 20,11	R\$ 24,76					24,44	
	-	-	€ 154.852	€ 93.426	€ 68.352	€ 32.799	-	R\$ 94.802	-	R\$ 7.084.664	R\$6.578.638	R 7.055.987	R\$67.507.000

As tabelas a seguir apresentam a remuneração do ano base 2024:

	Conselho de Administração											
	ILP GLOBAL 2019	ILP GLOBAL 2020	ILP GLOBAL 2021	ILP GLOBAL 2022	ILP GLOBAL 2022¹	ILP GLOBAL 2023	DIFERIMENTO 9º Ciclo	DIFERIMENTO 10º Ciclo	DIFERIMENTO 11º Ciclo	DIFERIMENTO 12º Ciclo	DIFERIMENTO 13º Ciclo	DIFERIMENTO 14º Ciclo
	11											
	7,67											
Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	fev/24					
Quantidade de ações outorgadas	-	-	-	-	2.184	235	6.269	8.404	14.326	30.684	25.607	73.529
Prazo máximo para entrega das ações	mar/23	mar/24	mar/25	mar/26	mar/26	mar/27	mar/24					
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano											
Valor justo das ações na data da outorga	EUR 3,67	EUR 2,69	EUR 3,10	EUR 3,09	EUR 16,03	EUR 20,11	R\$ 29,54					R\$ 30,60
	EUR 0	EUR 0	EUR 0	EUR 0	EUR 35.010	EUR 4.726	R\$ 185.175	R\$ 248.256	R\$423.195	R\$906.412	R\$ 756.430	R\$ 2.250.000

	Diretoria Executiva											
	ILP GLOBAL 2019	ILP GLOBAL 2020	ILP GLOBAL 2021	ILP GLOBAL 2022	ILP GLOBAL 2022¹	ILP GLOBAL 2023	DIFERIMENTO 9º Ciclo	DIFERIMENTO 10º Ciclo	DIFERIMENTO 11º Ciclo	DIFERIMENTO 12º Ciclo	DIFERIMENTO 13º Ciclo	DIFERIMENTO 14º Ciclo
	58											
	51,75											
Data de outorga	2020	2021	2022	2023	2023	2024	fev/24					
Quantidade de ações outorgadas	-	11.448	49.888	30.254	4.264	1.631	3.172	3.640	169.686	296.897	271.952	1.539.117
Prazo máximo para entrega das ações	mar/23	mar/24	mar/25	mar/26	mar/26	mar/27	mar/24					
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano											
Valor justo das ações na data da outorga	EUR 3,67	EUR 2,69	EUR 3,10	EUR 3,09	EUR 16,03	EUR 20,11	R\$ 29,54					R\$ 30,60
	-	€ 30.738	€ 154.852	€ 93.426	€ 68.352	€ 32.799	R\$ 93.707	R\$ 107.521	R\$5.012.535	R\$8.770.346	R\$8.033.474	R\$ 47.096.980

As tabelas a seguir apresentam a remuneração do ano base 2023:

		Conselho de Administração									
		ILP Global CRDIV 2015	ILP DTA 2019	DIFERIMEN TO 6º Ciclo	DIFERIMEN TO 7º Ciclo	DIFERIMEN TO 8º Ciclo	DIFERIMEN TO 9º Ciclo	DIFERIMEN TO 10º Ciclo	DIFERIMEN TO 11º Ciclo	DIFERIMEN TO 12º Ciclo	DIFERIMEN TO 13º Ciclo
Nº de membros		11									
Nº de membros remunerados		6,67									
Outorga de ações											
	Data de outorga	mar/20	mar/20	fev/23							
	Quantidade de ações outorgadas	-	51.483	-	-	-	-	-	-	-	
	Prazo máximo para entrega das ações	mar/20	mar/23	mar/23							
	Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano									
	Valor justo das ações na data da outorga	R\$18,56	€3,67	R\$ 28,92							
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na datada outorga		-	€188.943	-	-	-	-	-	-	-	

		Diretoria Executiva									
		ILP Global CRDIV 2015	ILP DTA 2019	DIFERIMENTO 6º Ciclo	DIFERIMENTO 7º Ciclo	DIFERIMENTO 8º Ciclo	DIFERIMENTO 9º Ciclo	DIFERIMENTO 10º Ciclo	DIFERIMENTO 11º Ciclo	DIFERIMENTO 12º Ciclo	DIFERIMENTO 13º Ciclo
Nº de membros		48									
Nº de membros remunerados		50,75									
Outorga de ações											
	Data de outorga	mar/20	mar/20	fev/23							
	Quantidade de ações outorgadas	-	51.483	-	-	39.065	27.422	172.520	278.686	457.121	1.856.898
	Prazo máximo para entrega das ações	mar/20	mar/23	mar/23							
	Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano									
	Valor justo das ações na data da outorga	R\$18,56	€ 3,67	R\$ 28,92							
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na datada outorga		-	€ 188.943	-	-	R\$1.250.073	R\$877.520	R\$5.520.644	R\$8.917.951	R\$14.627.873	R\$59.420.747

**8.11 Ações entregues**

Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de aquisição
- f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
- g. multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquirida

2025

a. órgão	Diretoria Executiva	Conselho de Administração
b. número total de membros	55,00	13,00
c. número de membros remunerados	49,08	6,25
d. número de ações (líquidas)	2.571.505	163.690
e. preço médio ponderado de aquisição	R\$ 24,49	R\$ 24,74
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 25,46	R\$ 25,46
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 2.494.360	R\$ 111.857

2024

a. órgão	Diretoria Executiva	Conselho de Administração
b. número total de membros	58,00	11,00
c. número de membros remunerados	51,75	7,67
d. número de ações (líquidas)	2.559.282	31.782
e. preço médio ponderado de aquisição	R\$ 24,49	R\$ 24,67
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 28,58	R\$ 28,58
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	R\$ 10.467.463	R\$ 124.267



2023

a. órgão	Diretoria Executiva	Conselho de Administração
b. número total de membros	48,00	11,00
c. número de membros remunerados	50,75	6,67
d. número de ações (líquidas)	1.747.182	125.072
e. preço médio ponderado de aquisição	30,24	29,54
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	28,60	28,60
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	2.862.544	117.567,68



8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

A. Programa Global

a. Modelo de precificação

A mensuração dos planos baseia-se no modelo de Volatilidade Local (Dupire), ajustado para incorporar incertezas em dividendos, oferecendo maior precisão na estimativa de valor justo.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os principais parâmetros considerados incluem:

- Preço médio ponderado das ações;
- Preço de exercício;
- Volatilidade implícita e esperada;
- Taxa de juros livre de risco;
- Projeção de dividendos.

As opções dos planos em aberto possuem vencimentos até 2033, e o preço de exercício corresponde ao valor de mercado na data do exercício, condicionado ao atingimento das metas estabelecidas.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, o modelo não permite exercício antecipado.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Estimado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, considerando que nenhuma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

B. Programa Local



Não aplicável para os Planos de Incentivo de Longo Prazo (ILP) Locais e Diferimento, uma vez que possuem como objeto o pagamento, em instrumentos (ações/opções), de parte da Remuneração Variável devida pela companhia aos participantes, nos termos de sua política de remuneração.



8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Denominação da Companhia: Banco Santander (Brasil) S.A.				
Conselho de Administração				
Saldo Final				
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Ações	Ordinárias	1	0,00%	0
Ações	Preferenciais	-	0,00%	0
Ações	Units	782.831	0,00%	0

Denominação da Companhia: Banco Santander (Brasil) S.A.				
Diretoria				
Saldo Final				
Valor Mobiliário/ Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Ações	Ordinárias	1.299	0,00%	0
Ações	Preferenciais	1.300	0,00%	0
Ações	Units	3.110.108	0,00%	0

Data-base: 31.12.2025

(*) contempla saldo das pessoas equiparadas



8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. nome do plano**
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**
- f. condições para se aposentar antecipadamente**
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

Atualmente, o Santander Brasil mantém três planos de previdência complementar, todos estruturados na modalidade de contribuição definida, conforme descrito a seguir:

- **SantanderPrevi:** plano fechado para novas adesões desde julho de 2018, destinado aos participantes elegíveis à época de sua vigência.
- **SBPrev:** plano implementado em 2018, administrado pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência, destinado a novos funcionários, administradores e a novas adesões realizadas após o encerramento do plano SantanderPrevi.
- **Santander Sócios:** programa destinado aos administradores do Banco Santander (Brasil) S.A. O programa foi implementado em março de 2018 sob a denominação Santander Plus e encerrado em fevereiro de 2024. Em março de 2024, foi criado o Programa de Previdência Santander Sócios.

O valor acumulado em 31 de dezembro de 2025 corresponde ao montante total dos valores aportados até essa data, independentemente de eventual resgate ocorrido até o referido encerramento do exercício.

Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Nº total de membros	55	13
Nº de membros	53	2
Nome do plano	SBPREV, STD SÓCIOS e SANTANDERPREVI	SBPREV, STD SÓCIOS e SANTANDERPREVI
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	não se aplica	não se aplica
Condições para se aposentar antecipadamente	não se aplica	não se aplica
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	403.441.794	4.242.531
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	95.328.408	-
Possibilidade de resgate antecipado e condições	não se aplica	não se aplica

8.15 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal.

	Diretoria Executiva			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	55,00	58,0	48,0	13,00	11,0	11,0	-	-	-
Nº de membros remunerados	49,08	51,75	50,75	6,25	7,7	6,67	-	-	2,17
Valor da maior remuneração(Reais)	31.135.652,08	37.258.198,61	30.554.700,67	2.958.720,00	2.875.920,00	3.744.600,14	-	-	71.910,00
Valor da menor remuneração(Reais)	3.615.142,52	3.731.101,03	2.651.048,90	1.200.000,00	1.095.000,00	1.020.000,00	-	-	N/A
Valor médio da remuneração(Reais)	8.581.071,50	8.510.292,07	7.095.869,80	1.614.723,14	1.412.851,74	1.747.885,05	-	-	66.747,23
Encargos da maior remuneração(Reais)	3.198.750,03	2.865.756,82	3.499.850,01	665.712,00	647.082,00	841.387,16	-	-	16.179,75
Encargos da menor remuneração(Reais)	402.600,00	385.216,99	292.800,00	270.000,00	246.375,00	229.500,00	-	-	N/A

Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

31/12/2025	(i) O valor da menor remuneração individual desconsidera os membros que não tenham exercido suas funções no período de 12 meses do exercício social em questão; e (ii) Os valores não consideram os encargos sociais.
31/12/2024	(i) O valor da menor remuneração individual desconsidera os membros que não tenham exercido suas funções no período de 12 meses do exercício social em questão; e (ii) Os valores não consideram os encargos sociais.
31/12/2023	(i) O valor da menor remuneração individual desconsidera os membros que não tenham exercido suas funções no período de 12 meses do exercício social em questão; e (ii) Os valores não consideram os encargos sociais.



8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

O Santander Brasil mantém mecanismos contratuais relacionados à cessação do exercício do cargo, bem como instrumentos de proteção patrimonial dos administradores, conforme descrito a seguir.

- **Acordos de Não Concorrência (*Garden Leave*)**

São celebrados com a maioria de seus administradores acordos de não concorrência pós-contratual (*garden leave*), pelos quais o executivo se compromete, por período de até seis meses após o desligamento, a não exercer atividades profissionais em outras empresas ou instituições financeiras concorrentes.

Como contrapartida à obrigação de não concorrência, poderá ser devida remuneração correspondente a até 180 dias do salário fixo mensal do executivo. Nos casos de desligamento voluntário, a obrigação de não concorrência é aplicável. Nos casos de desligamento involuntário, o pagamento da referida contrapartida poderá ser efetuado a critério do Santander Brasil.

- **Apólice de Seguro D&O**

É mantida apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Directors and Officers – D&O), renovada anualmente, destinada a cobrir indenizações decorrentes de reclamações relacionadas ao exercício regular das funções de seus administradores.

O valor do prêmio pago para a vigência compreendida entre 1º de julho de 2025 e 1º de julho de 2026 foi de R\$ 2.284.092,02. O valor referente à vigência subsequente será definido quando da próxima renovação.

- Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de dezembro de 2009, o Santander Brasil concede carta de indenização a seus conselheiros, diretores executivos e membros dos Comitês de Auditoria e de Remuneração, restrita ao ressarcimento de custas processuais ou administrativas e honorários advocatícios relacionados ao exercício de seus cargos.

Tal instrumento não se aplica em casos de culpa grave, dolo, abuso de poder ou atuação em desacordo com o Estatuto Social ou normas internas.

As proteções previstas na carta de indenização estão alinhadas às coberturas estabelecidas na apólice de seguro D&O vigente.



8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável



8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica, tendo em vista que não há qualquer valor reconhecido no resultado como remuneração recebida pelos nossos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, nos últimos três exercícios fiscais, que não em razão da função que ocupam.



8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Ano 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	€ 23.852.886	€ 1.131.027	-	€ 24.983.913
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Ano 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	€ 6.974.783	€ 120.600	-	€ 7.095.383
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Ano 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	€ 11.698.268	€ 39.600	-	€ 19.259.810
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-



8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há outras informações relevantes a serem divulgadas além daquelas já apresentadas nos itens anteriores desta seção.